



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO-PPG
ÓRGÃO DE EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICAS (ODEERE)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS
E CONTEMPORANEIDADE-PPG REC**



ISADORA SANTOS DO CARMO

CRIANÇAS NEGRAS NA ESCOLA E SAÚDE MENTAL

JEQUIÉ - BA
MAIO DE 2022

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO-PPG
ÓRGÃO DE EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICAS (ODEERE)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E
CONTEMPORANEIDADE-PPGREC**



ISADORA SANTOS DE CARMO

CRIANÇAS NEGRAS NA ESCOLA E SAÚDE MENTAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade como requisito para obtenção do título de Mestra em Relações Étnicas e Contemporaneidade.

Linha de pesquisa: **Etnicidade, Memória e Educação.**

Orientadora: Profa. Dra. Regina Marques de Souza Oliveira

JEQUIÉ-BA
MAIO DE 2022

C287c Carmo, Isadora Santos do.

Crianças negras na escola e saúde mental / Isadora Santos do Carmo.- Jequié, 2022.

132f.

(Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, sob orientação da Profa. Dra. Regina Marques de Souza Oliveira)

FOLHA DE APROVAÇÃO

ISADORA SANTOS DO CARMO

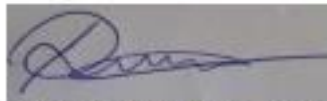
CRIANÇAS NEGRAS NA ESCOLA E SAÚDE MENTAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, como requisito para obtenção do título de Mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade

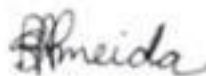
Linha de Pesquisa 1: **Etnicidade, Memória e Educação**

Aprovado em: 30 de maio de 2022.

BANCA EXAMINADORA



Profª. Dra. Regina Marques de Souza Oliveira (UFRB)
Presidente da Banca/Orientadora



Profª. Dra. Suzana Rosa de Almeida (UFBA)
Examinadora Externa



Prof. Dr. Reinaldo José de Oliveira (UFRB)
Examinador Externo

JEQUIÉ
2022

AGRADECIMENTOS

“Consagre ao Senhor tudo o que você faz, e os seus planos serão bem-sucedidos.”

Provérbios 16:3.

Se hoje comemoro essa conquista, esta se deve em primeiro lugar a DEUS, e aqueles que estiveram ao meu lado em todos os momentos. Com o término dessa jornada, quero agradecer e louvar ao Senhor pelo carinho, pela paciência e amor que me conduziste, para alcançar a vitória e realizar meus sonhos e meus ideais. A cada momento, a presença forte e fiel do Senhor me fortaleceu, mantendo assim, acesa em meu coração a chama da certeza da vitória, especialmente quando, muitas vezes, tive motivos para desistir.

Deste-me a tua mão e me guiaste, mostrando-me que os obstáculos são para serem vencidos e que a perseverança deve me acompanhar em toda minha caminhada. Agradeço-te, Senhor, por teres caminhado ao meu lado e reconheço a importância da Tua presença em minha trajetória. Obrigado Deus!

Um trabalho de mestrado é uma longa viagem, que inclui um caminho permeado por inúmeros desafios, tristezas, incertezas, alegrias e muitos ossos do ofício pelo caminho, mas apesar do processo, reúne participação de várias pessoas, indispensáveis para encontrar a melhor direção em cada momento da caminhada.

Diante dessa conquista, não podemos deixar de agradecer e honrar aos meus amados Pais, Isidorio Manoel do Carmo Sobrinho e Valmira Palma Santos, meus primeiros e maiores professores, modelos impecáveis quanto a escola da vida, com extraordinário exemplo de amor, luta e dedicação. Isso porque, meus pais foram peças-chaves e primordiais na realização deste grande sonho, usando suas sábias palavras de conforto, apoio, ensinamentos, amor e, principalmente, proporcionando uma formação pautada na honestidade e de forma digna. Dedico a vocês meu respeito, gratidão, carinho e amor eterno! Obrigado por exercer o papel de pais de forma tão sublime... Essa Vitória é nossa!

Ao iniciar esta jornada foi inevitável a eclosão de grandes expectativas e indagações, por conta disso, olhava com curiosidade, a fim de buscar conhecer aqueles que seriam nossos companheiros durante esses quase dois anos consecutivos, logo prorrogados, por conta da pandemia da COVID-19, tempos difíceis! “Mal fazia ideia do monstro que me aguardava”.

Ao longo da trajetória os colegas tornaram-se amigos, muitas pessoas queridas ficaram ao longo do caminho, deixando saudades em meu coração. Infelizmente, são

as surpresas da vida. Mas, mesmo distantes, estes acompanharam nossos passos e torceram pela realização deste sonho como se fossem os seus. Aos meus irmãos Sandro, Ítalo (in memoriam) e Igor, muito obrigada pela admiração, pelos esforços que fizeram para que esse sonho pudesse se concretizar.

Agradeço de maneira especial, ao meu amor, meu irmão Ítalo (in memoriam), cada dia que passa a saudade aumenta, bate uma vontade de te abraçar, beijar, sentir o teu carinho, cuidado e proteção. Por tudo isso, fica ainda mais difícil resistir às lágrimas de saudade. Mesmo sabendo que está em um lugar melhor, daria tudo para tê-lo ao meu lado neste momento de tamanha alegria.

Sei que os aplausos mais calorosos virão de você, que sempre me motivou a buscar realizar todos os meus sonhos, sempre acreditando em mim, em meu potencial de maneira extraordinária. A você que sempre me vê a memória e que tenho tanto a agradecer, mesmo ausente está tão presente em meu coração. O meu muito Obrigado por fazer parte desta História!

Não poderia deixar de agradecer minha tão amada filha Júlia, que me incentiva de forma visível e sutil, ao projetar-me enquanto ser de toda confiança e exemplo. Dona de uma personalidade incrível, que dá sentido a minha vida, sendo totalmente responsável pela minha edificação humana, agente crucial da experiência mais fantástica que já vivenciei em minha vida: MATERNIDADE. Obrigado por me desafiar a desenvolver nossas melhores potencialidades!

Ao meu marido, Diego Lima, pelo amor, partilha, companheirismo e apoio incondicional, agradeço a enorme compreensão, generosidade e alegria, que me brindou constantemente, contribuindo para chegar ao fim deste percurso, fazendo meus sonhos seus próprios objetivos.

Trilhar este caminho só foi possível com o apoio, energia e força de várias pessoas, a quem dedico especialmente este projeto de vida. Especialmente a minha orientadora, Professora Doutora Regina Marques de Souza Oliveira, que sempre acreditou em mim, agradeço a orientação exemplar pautada por um elevado e rigoroso nível científico, um interesse permanente e fecundo, uma visão crítica e oportuna, um empenho excelente e saudavelmente exigente, os quais contribuíram para enriquecer, com grande dedicação, passo a passo, todas as etapas do trabalho realizado.

Tendo em vista que, compartilhou comigo suas experiências, com seriedade e discernimento, apoiando-me sempre que necessário, dedicando-se das mais diversas

formas, com o objetivo de transmitir conhecimento sempre incentivando-me, seja de maneira consciente e também inconsciente, a ir além dos meus medos e limites. Contudo, posso afirmar que o melhor mestre é aquele que incita a indagar, discutir, sonhar e não aquele que proporciona respostas. Obrigada por me proporcionar enxergar o ser, além das teorias!

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio para a realização das atividades do PPGREC. Ademais, o meu total agradecimento à agência financiadora da bolsa de mestrado: a CAPES.

“Se és capaz de aceitar teus alunos como são, com suas diferentes realidades sociais, humanas e culturais; se os levas a superar as dificuldades, limitações ou fracassos, sem humilhações, sem inúteis frustrações; se os levas a refletir mais do que decorar; se te emocionas com a visão de tantas criaturas que de ti dependem para desabrochar em consciência, criatividade, liberdade e responsabilidade, então podes dizer: sou mestre!”

(Rui Barbosa).

Por fim, o meu profundo e sentido agradecimento a todas as pessoas que contribuíram para a concretização desta dissertação, estimulando-me intelectual e emocionalmente.

RESUMO

Esta pesquisa de mestrado do Programa de Relações Étnicas e Contemporaneidade possui como objetivo tratar da saúde mental, enquanto perspectiva para a formação escolar da Educação Infantil de crianças negras, buscando identificar como o racismo e a discriminação interferem de forma negativa na caminhada pedagógica e a vida social destes indivíduos. Além disso, será possível observar as relações educacionais e sociais atravessadas pela ancestralidade, pela equipe e espaço escolar. Para isso faremos um levantamento de algumas literaturas que tratam sobre o tema e a Psicologia Social. Esse tema é interdisciplinar e transversa, abordando relações étnico-raciais, com a educação, desigualdades sociais e saúde mental de crianças, sobretudo, as negras. Para se pensar em saúde mental na escola é substancial refletir acerca do espaço geográfico que essas pessoas vivem. Como as instituições de ensino analisadas nessa pesquisa pertencem a locais periféricos, faz necessário compreender a segregação histórica que essa classe geralmente viveu e vive. Isto é, a localização do espaço urbano que as crianças vivem está diretamente vinculado as suas condições de aprendizado, de direitos sociais e de segregação racial principalmente no contexto de COVID-19. A metodologia selecionada para essa investigação por abordagem qualitativa e quantitativa por amostragem. Como uma pesquisa de campo etnográfica pautada nos pressupostos da Psicologia Social, relações étnico-raciais e saúde mental das crianças no contexto escolar os instrumentos de coletas de informações foram constituídos por meio de um diário de campo - relatos dos docentes acerca dos alunos- uma entrevista semi-estruturada (método de história de vida, de Ciampa), oficinas com os docentes e também análise dos documentos escolares – ficha escolar, laudos médicos, relatórios sociais, pasta de ocorrência-. Somado a isso, utilizou-se a iconografia – comparação das imagens das igrejas da região periférica e também localizada em áreas centrais - a fim de trabalhar de modo comparativo, observando elementos opostos e contraditórios destas e entender como as questões urbanas e geográficas de onde a criança vive podem influenciar em sua saúde emocional. Nesse sentido, podemos entender que, de fato, há diferenças quanto ao elemento negro e o branco, quando se pensa especialmente nas relações étnicas e na ausência de igualdade social. E com esse tipo de coleta, essas pessoas puderam ser investigadas não somente em relação ao seu aprendizado enquanto alunos, como também em suas vivências emocionais, em sua identidade infantil frente aos problemas sociais de natureza étnico-racial como o racismo, seu espaço geográfico, o preconceito, as relações sociais, que por sua vez são temas bastante desprezados pela cultura eurocêntrica predominante na educação do Brasil que por sua vez, favorece as elites. Diante deste contexto, tornou-se possível entender problemas relacionados à saúde mental destas crianças negras, além de realizar uma releitura e necessidade de reforçar a interação entre escola, a comunidade e a família. Por meio disso, as crianças negras poderão não somente serem pesquisadas como sujeitos históricos importantes, como também pode haver um resgate as suas culturas, a sua ancestralidade e desse modo, as suas estruturas psíquicas podem ser fortalecidas pelo empoderamento.

Palavras-chave: Saúde mental nas escolas, Psicologia Social. População Negra.

ABSTRACT

This study aims to investigate emotional issues in ethnic relations and access to education in the school context, focusing on black children. In addition, it will be possible to observe the educational and social relationships crossed by whiteness, by the team and school space. For that, we will make a survey of some literatures that deal with the subject and Social Psychology. This theme is interdisciplinary and transversal, approaching ethnic-racial relations, with education, social inequalities and mental health of children, especially black ones. To think about mental health at school, it is essential to reflect on the geographic space in which these people live. As the educational institutions analyzed in this research belong to peripheral locations, it is necessary to understand the historical segregation that this class generally lived and lives. That is, the location of the urban space that children live in is directly linked to their conditions of learning, social rights and racial segregation, especially in the context of COVID-19. The methodology selected for this investigation was based on a qualitative and quantitative sampling approach. As an ethnographic field research based on the assumptions of Social Psychology, ethnic-racial relations and children's mental health in the school context, the information collection instruments were constituted through a field diary - teachers' reports about students - an interview semi-structured (life history method, by Ciampa), workshops with teachers and also analysis of school documents – school records, medical reports, social reports, occurrence folder-. Added to this, iconography was used - comparison of images of churches in the peripheral region and also located in central areas - in order to work in a comparative way, observing opposing and contradictory elements of these and understanding how the urban and geographic issues from where the child lives can influence your emotional health. In this sense, we can understand that, in fact, there are differences regarding the black and white elements, especially when thinking about ethnic relations and the absence of social equality. And with this type of collection, these people could be investigated not only in relation to their learning as students, but also in their emotional experiences, in their childhood identity in relation to social problems of an ethnic-racial nature such as racism, their geographic space, prejudice, social relations, which in turn are themes that are largely despised by the predominant Eurocentric culture in education in Brazil, which in turn favors the elites. Given this context, it became possible to understand problems related to the mental health of these black children, in addition to carrying out a rereading and the need to reinforce the interaction between school, community and family. Through this, black children can not only be researched as important historical subjects, but also their cultures, their ancestry can be rescued and, in this way, their psychic structures can be strengthened by empowerment.

Keywords: School in Mental health, Psychology. Black population, Racial Inequality.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COVID-19- SARS-CoV-2

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

UESB- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

OMS- Organização Mundial da Saúde

MS- Ministério da Saúde

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Número de mortes pela COVID-19. Disponível em Ministério da Saúde, 2020.	50
Figura 2- Número de mortes pela COVID-19. Disponível em Ministério da Saúde, 2020.	50
Figura 3- Igreja Matriz de Jequié, localiza-se na região central desta cidade. Fonte: autoria própria.	75
Figura 4- A igreja do Senhor do Bomfim, localiza-se em região periférica da cidade. Fonte: autoria própria	78
Figura 5- Santuário Diocesano de São José da Sagrada Família, localiza-se em região periférica da cidade. Fonte: autoria própria	78
Figura 6- Comunidade Santa Clara, localiza-se em região periférica da cidade. Fonte: autoria própria.	80
Figura 7 - Posto de Saúde da Família, localizada em região periférica. Fonte: autoria própria.	81

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- População residente por cor ou raça, por habitante pertencente a cidade de Jequié, em 2000.....	36
Gráfico 2- População residente por cor ou raça, por habitante pertencente a cidade de Jequié, em 2010.....	37

LISTA DE QUESTIONÁRIOS

Questionário 1- Você trabalha na escola há quanto tempo? Fonte: Autoria própria.....
9191

Questionário 2- Como os professores percebem a maioria das crianças do grupo escolar, no que concerne sua etnia?.....
9292

Questionário 3- Os professores consideram que os negros devem ser inseridos nos espaços sociais majoritariamente ocupados por pessoas brancas?..... 93

Questionário 4- Os professores foram questionados se conhecem ou já ouviu falar do termo branquitude?.....
Erro! Indicador não definido.

Questionário 5- Você acredita que as crianças negras da escola que você trabalha têm as mesmas oportunidades de uma criança branca que frequenta uma escola particular e que mora na parte mais central da cidade? Por quê?.....
Erro! Indicador não definido.

Questionário 6 - Resposta dos professores, quando questionados se as crianças negras estão mais suscetíveis aos problemas psicológicos .Fonte própria.....
Erro! Indicador não definido.

Questionário 7- Respostas das professoras sobre se conhecem crianças negras com transtornos mentais. Fonte própria.....
Erro! Indicador não definido.

Questionário 8- Resposta das docentes, quando questionadas se as crianças que frequentam a escola sofrem impactos nos processos sócio afetivos no momento de formação do seu ensino/aprendizado. Fonte própria.....
Erro! Indicador não definido.

Questionário 9- Resposta das docentes sobre se acreditam que o racismo é presente na escola onde você trabalha? Fonte: autoria própria.....
Erro! Indicador não definido.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I – CIDADE NEGRA, SAÚDE MENTAL E EDUCAÇÃO	23
2 Os africanos ao porto da Bahia (a cidade negra): um debate de ancestralidade e saúde mental	23
2.1 Raça e status social na cidade negra	28
2.2 Da escravidão	30
2.3 Educação, miscigenação dos povos e situação social: cidade de Jequié, na Bahia.	32
CAPÍTULO II – APORTES DE REFERÊNCIAS: AS CATEGORIAS IDENTIDADE DO NEGRO E QUESTÕES EMOCIONAIS, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E ENFRENTAMENTO DO RACISMO	39
3 Identidade do negro e questões emocionais	39
3.1 Raça/cor da pele e saúde mental no Brasil	46
3.2 População negra nas escolas	54
3.3 A Desigualdade racial à luz da Psicologia Social: do período colonial ao contexto atual	60
CAPÍTULO III - CAMPO EMPÍRICO E BASES METODOLÓGICAS DA PESQUISA	64
4 MÉTODO	64
4.1. Tipo De Estudo	67
4.2. Local E Período Do Estudo	69
4.3. População De Estudo	69
4.4. Técnicas De Coleta De Dados	69
4.5. Questões Éticas	71
CAPITULO IV- SAÚDE MENTAL DAS CRIANÇAS: UM OLHAR ATRAVÉS DA ETNOGRAFIA	74
5 DA PESQUISA ETNOGRÁFICA: CORRELAÇÃO ENTRE OS ESPAÇOS GEOGRÁFICOS E AS DESIGUALDADES SOCIAIS	74
5.1 Das igrejas	74
5.2 Relatos memoriais e laudos médicos	81
5.3 Entrevistas no <i>Google Forms</i> , com os docentes da Educação Infantil de escolas periféricas do interior da Bahia	90
CAPÍTULO V: APONTAMENTOS FINAIS	102
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
7 REFERÊNCIAS	104
8.0- APÊNDICE	115

ANEXOS	115
ANEXO A - LAUDOS MÉDICOS	115
ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	117

1 INTRODUÇÃO

À luz da Psicologia Social, observa-se como o povo negro ainda enfrenta, em pleno século XXI, problemas relacionados ao racismo e às desigualdades culturais e sociais, frente à questão da branquitude. Quando se pensa nas crianças negras isso é mais intensificado, uma vez que além de sofrer com uma sociedade preconceituosa, com pensamentos e culturas que não lhes inserem, ainda encontra-se em um processo de formação em relação a sua identidade, enquanto indivíduo (SOUZA, 2016).

Sendo assim, é comum tais pessoas apresentarem problemas psicológicos como- ansiedade, déficit de atenção que por sua vez ocasionam comportamentos indiferentes como hiperatividade, agressividade, apatia e outros- e precisarem ser assistidos por psicólogos e psicopedagogos, a fim de que analisem a criança, compreendendo sua condição social, intelectual, ouvindo-a, para que seja possível construir um psicodiagnóstico desta (PATO, 1997).

Além disso, é importante ressaltar a necessidade de assistência não somente destes escolares, como também da família e dos professores que prestam atendimento a esses estudantes, para que possa haver uma prevenção de doenças mentais destes indivíduos e tratamento específicos dos casos que sejam necessários.

Sabe-se que, as crianças de escolas particulares, com poder aquisitivo, predominantemente brancas, caso esse exame diagnóstico ocorra, serão encaminhadas e acompanhadas diariamente com assistência particular necessária com psicoterapias específicas. Mas no caso das crianças negras, os procedimentos tomados geralmente são diferentes, sobretudo por conta de sua cor e classe social, as quais pertencem acabam sendo comumente são excluídas de seu contexto escolar, como alternativa de solucionar o problema da escola e não o dela (PATO, 1997).

Nesse íterim, esta pesquisa de mestrado do Programa de Relações Étnicas e Contemporaneidade possui como objetivo tratar da saúde mental, enquanto perspectiva para a formação escolar da Educação Infantil de crianças negras, buscando identificar como o racismo e a discriminação interferem de forma negativa na caminhada pedagógica e na vida social destes indivíduos.

A importância técnico-científica dessa investigação ocorre pela necessidade de se refletir acerca da saúde mental das crianças, sobretudo, as de etnia negra. Com efeito, visa contribuir de forma social para os estudos direcionados às relações étnico-raciais, principalmente sobre a constituição das identidades étnico-raciais destas, no que diz respeito ao seu contexto escolar e como isso pode implicar no processo de ensino e de aprendizagem das mesmas, como também das relações interpessoais que perpassam a equipe diretiva das instituições de ensino.

Isso pode ser verificado por meio do estado da arte, tendo em vista que, embora a população negra compreenda um percentual de 90% da população, ainda não possuem lugares definidos nas estruturas da sociedade brasileira, mas especialmente as crianças e as mulheres são os indivíduos que mais sofrem com o preconceito, com o racismo, haja vista que acabam por serem impelidas nos papéis de subordinação social, diante da sociedade autoritária e de ordem patriarcal (GOMES, 2005).

Sendo assim, acredita-se que, faz-se interessante pesquisar sobre essa problemática, tendo em vista que, apesar de nas últimas décadas terem sido realizadas inúmeras pesquisas sobre infância e adolescência no país, no que concerne às diferentes áreas das ciências humanas, ainda há a ausência de investigações que tratem da infância, das questões psicológicas interligadas com a questão étnico-racial e a educação. Caso amplie-se para questão da infância e da construção da identidade negra destas, possivelmente este número tende a ser ainda menor.

Em decorrência disso, a pesquisa em questão deseja tratar da ancestralidade, da identidade das crianças e como essa construção pode ocorrer, por intermédio das interações sociais, das reformulações subjetivas da população negra que sofreu com o processo de desvalorização desta, sempre vinculada às constantes atribuições negativas na sociedade- mesmo sendo em primeira instância atribuída, acaba sendo interiorizada e naturalizada pelas pessoas que são vitimadas pela discriminação racial (MUNANGA, 2003a, p. 37).

Desse modo, a discussão realizada nesse texto advém desde as questões relacionadas à ancestralidade, como também a identidade e identidade negra, das concepções sociais e seu reflexo na psique dessas pessoas.

Diante disso, optou-se por realizar essa pesquisa por meio dos estudantes e professores pertencentes a escolas públicas, localizadas em locais periféricos, da

cidade de Jequié, região sudoeste do estado da Bahia, como também da cidade de Santo Antônio de Jesus, localizada na região litorânea deste mesmo estado. Pensando nessa prerrogativa, os tópicos teóricos dessa pesquisa focaram nos problemas direcionados às crianças negras na escola e sua saúde mental. Isto é, relacionou-se então, a questão da construção dessa identidade, da saúde mental e os espaços de aprendizado, entendendo como isso pode refletir na vida das pessoas.

E, quando se pensa em criança não se pode esquecer dos processos da infância negra do Brasil, uma vez que esta fase da vida é entendida como crucial na construção do sujeito, sendo formada por intermédio da relação destas com a cultura, com os espaços de construção do saber, com o mundo adulto, com os seus pares, tendo em vista que os alunos não somente absorvem os conceitos que lhes são reproduzidos e induzidos pelos pais e professores, como também reformulam e assimilam, de acordo com suas próprias aceções (CORSARO, 2011; CORSARO, 2003).

Com efeito, a criança negra está vinculada às várias alternativas de identidade, proposto por Munanga (2005), quando argumenta que à medida que lhes são impostos os modelos culturais nacionais e identitários, estes são construídos por intermédio das concepções que não condizem com sua percepção de si, por isso, tendem a ser admitidos por um conflito da sua identidade, dotada de singularidades, especialmente das discussões ao redor das relações sociais a favor da igualdade (MUNANGA, 2005).

Prova disso que, mesmo com a implementação da Lei 10.639/03, na qual reforça e estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a fim de inserir nos currículos oficiais das redes de ensino, quanto a obrigatoriedade do tema "História e Cultura Afro-Brasileira e África- ainda se observam dificuldades das crianças de etnia negra, nos ambientes de aprendizado, declararem sua identidade, uma vez que, para que se ocorra a autodeclaração, elas precisam estar resguardadas numa consciência de grupo, a fim de que sejam aceitos, amados, pertencentes e protegidos (RIBEIRO, ARAÚJO, 2020).

Face disto, observa-se como as Leis 10.639/03, 11.645/2008 e as ações afirmativas como essenciais não somente dentro dos estudos e da realidade dos acadêmicos, mas para ampliar o ensino na educação básica, não sendo tão somente propostas constitucionais, mas pressupostos de isonomia realmente efetivados na sociedade brasileira. Como resultado dessa proposta de igualdade, a saúde mental

das crianças, em especial as negras, pode ser resguardada, enaltecida, desde a primeira infância.

As pessoas precisam sentir, em todos os espaços sociais, a importância da população negra não apenas quando se pensa na formação de etnias no Brasil, mas como um povo que precisa ser respeitado em sua cultura, sua identidade, valorizando então sua autoestima e saúde mental. Por intermédio disso, é possível vislumbrar uma sociedade pautada na alteridade, no respeito e longe de preconceitos vãos e vis.

Nesse íterim, esta pesquisa de mestrado do Programa de Relações Étnicas e Contemporaneidade trata da saúde mental, enquanto perspectiva para a formação escolar da Educação Infantil de crianças negras, buscando identificar como o racismo e a discriminação interferem de forma negativa na caminhada pedagógica e na vida social destes indivíduos.

Tal área de atuação do mestrado que gosto tanto, fez-me pensar um pouco na minha trajetória, enquanto mulher negra e forte que sou. Observo como minha infância foi tranquila, embora marcada pela separação dos meus pais, quando eu ainda tinha 09 anos de idade. Menciono com orgulho sobre minha família: irmã de Sandro Santos do Carmo, Ítalo Santos do Carmo (*in memoria*) e Igor Raylan Santos do Carmo. Mal fazia ideia do monstro que me aguardava, logo que eu completasse 30 anos. Estava muito feliz por alcançar alguns objetivos, mas foi exatamente nesse momento que experimentei uma das maiores dores da minha vida.

Perder um irmão é perder parte da minha história. Ítalo, meu amado irmão, era muito jovem e viveu sem ter tempo para perder, parecia saber que a vida é tão rara, que não pode ser desperdiçada com questões insignificantes. Pior do que o ver partir, foi não poder me despedir como desejava. Não pude sequer tocá-lo, nem lhe dar o último abraço. O coração dói por ter que deixá-lo ir assim, sem poder dizer o último adeus: PANDEMIA DA COVID-19.

Minha vida profissional atualmente é totalmente direcionada para a Psicologia, onde estou atuando há sete anos. Nessa área, obtive muitas alegrias e grandes decepções. Quanto ao futuro, espero ter oportunidade de atingir alguns de meus objetivos, para isso, esse curso me oportunizou melhores condições de desempenhar melhor meu trabalho. A escolha por essa temática ocorreu justamente por acreditar na igualdade de direitos, como uma necessidade de todos, como também, enquanto psicóloga, verificar como as pessoas negras, em especial as crianças, estão a mercê

do racismo estrutural e da ausência de uma democracia, de modo efetivado em nosso país.

Para isso, a metodologia selecionada para essa investigação foi realizada por meio da abordagem qualitativa e quantitativa por amostragem. Como essa pesquisa caminha pelos pressupostos da Psicologia Social e Identidade, as análises ocorrerão por intermédio de observação participante, como também por intermédio de entrevistas semi-dirigidas (método de história de vida, de Ciampa).

Acredito que essa pesquisa nos trouxe questões relativas ao campo relacionado à Psicologia Social e espero que seja capaz de entender esse contexto de crianças negras, bem como a educação oferecida nas escolas públicas. Isso porque, com essa metodologia, será possível realizar um psicodiagnóstico destas.

Uma vez que essas pessoas poderão ser observadas não somente em relação ao seu aprendizado enquanto alunos, como também em suas vivências emocionais, em sua identidade infantil frente aos problemas sociais de natureza étnico-racial como o racismo, o preconceito, as relações sociais, que por sua vez são temas bastante desprezados pela cultura eurocêntrica regida pela escola (SOUSA, 1983).

Educação e saúde mental são questões que caminham juntas, isto é, são diretamente uma atreladas à outra. Sendo assim, observa-se como os psicodiagnósticos e as entrevistas com o corpo docente, realizados nas escolas, podem contribuir de modo eficaz na assistência psicológica das crianças e em seu modo de pensar e agir no seu meio social, frente aos comuns efeitos que a prática do racismo (mesmo que velado) produzem nas crianças, em relação à sua saúde mental e suas funções cognitivas.

Pois, nota-se como as crianças precisam ser assistidas a fim de gerar subsídios de enfrentamento aos profissionais da educação e da saúde, para que estes promovam o combate ao racismo e a discriminação, à medida que reconhecem primeiramente estes fatores como determinantes na formação e na saúde mental do colegiado negro.

Diante deste contexto, será possível entender problemas relacionados à saúde mental destas crianças negras, além de realizar uma releitura e necessidade de reforçar a interação entre escola, comunidade e família. Por meio disso, as crianças negras poderão não somente ser pesquisadas como sujeitos históricos importantes, como também pode haver um resgate as suas culturas, a sua ancestralidade e desse modo, as suas estruturas psíquicas podem ser fortalecidas pelo empoderamento (MINAYO, 1994).

Para melhor entendimento, a pesquisa fora organizada da seguinte forma: A introdução, momento de apresentação do conteúdo que será apresentado, no segundo capítulo serão apresentados os objetivos do texto, no terceiro capítulo o problema de pesquisa, no quarto capítulo a relevância científica.

O texto é subdividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo intitulado Cidade Negra, saúde mental e educação trata como próprio nome diz, a questão da saúde mental do povo negro, para isso, realiza uma caminhada histórica que advém desde a época escravocrata do Brasil, até o momento histórico atual, reforçando que embora tenha ocorrido a “abolição da escravatura” legalmente há três séculos, na prática o racismo estrutural ainda é vigente dentro das “cidades negras” do Brasil, em especial por toda Bahia.

Para esse conteúdo tornasse mais claro, o capítulo I foi subdividido em três, onde o primeiro retoma a questão de raça, ancestralidade na cidade negra; em 2.2 são apontados as condições da escravidão no país e as condições de subalternidades da população negra e em 2.3, a questão da miscigenação dos povos na Bahia e como isso se constitui neste universo de pesquisa, a cidade de Jequié.

Ademais, ficou evidente a importância da identidade e ancestralidade do negro e questões emocionais, levando em consideração um estudo relacionado aos negros e a situação opressora de desrespeito à dignidade da pessoa humana, em que estão inseridos, o que se vê é aumento de crimes de cor e raça como o racismo e injúria racial que por sua vez abalam sua autoestima e emocional.

Para isso, houve um comparativo da população deste local entre os anos de 2000 e 2010, enfatizando que embora maior parcela da população seja negra, ainda há pressupostos de preconceito dentro dos espaços sociais, em especial a escola, a instituição na qual deveria acolher os educandos, mas funciona como algoz do preconceito. Isso repercute, então na saúde mental das minorias, em especial, os alunos de etnia preta.

Seguindo essa linha de pensamento, o capítulo II aponta as categorias de identidade do negro e questões emocionais, relações étnico-raciais e enfrentamento ao racismo. Para isso, o tópico 3 foca na questão dos valores identitários e as questões emocionais. Em 3.1, discute-se sobre a **Raça/cor da pele e transtornos mentais no Brasil** pautando-se na, Psicologia Social, sobretudo, direcionada saúde mental da população preta, uma vez que muito se discute acerca da igualdade social

e questões étnico-raciais da população. Porém, o que se vê no Brasil, é uma realidade de preconceito direcionado à população preta, ainda longe deste discurso citado.

Em 3.2, enfatiza a questão da **População negra nas escolas**, tendo em vista que no Brasil há uma cultura enraizada de desigualdades de gênero, raça e classe que precisa ser revista e compreendida desde a educação básica, a fim de que essas pessoas tornem-se adultos conscientes do racismo estrutural. Face disto que, tais faltas de equidade estão direcionadas aos fenômenos de exclusão social, sendo assim, surge a necessidade de haver uma inserção do povo negro em todos espaços sociais, como escolas, universidades e empresas.

Nesse contexto também serão abordados a necessidade de se compreender as Leis que tratam da valorização da cultura étnico racial, como a **10.639/2003 e 11.645/08**, e como consequência as pessoas entendam a importância da raça e sua influência na sociedade nas relações de poder entre os indivíduos.

Pois, como se sabe, tais condições de problemas sociais foram ampliadas com o contexto de pandemia da COVID-19, já que o Brasil perdera já cerca de 459 mil vidas, principalmente, pelo descaso governamental de perceber o nível de mortalidade e letalidade desta doença e perceber que boa parte dessas pessoas, representa indivíduos de classe social baixa, sendo sua maioria negra (BRASIL, 2021).

Sendo assim, tais peculiaridades traz à luz a racialização brasileira como um descaso de seu próprio povo e de igual modo profunda, violenta e sutil. Prova disso que, o Estado faz perpetuar uma espécie de racismo que é institucional numa política de mortes às pessoas negras, não somente pelo vírus citado, mas também pelas operações policiais no Rio de Janeiro, com atos de genocídio e epistemicídio (OLIVEIRA, SANTOS, 2021).

Enquanto que, 3.3 aponta-se acerca da **Desigualdade Racial no Brasil à luz da Psicologia Social: do período colonial ao contexto atual** onde serão abordados conhecimentos de teóricos acerca da Psicologia Social voltada à população negra, especificamente nas subáreas de desigualdades raciais, da formação de psicólogos e da saúde mental das pessoas negras, a fim de observar a sociedade brasileira, caso as desigualdades raciais fossem encerradas e o país se tornasse um local de destaque para as políticas multiculturais.

Já o terceiro capítulo serão apresentados os pressupostos metodológicos, onde são apontados o tipo de estudo selecionado, o local e o período de estudo, a população do estudo, além das técnicas de coletas de dados realizadas na cidade de

Jequié, com docentes e alunos desta cidade. Como também, com docentes do município de Santo Antônio de Jesus, também localizado na Bahia.

No capítulo IV apresenta-se a temática sobre a saúde mental das crianças, face a metodologia etnográfica. Por isso, a discussão e os resultados da pesquisa constroem-se, por meio de uma análise icônica das igrejas, observando assim, as questões de território e de espaço social como um todo e como isso reflete na saúde mental dos alunos.

Em 5.2 são apresentados os relatos memoriais dos docentes que atuam na sala de aula em escolas periféricas, como também, laudos médicos de alunos negros que precisam de um acolhimento psicológico, tendo em vista que se apresentam em sala de aula, desde com dificuldades de aprendizado, como também de interação com os docentes e colegas. Os laudos demonstraram escolares com problemas de ordem psiquiátrica, nas quais precisam de um acompanhamento específico, com doenças como esquizofrenia e outras.

Em 5.3 são dispostas entrevistas no *Google Forms* com docentes da cidade de Jequié, como também de Santo Antônio de Jesus, região litorânea da Bahia, a fim de apontar as dificuldades em sala de aula para o aprendizado das crianças e o impacto disso na saúde mental, especialmente de pessoas pretas.

Por último, o capítulo V foi formado pelos apontamentos finais, nas quais se encontram as considerações finais da pesquisa, os apêndices, os anexos com os laudos médicos e do parecer consubstanciado pelo comitê de ética da pesquisa.

Nesse sentido, a identidade, o território e ancestralidade surgem como fatores importantes de empoderamento de sua cultura e origem. Diante disso, vê-se que é preciso haver um cuidado da saúde mental dessa população, afinal, os afrodescendentes são os mais afetados com doenças mentais, justamente, por serem excluídos socialmente, em relação à população branca e de outras etnias.

Então, almeja-se analisar e identificar as lacunas de pesquisa evidenciadas através dos teóricos como Ciampa (1998); Souza (1983), Alves (2017), Pato (1997), Oliveira e Lima (2017); Oliveira e Nascimento (2017); Oliveira (2008, 2017, 2018, 2020); Oliveira e Santos (2021) Batista (2017), no que se refere especialmente as crianças negras e seus possíveis problemas psicológicos- como ansiedade e depressão, por exemplo, dentro do ambiente escolar analisado e em toda sociedade.

CAPÍTULO I – CIDADE NEGRA, SAÚDE MENTAL E EDUCAÇÃO

Esse capítulo possuirá como objetivo apresentar pontos relacionados aos negros no Brasil e sua saúde mental, por isso, serão abordados aspectos desde sua chegada, por volta do século XVI, até o contexto atual de mito da democracia racial na sociedade brasileira. Isso porque, tais características históricas refletem na sociedade, quando se pensa no povo preto, tendo em vista que a ancestralidade e sua negação na cultura ocidental faz parte de sua constituição enquanto pessoa, sendo capaz de afetar sua saúde mental.

Para isso, o texto percorre um pequeno recorte histórico da vinda dos africanos ao porto de Salvador, como também questões de saúde mental do povo negro, sua ancestralidade, da sua raça e de seu status social, da escravidão dos negros, da miscigenação e da herança e contribuição cultural, étnico-racial, linguística e artística do povo negro na vida dos brasileiros, a fim de enaltecer essa minoria.

2 Os africanos ao porto da Bahia (a cidade negra): um debate de ancestralidade e saúde mental

Por volta de 1600, ocorreu no Brasil os primeiros movimentos de transplantação de portugueses na região da Bahia, nesse contexto, os principais contingentes eram formados por aventureiros, quanto náuticos, marinheiros e desertores, especialmente os que eram bandidos em Portugal, funcionários e os jesuítas para o país (PIERSON, 1971).

Nesse mesmo momento histórico, chegava também um aumento da população europeia que era vinda de Portugal que teve contato com os índios nativos, Tupinambá e Tupiniquim, com isso os soldados e colonos solteiros saiam tomando para si as índias, as mulheres. Assim, surgiu uma numerosa quantidade de população mestiça e de homens índios que eram mortos em combate, no qual aldeias inteiras eram totalmente exterminadas. Além disso, ocorreu a disseminação de doenças europeias como a varíola, que mataram milhares de pessoas (FERNANDES, 1978).

Nesse instante, a Bahia era descrita por Pierson (1971), como um local de região altamente tropical, constituída por ventos frescos do sudestes, e também situava-se cerca de 1.100 quilômetros acima do estado do Rio de Janeiro e com 640

quilômetros de Pernambuco, chamado ainda de antigo açucareiro. Desse modo, o atual estado da Bahia fora selecionado naquele momento para ser capital da colônia, juntamente por encontrar-se no ponto central da chamada costa brasileira, que por sua vez estende-se, desde o temperado Uruguai, até as Guianas, sendo fundada nesse momento, tendo em vista que era um posto considerado mais avançado da civilização.

Marilena Chauí (2001) evidencia um conceito chamado mito fundador, que está diretamente relacionado a fundação do Brasil. De acordo com a escritora, essa concepção compreende a necessidade de haver um vínculo com seu passado de origem, haja vista que o passado “nunca cessa”, sendo assim, sempre será presente (CHAUÍ, 2001, p.6).

Em decorrência disso, o mito fundador não para de buscar novos meios de exprimir-se seja na linguagem, na cultura de um povo, nos seus valores e ideais. Ao entender de tal compreensão, pode-se inferir que quando um povo conhece pouco sobre si mesmo, sua identidade e sua cultura podem ser prejudicados, ademais isso pode interferir em sua saúde mental.

Outro ponto histórico importante que também é melhor compreendida com esse conceito de mito fundador disposto por Chauí (2001), ocorreu com a chegada dos negros da África na Bahia, no século XVI, a Bahia de todos os santos serviu-se como um novo comércio do povo negro. Aos poucos notou-se como esse local se tornou um ponto de comércio dos portugueses de escravos, como também um local onde as prostitutas e órfãs enviadas pela coroa deveriam ficar. Outro ponto interessante é o fato do país tornar-se nessa época um dos açucareiros mundiais, fornecendo assim a coroa grande riqueza, ocorrendo um total de quarenta e sete engenhos de açúcar (NASCIMENTO, 2016).

A fundação do Brasil foi, desde os primeiros anos, em aproximadamente quatro séculos, voltada para o uso da violência física, social e cultural de homens, mulheres indígenas e africanos, sobretudo mulheres que foram violadas fisicamente e psicologicamente (CHAUÍ, 2001, p.9).

Por volta dos anos 1807, 1809, 1816 e 1830 ocorreram diversas revoltas no Brasil que estavam instaladas na Bahia, e estavam sempre vinculadas aos escravos, dentre elas, pode-se citar a Revolta dos Malês, 1835, que tinham como objetivo a busca pela abolição. Nessa época, uma parcela das pessoas que moravam na Bahia

estavam a favor da abolição da escravatura, enquanto que outra era totalmente contra esse ideal (CONSORTE, 1991).

Outro ponto cultural essencial dessa fase, nota-se na fusão entre a crença de rituais católicos, com a mitologia e com as práticas religiosas africanas que representam formatos de ancestralidade. Com efeito, surgiu o chamado atualmente candomblé, que significa um centro de culto afro-brasileiro, no qual as cerimônias ocorrem atualmente em igrejas antigas, sendo um local sagrado. Essa religião verbera até na atualidade, apesar disso, os preconceitos ainda sejam perpetuados ao longo dos séculos (GUIMARÃES, 2007).

Nessa senda, Carlos Hasenbalg (1979), com seu pioneirismo quantitativo metodológico, aponta à questão dos brancos e pretos na Bahia, reforçando as desigualdades raciais e da discriminação nesse momento inicial do Brasil Colônia e Império. Isso porque, tais questionamentos refletem na falta de mobilidade social do povo negro, em sua questão política e ideológica preponderantemente eurocêntrica tão essenciais quando se pensa nas relações étnico-raciais.

Ainda para Hasenbalg, as desigualdades entre brancos e negros da pós abolição, até o momento atual, está relacionado com o período de colonização e violência. Hoje, temos o reflexo dessa história com a favorecimento social, político, econômico, cultural e social, em sua amplitude na condição estrutural do território que hierarquiza a população branca, especialmente as classes de maior poder aquisitivo, nas quais estão ao topo da hierarquia econômica e social.

Por meio desse autor, é possível compreender, desde a estrutura de classes e da estratificação social que separava e que ainda separa os negros e os brancos, como também traz à tona os aspectos ideológicos da questão racial brasileira, levando em consideração a mobilização racial, sendo pontos essenciais na construção da temática racial brasileira.

Isso porque, ele aponta como a experiência escravista de certa forma direcionou os modos dos negros e de seus descendentes livres se comportarem em sociedade, nos quais há uma “patologia” por parte dos escravos e ao mesmo tempo uma ausência de autonomia cultural dos negros:

Parece haver razões suficientes para rejeitar a “patologia” dos escravos e seus efeitos de longo prazo. Todavia, fora da desvantagem competitiva envolvida no racismo e na discriminação, o verdadeiro aspecto do legado da escravidão em todas as sociedades de plantação escravista foi importante a curto e médio prazos: analfabetismo maciço, limitada diversificação de

habilidades ocupacionais e grande concentração demográfica à margem do desenvolvimento urbano e industrial (HASENBALG, 1979, p. 51).

Por meio dessa vertente direcionada pelo autor, é possível entender como os sistemas escravistas reproduziram e ainda reproduzem as desigualdades pós-abolição, no qual a pós-industrialização não conseguiu eliminar a raça, enquanto critério para que se estruture as relações sociais. Então, a partir disso, compreende-se como esse aspecto nega a realidade racial do país, como também das sociedades multirraciais capitalistas.

Ao refletir sobre isso, é necessário levar em consideração o conceito de ancestralidade, para Oliveira, Santana (2019), este termo diz respeito a origem, ao que se é de fato. Isto é, é como se funcionasse como um princípio vivo de construções simbólicas e contínuas de si mesmo, capazes de refletir em sua saúde mental. Isso ocorre justamente porque o termo saúde mental e ancestralidade funcionam quase como indissociáveis. Nesse sentido, a questão de ancestralidade negra conversa com a identidade dos indivíduos, de modo tão profundo, sendo um tipo de saber herdado das várias etnias africanas e de sua afirmação (OLIVEIRA, SANTANA, 2019).

Em outras palavras, a ancestralidade pode ser compreendida como um símbolo que ultrapassa as questões consanguíneas ou parentescos simbólicos. Com efeito, auxilia para as construções de sentido, como também para as experiências éticas. A ancestralidade também funciona como um modo de equilibrar as relações e como resultado, desdobra-se como uma categoria de inclusão. Sendo assim, pode ser compreendida como um lugar de troca de experiências (OLIVEIRA, 2017).

Quando diz respeito aos africanos e sua descendência no Brasil, discutir sobre ancestralidade torna-se elementar, tendo em vista que, os quilombos instaurados no Brasil, mais precisamente no Porto da Bahia, representam fundadores das cidades, porém, o que se vê nos estudos de sociologia urbana é que a história dos grandes centros urbanos negam esta fundação. Pensando em um dos símbolos da ancestralidade têm-se as parteiras (mulheres que auxiliavam no nascimento das crianças), elas eram presentificadas seja na vida, como também na etnicidade do quilombo, tendo em vista que, isso representa um respeito ao ancestral, bem como a importância do sagrado materno e também da valorização da vida e do bem estar de todos (OLIVEIRA, SANTANA, 2019).

Em um estudo realizado por Lopes (2020), na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, no qual a ancestralidade é discutida dentro do contexto de

pandemia, e sua repercussão para o povo preto, apontam como o preceito ancestral das áfricas e dos quilombos são fundamentais para a construção do homem em sociedade, uma vez que, esses povos rejeitam o acúmulo do capital, ao passo que valorizam e contemplam a natureza, a vida, e todos os homens da terra que devem viver de modo igualitário e feliz.

Quando se pensa em origem também é relevante refletir em como a cultura trata-se de uma imagem visível de saberes e fazeres que se renovam de geração em geração e por isso deve ser valorizado. Com efeito, o homem pode vislumbrar em conviver com reconhecimento, em harmonia com outros seres, compartilhando ambientes, públicos. Tais valores também conversam com o conceito de ubuntu, no qual sua ética torna-se capaz de sustentar a sociedade, de forma mais respeitosa e também cada vez mais solidária (PACHECO JÚNIOR, 2016).

No porto da Bahia então, já haviam tradições orais que são referenciadas até a atualidade, nas quais transmitem as narrativas, as poesias, levando em consideração a necessidade da resistência e da superação das dificuldades dos povos pretos, dos quilombos e dos indígenas. Como se funcionasse como conquistas e desafios de vida, frente a existência.

Embora tenham se passado três séculos, após o possível “fim da escravidão no Brasil,” o que ainda se vê são relações de violência, nas quais ceifam vidas pretas precocemente, baseando-se neste racismo estrutural das sociedades do ocidente, com a insatisfação e desvalorização das formas organizacionais e dos ensinamentos ocorridos nos quilombos e em seus povos (PACHECO JÚNIOR, 2016).

Com isso, não ocorre um benefício que se estende a todos de que a mãe Terra, “Casa Mãe de Todos”, acaba sendo lugar privilegiado apenas da valorização e da cultura europeia, como defendido pelo terreiro de Candomblé. Isso porque, nesses espaços, a cosmovisão ancestral entende a unidade da natureza em todos os seus membros (OLIVEIRA, 2019).

A cultura dos ancestrais pretos estabelece contato com as forças da natureza, pela busca da harmonia que nutre a vida e de onde ocorre a cura. Os nossos ancestrais dos quilombos deixam claro como as ciências da saúde e saúde mental devem caminhar lado a lado (OLIVEIRA, 2020). Isso porque, os ancestrais são os mediadores dos fluxos de pensamentos que por sua vez são saberes de luz que buscam e que ao mesmo tempo constroem respostas.

Conforme Sodré (2019), em seu texto sobre ancestralidade, corpo e oralidade demonstra como essa temática precisa ser discutida dentro dos espaços sociais, a fim de ressignificar os modos de pensar e agir em sociedade. A sociedade lida com as crianças negras, desde pequenas, reflete em sua saúde mental, por isso, elas precisam desse contato, desde a primeira infância a fim de auxiliar na sua construção enquanto pessoa, na sua identidade.

Em seu texto “riso negro”, Munanga (2003) também ressalta a questão da ancestralidade, mas também deixa claro a importância das culturas e de sua resistência no processo de globalização. Assim, a construção dessas identidades plurais que ocorrem no Brasil, desde os primeiros negros no país, evocam calorosas discussões sobre a identidade nacional, como também do multiculturalismo que há numa educação primordialmente cristã, capaz de enaltecer as diversas formas de se expressar e que não há apenas uma cultura negra e uma branca, mas diversas culturas que se entrelaçam entre si e a ancestralidade é o nascedouro de tudo isso.

2.1 Raça e status social na cidade negra

Séculos XV e XVI, o status social era definido muito além da sua etnia, mas de sua linhagem, prova disso que os filhos dos padres, por exemplo, eram muito felizes. Isso porque geralmente pertenciam as famílias que eram de classe de maior poder aquisitivo e em decorrência disso, possuíam bastante prestígio social (SODRÉ, 2019).

Com isso, seus casamentos ocorriam sempre seguindo a escolha das riquezas das famílias, sendo assim, sua condição social era guiada pelo nível de intelectualidade e riqueza das pessoas. Face disto que, ainda hoje, existem expressões como “Mais feliz que filho de padre”, favorecendo esse ideal de riqueza a estas pessoas (AZEVEDO, 1955).

De modo semelhante ocorria com as crianças negras que moravam na casa dos senhores de engenho, pois, diferente dos outros escravos que trabalhavam na lavoura e em outras atividades, viviam dentro das casas senhoriais e tidos como crias ou ainda irmãos de estimação, isso porque, às vezes, sentava-se à mesa patriarcal como se fossem membros da família, juntamente com os seus senhores. Essas pessoas conseguiam permanecer lá dependendo então do cargo que trabalhavam ou como ajudavam seus patrões, dentre suas habilidades estavam desde sapateiros, carpinteiro alfaiates e outros (PIERSON, 1971).

Quando se pensa na questão da etnia no que tange ao período de início da Abolição da escravatura em 1888, observou-se que os primeiros a serem libertos foram os pretos, tendo em vista que a preferência ocorreria pelas pessoas que possuíam a pele com mais melanina. Só depois deles, que a corte achava que os mulatos também poderiam talvez, sonharem com a liberdade. Percebeu-se, então, que essa proporção era bastante diferente, tendo em vista que os mulatos representavam cerca de 25.111, enquanto os pretos eram de 77.954 pessoas, isso no ano de 1828 (PIERSON, 1971).

Desse modo, é perceptível como a questão da mobilidade social e do status das pessoas estavam relacionadas muito mais a sua linhagem do que necessariamente sua cor de pele. Sendo assim, mesmo havendo alguns fidalgos na Bahia, com a questão da Abolição sendo discutida, o problema da liberdade de locomoção também foi. Diante disso, os povos escravizados poderiam perder mesmo que aos poucos seu estigma de origem escrava (GUIMARÃES, 2007).

Com efeito, entende-se como os negros sempre estiveram em condições desfavoráveis, em relação também ao seu status social, embora tivessem sido libertos após a Lei Áurea, em 1888. Isso porque, eles permaneceram sem seus recursos mínimos de sobrevivência, apesar de ter ocorrido essa configuração social, sendo assim, foram colocados cada vez mais abaixo da classe social e de valor e com efeito favoreceu-se de modo intenso a tendência de ainda ocupa-los nas tarefas mais mal retribuídas, degradantes (FERNANDES, 1978).

Desse modo, conforme Nascimento (2016), os negros e mulatos ainda continuaram com escolhas que eram irremediáveis e sem alternativas, no qual se preponderava a proletarização e assim restava-lhes apenas aceitar essa incorporação social de subjugação para a supremacia branca.

Nessa perspectiva, nota-se como esses aspectos citados reforçaram ainda mais o Genocídio do Negro Brasileiro, sendo importante recuperar o papel de resistência político-cultural afro-brasileira, no qual se desdobrava a reconstrução de um pensamento que deveria ser motivado por novas ações que esse povo deveria empoderar-se, sendo necessário uma construção de nova sociedade, ao mesmo tempo multirracial e multicultural no Brasil, a fim de acabar com a necropolítica existente nesse local. Com efeito, é importante que ocorra uma desconstrução de mitos- acreditando numa suposição das relações horizontais entre ambos os povos e

da influência da cultura africana e de seus descendentes-, que foram construídas a partir da matriz epistêmica (NASCIMENTO, 2016).

2.2 Da escravidão

Ao discorrer sobre o contexto de escravidão no Brasil, é importante deixar claro sobre a chegada dessa população ao país, que começou a ocorrer por volta de 1585, sendo que os primeiros povos negros escravizados tinham cerca de 3 mil a 4 mil negros. Contudo, o que se observou é que um século depois, a mesma população cresceu de forma drástica, desse modo, era comum as pessoas dizerem que estivessem em uma “terra de negros” (MUNANGA, 2012).

Prova disso que, em 1917, conforme Guimarães (2007) houve um cálculo de proporção entre as pessoas negras e brancas no estado da Bahia, sendo de vinte por um. Dessa quantidade, quase todos os pretos eram introduzidos como escravizados.

Isso foi bastante interessante para a economia da coroa que enxergava a escravidão como a melhor forma de aumentar sua riqueza, haja vista que o solo daquele lugar era extremamente fértil, as chuvas eram muito abundantes sendo a cana de açúcar, por exemplo, em XVI, essencialmente cultivada no litoral como uma excelente forma de riqueza, mas para que isso ocorresse era necessário um trabalho que fosse barato e também constante (GUIMARÃES, 2007).

Os negros foram selecionados para serem escravizados nessa terra citada, justamente porque os portugueses tentaram fazer isso com os índios, porém não conseguiram por muito tempo, tendo em vista que eles eram mais “familiarizados” com atividades mais rústicas, com formas de cultura e agricultura, semi-nomâdes, desacostumados com uma vida sedentária e também rotineira do latifúndio, por isso, demonstravam ser trabalhadores ineficientes e também inconstantes (GUIMARÃES, 2005).

Desse modo, a história alega que isso era bastante diferente dos africanos, já que os portugueses e os povos europeus já os conheciam de modo mais íntimo (sabiam os pontos de tráfico negreiro) há anos, a exemplo de uma embarcação que havia chegado em 1433, com a finalidade de trabalhar com os militares e religiosos na área de Algarves (NASCIMENTO, 2016).

De acordo com Pierson (1971), que o tráfico de escravos ocorria como ponto principal na Bahia, os locais onde os povos negros foram arrancados eram nos países

de Guiné, da Ilha de São Tomé, depois para o Congo, Angola e depois Moçambique. Esse comércio de escravos permaneceu ininterrupto, por quase 300 anos, tendo proporções máximas entre os anos de XVIII e XIX, mas seguiu os ciclos de Pau Brasil, de Cana de Açúcar e de Ouro.

Para Barros (2005), no Brasil império, frente as demandas de pós-revolução industrial, o negro continuou sendo um objeto de submissão da supremacia branca. Embora tenha ocorrido de forma subjetiva a construção de um país mais unido, coeso e democrático, mas que na prática ainda preponderava a herança escravista. Nessa perspectiva, era como se o atraso atribuído aos egressos do cativo significasse uma ameaça aos planos de forjar esse “mito de democracia racial”.

Após a era da república, embora tenha se perpetuado a crença de que a escola era um local de disciplinarização das pessoas e da construção de cidadãos, o que se observava era que o negro ainda estava em lugar de subalternidade, haja vista nos discursos emancipacionistas, incentiva-se a valorização e amor ao trabalho, como alternativa mais eficaz de “regenerar” essa minoria que havia sido vítima de seu passado escravo (BARROS, 2005).

Sendo assim, somente com a Constituição de 1934 que ocorreram os primeiros processos de instrução pública, sendo um direito de todos, não dependendo de suas condições econômicas.

a educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a 67 brasileiros e a estrangeiros domiciliados no país, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da nação, e desenvolva no espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (BRASIL, 1934).

Porém, o que se via nas entrelinhas, especialmente no Estado Novo era uma educação linear, pautando-se mais no trabalho do que no aprendizado. De modo semelhante ocorreu no artigo 205, mais tarde na Constituição de 1988, tendo em vista que:

a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Porém, o que ainda se observava era uma educação que se baseava em grupos específicos, originários de grupos dominantes e brancos, no qual se instruía o

trabalho e a moral como pressupostos elementares. Sendo assim, embora tenham ocorridos avanços, as desigualdades sociais e raciais se mantiveram, perpetuando assim, o racismo estrutural, um exemplo clássico disso ocorre nas diferenças de escolaridade entre os brancos e negros, no decorrer das gerações, até na modernidade (DEL PRIORE, 1999).

Com isso, infere-se como os pressupostos da escravidão ainda permanecem vivos não somente na educação, nos espaços sociais de poder como empresas, nas diferenças de localização de residências. Por isso, é preciso que haja no contexto moderno, essa discussão entre as escolas, comunidade, na política e nos demais espaços sociais, para que se efetive a apreensão dos diferentes saberes, do fortalecimento dos vínculos sociais. A fim de que possam diminuir as manifestações do racismo, do preconceito e das desigualdades como um todo e assim vislumbrar um ideal de sociedade menos desigual e segregadora (BARROS, 2005).

2.3 EDUCAÇÃO, MISCIGENAÇÃO DOS POVOS E SITUAÇÃO SOCIAL: cidade de Jequié, na Bahia.

Acredita-se que o contato existente entre a África e a Bahia seja o mais amplo e íntimo, nessa época de Novo Mundo. Isso porque, os negros que foram direcionados à escravidão na época do Pau-Brasil trouxeram consigo não somente a dor de terem sido arrancados de sua terra natal. Mas também diferenças no que tange aos seus vestuários, em seus hábitos alimentares, em suas formas de exercer sua religião, nas questões relacionadas ao seu destino social, da sua credulidade no folclore, das diferenças de linguagem além de conceituarem mundos diversos perpetuaram no modo de se viver na Bahia (PIERSON, 1971).

A miscigenação trouxe consigo tanto à mistura de raças, como também as divisões culturais, quanto as formas de culturais africanas, isso porque o candomblé variava-se não somente de família para família, como também no que tange aos elementos culturais e também aos diversos estados de espírito das pessoas (NASCIMENTO, 2016).

O que era bem visto pela cultura europeia eram sempre costumes religiosos vinculados ao catolicismo, por isso, tudo que se distanciava disso era tido como desigual. Prova disso que, os costumes indígenas e os costumes africanos ocorriam em resposta com as circunstâncias da vida e assim contribuem para sua forma. Mesmo assim, notou-se que as distinções ocorriam muito mais de forma culturais do que necessariamente raciais (NASCIMENTO, 2016).

Com isso, a classe mais baixa não somente era incluída de pessoas de origem europeia, como também possuíam atitudes e sentimentos que eram prioritariamente de origem africana. Porém, o que se observava é que a partir do momento que os negros subiam de classe, acabavam deixando de lado suas identificações com a África e com as formas africanas (AZEVEDO, 1955).

Nessa senda, nesse primeiro século de colonização, poucas mulheres de origem europeia vieram para o Brasil, sendo apenas as enviadas de Lisboa, a exemplos das prostitutas e das jovens que eram órfãs. A quantidade de mulheres era tão pequena que o rei decretou que nenhuma mulher poderia ir ao Brasil, caso quisesse se tornar freira, a fim de que a população aumentasse (FERNANDES, 1978).

Contudo, com o tempo, esse quadro demográfico social foi modificando-se, com a chegada dos europeus na mãe-pátria, composto por um contingente de um milhão de habitantes, especialmente no governo de Dom Manoel, o chamado Venturoso, no ano de 1445. Mais tarde, em 1527 chegaram oitenta mil pessoas entre os chamados soldados e os passageiros. Acredita-se que essa migração foi bastante intensa, tanto que em Portugal se decretou a proibição de novas migrações, por volta de 1720 (PIERSON, 1971).

Com efeito dessa ativa migração, conforme Azevedo (1955), em seu livro “As Elites de Cor” ainda se perpetuaram os desafios relacionados à tradição e a dinâmica da mobilidade social, haja vista que foram concebidos como potenciais que originaram o conflito social. Sendo assim, por meio de uma pesquisa socioantropológica das relações entre negros, mulatos e brancos em Salvador foi possível compreender as assimetrias raciais no Brasil.

Em decorrência disso, o processo de miscigenação deveria ser tido para o país como uma forma de auxiliar na integração dos povos e da democratização social, no entanto, funcionou apenas para aumentar as desigualdades sociais e conflitos urbanos. E isso ocorre de forma preponderante na Bahia, sendo um chamado “caldeirão étnico” euroafricano no Brasil (GUIMARÃES, 2005).

Assim, o processo de miscigenação que retrata o caldeirão étnico nos territórios do país beneficia os mais brancos e sobrepresenta os mais escuros nos principais espaços da estrutura social, como os ambientes da escola, da universidade e da formação para o mercado de trabalho, em geral, que hierarquiza a população branca no topo social, em todas as funções de desenvolvimento socioeconômico e político (AZEVEDO, 1955).

Prova disso que, Guimarães (2005) defende que não existe uma regra de descendência biológica capaz de definir os grupos raciais, porém, o que ocorre são diferenças relacionadas à aparência física, no qual o sistema escravista deixa claro como essas características físicas da população africana podem ser utilizadas como formas de subjugação e da dominação desse povo. Face disso, o povo negro por meio da dominação dos povos, sendo assim visto como inferior as demais culturas.

Pensando nesse contexto, a questão da identidade se faz essencial, haja vista que por meio da consciência desta, sendo possível discutir aspectos como a cor de pele, das características físicas entre indivíduos pretos, brancos e conseqüentemente do racismo estrutural e como isso se reflete no lugar onde vivem e como vivem (MUNANGA, 2015).

Quando se pensa nesses cenários da história e do espaço do território brasileiro, também é importante verificar como a questão da psicologia, particularmente a condição psicológica e psíquica da população negra e branca, com ênfase nas crianças e nos adolescentes negros.

Nos territórios do país, o que se percebe é desde a fundação deste, como demonstrado no tópico anterior, o povo negro sofre de modo maciço aos ataques violentos. Face disto que, o Atlas da violência (2020), realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) demonstram que a violência em especial a violência policial, é demasiadamente maior contra as populações negras. Ademais que, as mulheres e crianças são as pessoas que sofrem mais com tríplice discriminação que ocorre por meio da raça, da classe e do sexo (BRASIL, 2020).

O que se observa é como a questão do território está diretamente relacionada a segregação urbana e racial, um exemplo ocorre em um estudo de doutorado, realizado pelo professor Reinaldo José de Oliveira, publicado em 2008, nas quais as periferias de Brasilândia, da cidade de Tiradentes e do Jardim Ângela são analisadas e o que se encontrou foi um fenômeno de grandes desigualdades.

Um grande exemplo foi da força de trabalho (maior parcela de pessoas negras e de melhor prestígio social direcionado as pessoas com pele branca) quando se comparado aos grandes centros. Além disso, verificou-se que a média de “branco e negros sem instrução é superior à média da cidade” (OLIVEIRA, 2008, p.213).

Em um artigo publicado em (2020), pela professora Regina Marques de Oliveira, nota-se que embora a Bahia possua expressiva parte da população negra, o que se observa mais especialmente nos quilombos analisados- sendo como emergentes municípios que originaram-se nessa localidade- há uma maior concentração de populações pretas e não negras que subsistem nesse território e que estão a mercê da violência social, especialmente do racismo estrutural e ambiental que por sua vez está vinculada a saúde mental desse povo.

Como a saúde é um campo interdisciplinar, no qual envolve interreccionalidades, com diversos campos dos saberes, é fundamental a formação de profissionais de saúde e da educação como um todo, pautado na alteridade, no respeito as diferenças e assim nas condições de bem estar pleno de todos os seres humanos, independentemente de sua condição física e social.

Com isso, é necessário o reconhecimento dessas condições, pois, tal racismo estrutural é reflexo do passado de colonização conturbado e pautado na violência ao povo preto.

Pensando nesses pressupostos, evidenciou-se nessa pesquisa a necessidade de se compreender a realidade da cidade de Jequié, como um exemplo de como essa miscigenação ocorre. Ela fora selecionada para ser exemplificada nesse contexto, tendo em vista que se trata do município onde a pesquisadora reside. O município está a 365 km de Salvador, a capital do estado da Bahia, encontra-se em uma região limítrofe entre a caatinga e a zona da mata, sendo que sua última população estimada é de 155.966 habitantes, conforme o IBGE (2020). Os gráficos abaixo apontam o percentual da população residente, levando em consideração os critérios de cor ou raça.

No gráfico 1, observa-se os percentuais do ano 2000, nos quais a população parda e preta representam maior parte da população, quando se comparada as pessoas de etnia branca.

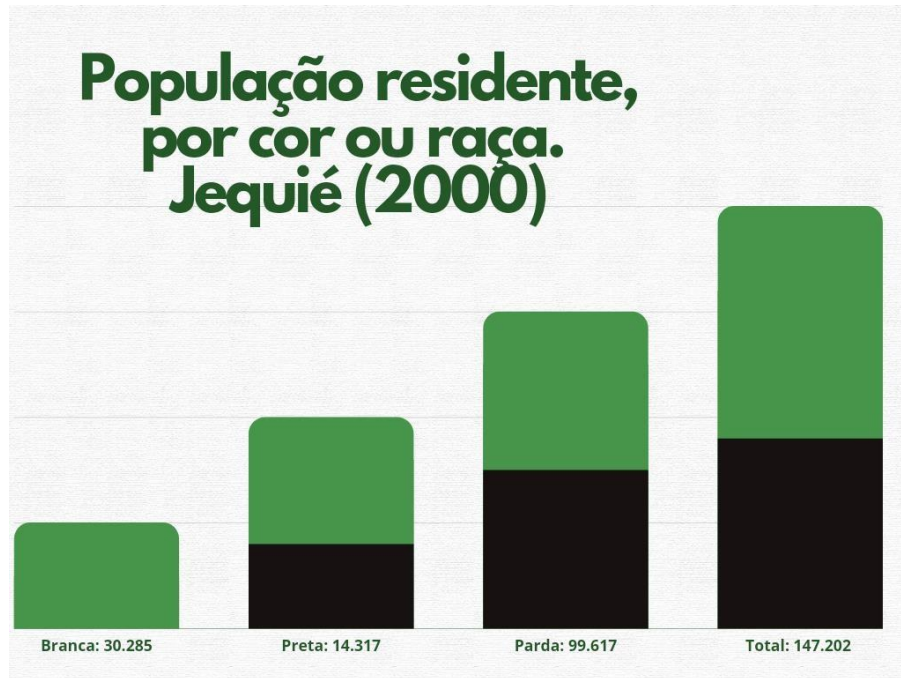


Gráfico 1-População residente por cor ou raça, por habitante pertencente a cidade de Jequié, em 2000.



Gráfico 2-População residente por cor ou raça, por habitante pertencente a cidade de Jequié, em 2010.

Após 10 anos, comparando-se os dois gráficos, o **gráfico 2** aponta também um aumento dessa população, representando uma mudança em sua tabela, tendo em vista que o IBGE entendeu e deixou subdividido as pessoas que acreditavam que seriam pretas, pardas e negras.

Com isso, nota-se um aumento desse percentual de 4, 693 milhões de habitantes, sendo uma progressão considerável de reconhecimento dessas pessoas, enquanto negras e deixando claro a necessidade de se discutir sobre essas questões de miscigenação, de saúde mental da população preta, a fim de redimensionar valores como a ancestralidade, diversidade étnica, cultural e assim, as pessoas poderem conhecerem-se melhor e cuidarem de sua saúde mental.

Por conta disso, faz-se essencial que hajam discussões sobre os diferentes grupos raciais no Brasil, a fim de refletir sobre miscigenação, diversidade racial e questões étnico raciais como um todo. Por intermédio disso, torna-se possível pensar numa sociedade longe do racismo, haja vista que este nasce a partir das diferenças entre cor e raça da população, quando vinculadas às diferenças de classe e de gênero (MUNANGA, 2015).

Persistimos nas considerações centrais do trabalho, a questão psicológica, psíquica e subjetiva da população negra, sobretudo das crianças, jovens e adolescentes, que vivem a violência do racismo e a necropolítica, desde os primeiros anos de vida e permanece irradiando para todos os lugares, como a escola, os meios de comunicação e entretenimento.

Desse modo, frente ao racismo, precisa-se haver uma discussão dentro dos espaços sociais de aprendizagem, a fim de que a personalidade da criança não seja afetada. Por isso, profissionais da educação, como professores, gestores e todo corpo pedagógico devem promover o acolhimento as crianças em situação de vulnerabilidade, em especial, a população negra, a fim de que as instituições de ensino, ao invés de serem algoz dos problemas de saúde mental, sejam um ambiente acolhedor e que propiciem não somente o conhecimento, mas a alteridade, o combate ao racismo.

Precisamos pensar a questão da saúde mental em nossa história, especialmente nesse momento, século XXI, marcado pelo racismo, a violência urbana, o feminicídio, a LGBTFOBIA+I e as adversidades que percorrem a diversidade dos territórios.

CAPÍTULO II – APORTES DE REFERÊNCIAS: AS CATEGORIAS IDENTIDADE DO NEGRO E QUESTÕES EMOCIONAIS, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E ENFRENTAMENTO DO RACISMO

3 Identidade do negro e questões emocionais

No momento atual, pensar na educação e na identidade das crianças negras é o mesmo que vislumbrar uma sociedade cujos sujeitos podem sonhar um futuro formado pela nova ordem social humana, onde as pessoas possam viver com respeito e igualdade com o outro. Nesse contexto, o trabalho do psicólogo, juntamente com a família é essencial na formação do educando, pois, auxilia na sua construção psíquica, como também na sua formação identitária tão importantes para um desenvolvimento enquanto adulto equilibrado psicologicamente (OLIVEIRA, 2008).

Prova disso que, Oliveira e Nascimento (2017) tratam no texto a “Psicologia e Relações Raciais: sobre apagamentos e visibilidades” sobre uma espécie de crítica ao trabalho do psicólogo e os modos como a construção dos conceitos epistemológicos são utilizados sem considerar os aspectos étnicos raciais dos sujeitos. Ademais, leva em consideração as maneiras como a investigação científica pode estudar a forma em que grupos empoderados socialmente no cenário nacional não compartilham pensamentos com “comportamentos pragmáticos e raciocínios técnicos, que atropelam os esforços de entendimento do mundo” (OLIVEIRA, NASCIMENTO, 2017, p. 38).

Pensando em tal prerrogativa, os cursos de psicologia no Brasil precisam possuir em seus currículos componentes curriculares que discutam o desenvolvimento das leis de igualdade racial e do combate ao racismo estrutural, a fim de que as crianças, desde a tenra idade, possam ter a possibilidade de conhecer melhor sua cultura, sua ancestralidade, por intermédio de estudos psicológicos destinados a população negra. Sendo assim, pode-se vislumbrar em favorecer as condições de igualdade racial.

Sendo assim, nota-se como a saúde mental e as relações éticas podem estar alinhadas para melhor formação dos indivíduos, tendo em vista que por intermédio da Psicologia Clínica e Psicanalítica, a sociedade como um todo pode despertar para

execução de políticas públicas que versem acerca dos direitos iguais não somente nas leis, mas em projetos e ações governamentais. Tais discussões são essenciais, pois, é possível refletir sobre o trabalho e formação dos psicólogos, bem como necessário ocorrer dentro das universidades, uma compreensão abrangente acerca da Psicologia Clínica capaz de combater o racismo e favorecer as desigualdades (OLIVEIRA, 2017).

Através deste contexto, é possível refletir a identidade do negro e da juventude da periferia, justamente porque o processo de formação da identidade perpassa o processo materialista histórico das pessoas que coloca a escravidão como momento recente. Pois, embora esse momento histórico tenha ocorrido a quase dois séculos, ainda perpetua-se nas relações de poder e possui direta organização de acesso ao mercado de trabalho atual, no qual a população negra luta por meio de movimentos sociais para ser inserida (OLIVEIRA, 2008).

Além disso, o que se vê é que esse problema social não pertence tão somente a uma realidade brasileira, mas também vista na Europa, em países como França, demonstrando como a diáspora africana, embora tenha ocorrido há dois séculos, ainda se perpétua nas relações étnicas e nas relações de preconceito na atualidade nacional e também global (OLIVEIRA, LIMA, 2017).

Sendo assim, a população negra deve ser colocada nos espaços sociais de modo inclusivo e isso traz à tona a discussão da formação do currículo dos profissionais de Psicologia e da Psicologia preta, mas que também foca na violência-crimes de xenofobia, discriminação e racismo dispostos no Código Penal- em que os negros estão submetidos diariamente, seja no mercado de trabalho, como também nas universidades e em outros espaços (OLIVEIRA, 2008).

Tal metodologia pode auxiliar no atendimento às crianças e a comunidade na construção da sua identidade como sujeito, ao passo que possibilita a inclusão desse aluno de modo adequado, caso haja algum tipo de deficiência ou transtorno psicológico. Amparados nessa técnica, os psicólogos corroboram para igualdade racial, social e identitária, seja no âmbito escolar, como fora dele (PATTO, 1997).

Quando se pensa em Psicologia Social no espaço social, é justamente isso que se reflete: aos ideais de igualdade, de articulação entre os sujeitos e sua história social, a fim de redimensionar a mais importante construção intelectual: o eu e sua relação com o outro e de sua identidade.

Para Souza (1983), o conceito de identidade para os negros é bastante complexo, uma vez que desde época da escravidão e se perpetua até a atualidade. Isso tem origem, sobretudo, na violência racista sofrida por esse povo, sob uma análise intrapsíquica. Para ela, os negros além dos sofrimentos físicos inerentes à escravidão, ainda sofreu e sofre em seu emocional. Isto é, enxergar-se negro numa sociedade de cultura altamente racista é doloroso, já que a sua própria imagem trata-se de uma vergonha para si mesmo. Esses algozes históricos tinham em suas entranhas um objetivo comum: destruir a identidade e cultura negra (SOUZA, 1983).

Conforme o mito negro, apresentado por esta última pesquisadora, os indivíduos são conduzidos para uma narrativa fantasiosa de que as pessoas são iguais, mas quando se pensa nas questões econômicas, políticas e ideológicas, o que se observa são as relações de poder – de dominando e dominante- sendo inseridas no povo negro seja em seu modo de pensar, como se agir (SOUZA, 1983). Isto é, o mito negro é a própria sociedade patriarcal, eurocêntrica, machista e preconceituosa que coloca as pessoas negras em situação de submissão e vulnerabilidade, em contraposição, a cultura eurocêntrica, em local de protagonismos sociais (cargos de chefia, por exemplo).

Então, em seu sentido psíquico afeta suas relações sociais, bem como sua formação enquanto sujeito. Deste modo, este mito do negro oportuniza um desafio ao negro ao destino de sua submissão. Sendo necessário apoderar-se dos saberes e do conhecimento para destruir o inimigo de dominação e seguir livre, ao passo que começa compreender sua própria identidade e valorizá-la (SOUZA, 1983).

De igual modo, Souza (2016) defende que há um “ego branco” que impõe o negro. Sendo assim, há um grande espaço entre os pensamentos entre os sujeitos brancos e sujeitos negros que são sustentadas pelo equilíbrio psíquico do negro que por sua vez fica insustentável, ocasionando um tipo de violência psíquica a este.

Para Souza (1983) há “regras identificatórias estruturantes” do povo negro abalam seu ideal de ego, essas pessoas podem apresentar posteriormente problemas relacionados à baixa auto-estima e crises de ansiedade. Desta forma, o caminho para que isso não ocorra é justamente a compreensão do conceito da luta pelo empoderamento negro.

Seja em casa ou nos ambientes escolares, as crianças precisam se sentirem como seres históricos, sociais e culturais para que a construção da sua identidade seja efetivada. Esta que por sua vez está em transformação contínua e que por isso

envolve aspectos psicológicos, como também biológicos e sociais, para estar bem com sua saúde mental. Com as relações sociais, os indivíduos podem assumir papéis de sua própria história, proporcionar então uma mudança que seja ao mesmo tempo individual como também coletiva.

Ademais, para se pensar em saúde mental na escola é substancial refletir acerca do espaço urbano que essas pessoas vivem. Como as instituições analisadas nessa pesquisa pertencem a locais periféricos, faz necessário compreender a segregação histórica que essa classe geralmente viveu e vive. Isso porque, o espaço urbano que as crianças vivem está diretamente vinculado as suas condições de aprendizado, de direitos sociais e segregação racial.

Isto porque crianças que moram nas regiões centrais, por exemplo, possuem mais oportunidades de aprendizado, quando se comparadas aos indivíduos que vivem em regiões periféricas, que por sua vez são traçados por invisibilidades: problemas de acesso à saúde, à alimentação, à segurança de qualidade e violências sociais. Desse modo, em decorrência das políticas sociais, começou haver um reconhecimento da importância dos meios sociais, a fim de diminuir as condições de exclusão social, por intermédio de programas sociais (ARIÈS, 1978).

Quando se pensa, por exemplo, no século XX, nota-se como as desigualdades, sejam estas socioeconômicas ou ainda políticas entre negros e brancos foram constantes, mesmo após ao quadro institucional de 1988, onde houve mesmo que simbolicamente “o encerramento do trabalho escravo”, com a Lei Áurea de 13 de maio de 1888 (tinha como objetivo tornar homens e mulheres livres para o exercício de seus direitos sociais, políticos, econômicos e etc, porém não receberam apoio para tal) (OLIVEIRA, OLIVEIRA, 2015).

Sendo assim, a população branca ainda continuou com seus benefícios sejam sociais e materiais, a exemplo de seus latifúndios; e por outra vertente, a população negra permaneceu com ausência de oportunidades, em condição de subalternidade política e também socioeconômica. Isso porque faltava-lhes acesso as oportunidades e assim desenvolver sua condição de habitação, de cidadania, de educação, de mercado de trabalho, de rendimento e saúde, além de condições de dignidade plena – tanto no que diz respeito a sua qualidade e quantidade- (OLIVEIRA, OLIVEIRA, 2015).

Nessa perspectiva, nota-se como as populações periféricas, que em sua maioria é negra, foram e são a que possuem mais atividades informais e com menores

expressões políticas e socioeconômicas e geralmente precisam viver em condições irregulares de habitação, como loteamentos irregulares. Além do mais, são as principais vítimas de crimes como o homicídios. Sendo assim, nota-se como esses indivíduos sequer possuíram, a exemplo do Rio de Janeiro, condições de estarem em escolas com boas condições de ensino (transporte coletivo, comércio, hospitais, e outros) (RIZZINI, 2008).

Nesse viés, nota-se como esses sujeitos estão mais suscetíveis a problemas educacionais, especialmente de acompanhamento escolar. Por exemplo, quando se pensa nesse período de isolamento, tendo em vista que muitas crianças tiveram que pausar seus estudos, uma vez que não possuíam condições financeiras e também psicológicas de continuar com as aulas online e também ausência de materiais como notebooks, tablets, como também foram os mais afetados quanto ao número de infectados e mortos pelo vírus (ELIGON, 2020).

Sendo assim, as discussões acerca da identidade na sala de aula, nas universidades, nos postos de saúde e em todas as entidades sociais proporcionam uma mudança da criança pautada na igualdade e no respeito com o outro e redimensiona sua postura como indivíduo. Ao passo que consolida suas relações de igualdade e de respeito com o outro.

Nesse ínterim, entender acerca da Psicologia Social pode funcionar para aumentar o conhecimento das identidades que por muitos anos foram silenciadas. Em decorrência disso, os sujeitos/objetos desta investigação – as crianças negras em seu processo de aprendizagem e de identidade- precisarão ser analisados em seu campo histórico, como também cultural, social na busca de compreender não somente sua identidade, mas de valorizar a identidade do outro.

Desse modo, os sujeitos observados precisam possuir e entender seu local de pertencimento que está não somente em sua “cor de pele”, mas em sua cultura, no seu cabelo, na valorização e pertencimento de sua ancestralidade. Elas precisam entender que não estão predestinadas a insignificância, mas devem conhecer os ideais de pertencimento, que por sua vez refletem em seus modos de pensar e de agir.

Prova disso que, a identidade destas pessoas é tida como uma espécie de metamorfose, pois, precisam estar em constantes transformações (SOUZA, 1983). Sua memória é como importante reservatório humano, deve entender sua importância na sociedade e na sua vida como um todo, a partir disso, poderá compreender melhor

sua dimensão subjetiva de viver e de estar em constante aprendizado. Isso porque a identidade é um tema apaixonante para compreender a cultura de um povo e de si mesmo, tendo em vista que onde há povo, há identidade (CIAMPA, 1998).

Portanto, nota-se como as discussões sobre negritude no Brasil apresentam um caráter histórico, mas também cultural que deve valorizar as identidades e construções de sujeitos. Mas isso é bastante complexo, uma vez que este país apresenta um discurso ideológico pautado numa identidade que é branca como ideal coletivo. Para o imaginário social, ser branco no Brasil é uma possibilidade de ser inserido nos espaços de poder, de sucesso, de privilégio (SOUZA, 2003).

Pensando nesse ínterim, o conceito de branquitude pode ser compreendido, quando se estuda as relações étnico-raciais no Brasil, como traços dos indivíduos que são influenciados pela identidade racial das pessoas brancas do Brasil, por intermédio das ideias de supervalorização da etnia branca em detrimento da população negra e dessa forma reproduzem os estereótipos racistas- como, por exemplo, pactos narcísicos entre as pessoas de etnia branca como ocorreu na Alemanha nazista de Hitler e que repercutem até na atualidade.

Dentro desse viés, surge a concepção de branqueamento que por sua vez reforça a ideia de que a população negra, frente a sua condição de submissão às ideologias brancas, por uma questão amplamente histórica e cultural decorrente da escravidão, sente-se descontente com seu estereótipo e por isso, necessita passar a se identificar como branco e desse modo miscigenar-se (BENTO, 2002).

Prova disso que, do ponto de vista histórico, nota-se como o processo de branqueamento é demarcado e incentivado pela elite branca do Brasil, já que esta, em sua larga maioria, era advinda de dos povos brancos colonizadores do Brasil, como portugueses e holandeses, detentores do poder, da ordem e dos locais de poder.

Estes indivíduos conseguem até compreender que há problemas de desigualdades raciais no Brasil, contudo, não os associam à discriminação e ao ideal racista, cujas linhas de pensamento dispõem o negro como escravo no contexto atual- como, por exemplo, no racismo estrutural nos espaços escolares, nos altos cargos, na chefia do estado, nos cargos públicos, nos bancos das universidades federais e internacionais e na gerencia de grandes empresas- embora a lei Áurea tenha sido promulgada em 1888 com a intenção de finalizar a escravidão no país-. Apesar disso,

o que se sabe é este fenômeno social perpetuou-se por muito tempo e reflete nas ideologias de discriminação nos ideais coletivos (WANDERLEY, 1999).

Nesse contexto, o que se observa no país existe uma etnia e é contra a população negra. Face disto que os mapas da violência dos anos 2000 até a atualidade demonstram a maior parcela dos trabalhadores são negros, sentem-se explorados em diversas áreas de suas vidas, desde a sua educação, a sua falta de segurança, ao seu local de trabalho sempre em cargos subalternos e também pela falta de assistência à saúde dessas pessoas, especialmente, de sua saúde mental (BRASIL, 2020).

Prova disso que, Bento (2002) defende em seus escritos, como a saúde emocional da população negra é afetada, uma vez que os ideais de branqueamento afetam a psique do povo negro, tratando-se de uma espécie de manipulação, na qual o negro é coagido a desejar tornar-se branco.

Desta forma, é como se embora os negros compreendessem as questões do racismo, principalmente, vivendo no seu cotidiano, são levados a pensar que seria mais interessante e desejável, ser branco, para que seja possível ter uma ascensão social (BENTO, 2002).

Assim, discutir as dimensões de privilégio, não pode se limitar tão somente aos problemas de desigualdade limitantes à classe social das pessoas, mas também racial, uma vez que o processo de branqueamento proporciona a perda de identidade das pessoas tão fundamental para construção de uma sociedade mais isonômica. Destaca-se nesse contexto as militâncias negras valorizando as concepções de pertencimento, de denuncia à baixa auto-estima da população negra, a fim de construir uma melhor organização estrutural de pessoas contra à discriminação racial (WANDERLEY, 1999).

Ainda nesse contexto, a concepção de branquitude ainda pode subdividida, conforme teóricos como Florestan Fernandes e Octávio Ianni como crítica, ou acrítica. A primeira seria uma linha de pensamento que desaprova o racismo como um todo, já a segunda compreende o ideal racista como capaz de defender a identidade branca individual por meio de uma compreensão de superioridade racial deste povo, como por exemplo, ocorrido com os componentes de ultradireita na Alemanha nazista com Hitler e com os membros do KuKluxKlan. Ainda assim, eles não se consideravam racistas, no quais repercute a ideia de superioridade do povo branco, face à população negra era inquestionável (CARDOSO, 2010).

Sendo assim, esse tipo de ideologia reproduziu não somente teorias, mas também ataques violentos devastadores, como genocídios e assassinatos em prol da valorização da raça única e mais importante para este povo: a raça ariana. Dessa forma, essa branquitude acrítica funciona para sublinhar traços racistas na sociedade, que por sua vez repercutem no pensamento atual dos povos.

Semelhantemente ocorre no século XXI, pois, embora se esteja na pós-modernidade, essas teorias proliferam abertamente no Brasil e no mundo, por intermédio da internet, a fim de supervalorizar uma superioridade racial branca, ainda amparada por neonazistas, apesar de este conceito ser totalmente desprezado pela maioria da comunidade nacional e internacional, como os órgãos de Direitos Humanos e da Organização das Nações Unidas (BENTO, 2002).

Sendo assim, a internet na atualidade proporciona o contato e a mobilização de ser “global no local”, de diminuir o distanciamento entre os indivíduos, mas ao mesmo tempo torna as pessoas anônimas. Desta forma, as pessoas que comungam de ideologias de ultra direita mobilizam-se e também “cancelam pessoas” em tempo real.

Face disto que, a era cibernética trouxe consigo o poderio, portanto, de redimensionar os conhecimentos, a propagação da sabedoria e da informação, como também fez com que as pessoas encontrem meios de se esquivarem das penalidades, por intermédio dos crimes de ódio ou ainda crimes contra toda a humanidade. Logo, é essencial que os indivíduos estejam abertos ao diálogo coletivo, a valorização das identidades nacionais e culturais e que sejam antirracistas. Isto porque, a sociedade não deve ser tida como unificada, mas heterogênea a favor da diversidade, do coletivo (CARDOSO, 2010).

Portanto, nota-se que frente a estas questões, até para buscar uma ascensão social, o negro precisa trabalhar seu emocional, para que não seja afetado pelo pensamento de não pensar como o sujeito branco, já que para a cultura social, lá é seu local de poder, isso porque os elementos de cor e de raça, segundo o imaginário coletivo, são pertencentes ao branco. À medida que, o negro precisa retirar de seu emocional as questões relacionadas a inferioridade, à subordinação e a da ideia de ser dominado.

3.1 Raça/cor da pele e saúde mental no Brasil

A população negra no Brasil viveu uma crescente violência que lhes oprime, já que com a globalização, embora as pessoas tiveram oportunidades positivas, como a de compartilhar melhor suas ideologias, mas também, o ponto negativo de que os discursos de ódio puderam ser também disseminados de modo mais abrangente – desigualdades nas relações étnico-raciais refletiram nos cenários sociais, econômicos, políticos e também culturais- (IANNI, 1997).

Tal senso comum faz parte de um passado histórico de violência, pois, observa-se que desde a época das grandes navegações, séculos XV e XVI, permeadas por descobrimentos marítimos e por relações de colonialismo e mercantismo, prova disso que os livros de história demonstram a África no imaginário coletivo como um país e não como “o continente africano” dotado de multiplicidade de povos, de etnias, de raças distribuídas, de culturas e línguas diversas (IANNI, 1997, p. 158).

Quando se pensa na história do “descobrimento” do Brasil, tal discriminação ocorreu de modo semelhante, uma vez que durante muito tempo a população indígena foi tida como demoníaca arcaica e sem história de povos, ou seja, tudo que se diferente do branco europeu necessita ser diminuído ou ainda tido como referência de inferioridade, esta última característica perpetuou ao longo dos anos, uma vez que o preconceito racial implica na vida dos negros e índios, não só no momento da escravidão, mas também nos descendentes desses povos até hoje nos atos de racismo, por exemplo. Pois, embora ao longo dos séculos tenham havido modificações sociais, isto é, os diferentes modos de agir e pensar com as pessoas modificaram-se, ainda permanecia no imaginário coletivo a ideia de branquitude, como referência de modelos sociais a se seguirem (GUIMARÃES, 2017).

Diante dessa cultura discriminatória, o Ministério da Saúde apontou em 2021 que ocorreu um aumento no número de indivíduos acometidos por problemas psicológicos como depressão e suicídio com um percentual de 45%, no ano de 2020 de pessoas negras. Ademais, a ansiedade é prevalente em 2º lugar de problemas relacionados à saúde mental destes indivíduos (BRASIL, 2021). Com esse cenário, aponta-se para a necessidade de investigação e tratamento mais preciso para o desconforto físico e psíquico gerados pelas violências e atos de racismo, para então os negros poderem atuar nesses espaços com mais vigor e qualidade de vida, para criar instrumentos que auxiliem essa população negra.

Dados demonstram que os problemas mentais representam a maior parte de incapacidade de pessoas ao mundo do trabalho, com uma proporção de 22,9% de

anos de vida dos indivíduos. Nesse contexto, os transtornos depressivos são os mais comuns dos transtornos mentais no Brasil, especialmente com uma porcentagem de (34%) e tendo como principal região de acometidos por essas enfermidades são encontradas no nordeste, cerca de 33% (SCHRAMM et al. 2004).

Embora hajam grandes indícios relacionados à crise da saúde mental e dos aumentos da violência contra a população negra no Brasil, os estudos atuais em sua maioria demonstram que a saúde psicológica desses indivíduos é menos estudada, quando se comparada com a saúde física das pessoas brancas (GUIMARÃES, 2004). Isto é, há poucas reflexões acerca da relação cor da pele e saúde mental das pessoas, sobretudo no Brasil, pois, é comum os pesquisadores não incluírem questões relacionadas às etnias nos instrumentos e dados das pesquisas científicas.

Compreende-se então, que mesmo diante dos altos indícios apontados, como o IBGE e da OMS, a saúde mental ainda é incipiente aos profissionais de saúde, tendo em vista que ainda falta um maior debate sobre o racismo estrutural, não somente na escola, mas também nos grandes centros acadêmicos, quando se pensa na formação dos profissionais de psicologia, enfermagem e outros, por exemplo.

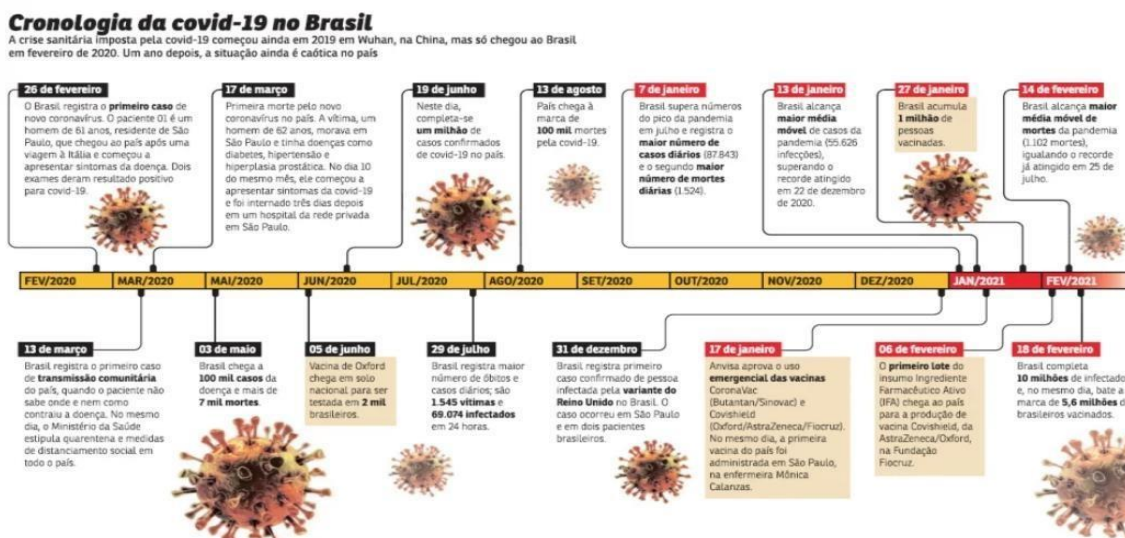
Então, nota-se como isso pode ser atribuído em decorrência das condições de aceitação do mito da democracia racial no país, principalmente, com as dificuldades do senso comum estruturar as condições de raça/cor e a oposição de classe sociais e raça/cor da pele (CHOR; LIMA, 2005) Embora no Brasil tenha ocorrido políticas legais contra a segregação racial, como as Leis 10639/2003 que tratam sobre a valorização da cultura étnico racial, o elemento raça ainda possui influencia na sociedade do país, uma vez que ocorrem desigualdades no cotidiano das pessoas (BRASIL, 2003).

Sendo assim, é como se a cor/raça das pessoas pudesse interferir nos modos de se pensar, e, portanto, nas oportunidades acadêmicas, de mercado de trabalho, também nas condições financeiras, econômicas e sociais das pessoas, desta forma, acabam influenciando nas posições socioeconômicas. Sendo assim, nota-se, de modo geral como as questões relacionadas à raça/cor da pele e os problemas mentais justificam-se, uma vez que a população negra está mais exposta ao estresse, violências e desigualdades (LOPES, 2005).

O contexto de pandemia da COVID-19 trouxe ainda mais desigualdades entre pessoas especialmente, quando se reflete sobre espaço geográfico e problemas étnico-raciais e saúde mental. Isto porque se perceber que o espaço urbano no qual

as crianças moram está diretamente relacionado com sua saúde mental. A exemplo de crianças que moram em zonas centrais possuem melhores oportunidades de aprendizado, saúde e educação, quando se comparadas as moram em zonas periféricas tendo em vista que estas últimas estão mais suscetíveis às mazelas sociais como a ausência de investimento pontual do governo na saúde, segurança e educação que por sua vez refletem na saúde mental destes indivíduos (BRASIL, 2021).

Prova disso que, ocorreu em São Paulo, mais precisamente, no bairro de Brasilândia, localizado na zona norte, onde os dados mostraram que cerca de 5.500 casos suspeitos do vírus e cerca de 156 mortes até 2 de junho de 2021, sendo então o bairro mais afetado pelo vírus no país. Com efeito, é perceptível como as condições de segregação e de desigualdades no Brasil possuem raça e classe como fatores que são indissociáveis (BRASIL, 2020; 2021). A fim de que isso ficasse mais claro, observa-se a evolução desta enfermidade no país, entre os anos de 2020 e 2021:



Editoria de arte/CB/D.A Press - Cronologia da covid-19 coronavírus no Brasil

Figura 1- Cronologia da COVID-19 no Brasil. Disponível em CNN, 2020.

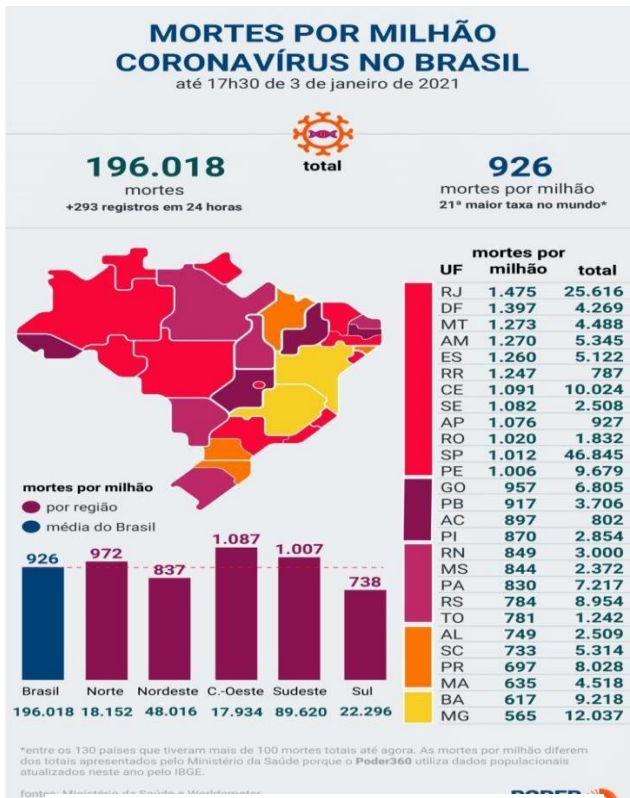


Figura 2- Número de mortes pela COVID-19. Disponível em Ministério da Saúde, 2020.

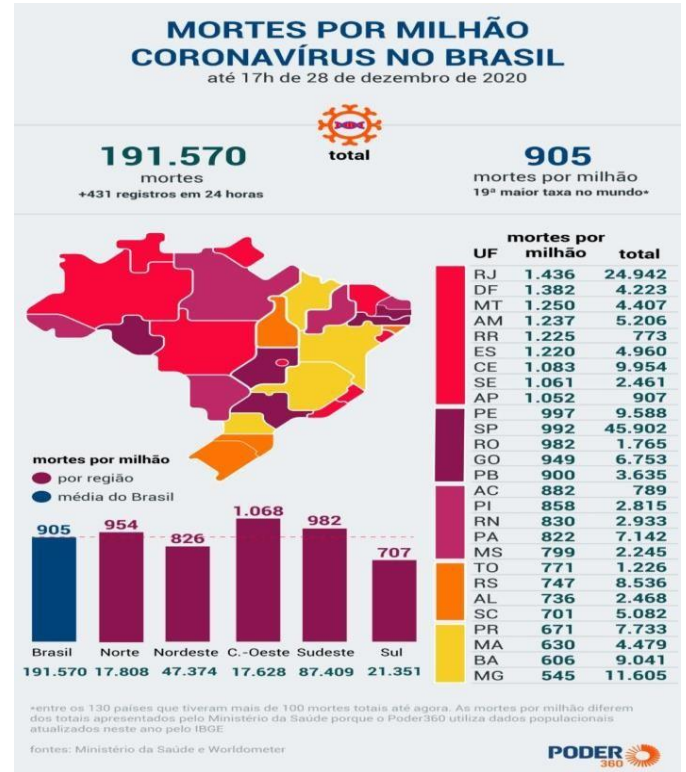


Figura 1- Número de mortes pela COVID-19. Disponível em Ministério da Saúde, 2020.

Em 2020 foi o início da construção dessa pesquisa e os dados apontavam, conforme a figura 2, disposto pelo Ministério da saúde, um percentual de 191.570 pessoas, enquanto no ano recorrente, momento de construção da dissertação e da qualificação, o número de mortes foi ascendente demonstrando um percentual de 196.18 (figura 1). E, embora tenha-se realizado a etnografia de campo, nas instituições de ensino selecionadas, de certa forma prejudicou o andamento da metodologia do trabalho, tendo em vista que, as entrevistas tiveram que seguir condições sanitárias e ainda jornada de trabalho dos docentes e da gestão (BRASIL, 2020).

Com efeito, mais precisamente em 18 de junho de 2021, O Mapa da Desigualdade de 2019, disposto pelo Ministério da saúde, provou como o vírus proporcionou prejuízos sociais, culturais e especialmente a população periférica, que por sua vez, teve suas condições de isonomia violadas, tendo em vista que regiões como Sapopemba, localizada na zona leste de São Paulo, onde há maior parcela de

sua população sendo autodeclarada como negra (cerca de 33%) concentrou a alta de letalidade pelo vírus no mês citado (41,7%) (BRASIL, 2021).

Além disto, do ponto de vista de saúde pública, essa região também sofreu efeitos quanto aos leitos hospitalares, tendo apenas 0,01 para cada 1 mil habitantes - sendo um índice inferior à recomendada pela Organização Mundial da Saúde (2,5 a 3,0) (BRASIL, 2021).

Nota-se então, como a realidade objetiva das regiões periféricas são diferentes, no que concerne ao acesso a saúde mental, que por sua vez reflete nos espaços de aprendizado que foram e estão sendo investigados nessa pesquisa.

Tais índices reforçam como a sociedade precisa ser ressignificada, prova disso que, conforme Ariès, em seu livro “História Social da Criança e da Família” (1978), demonstra que tais problemas de desigualdades sociais e de gênero são comuns as crianças e também as mulheres desde os primórdios da humanidade, tendo em visto que essas pessoas eram sempre consideradas inferiores genética e socialmente.

Por isso que, até mesmo o século XII, a era medieval não reconhecia a infância das pessoas. Nesse ínterim, as políticas sociais atuais são basilares para reformular esse passado histórico, tendo em vista que, por intermédio destas que se pode entender o verdadeiro sentido da infância, sendo então um dos mecanismos que a sociedade possui de ressarcir esse passado histórico seja por meio de programas filantrópicos, assistenciais e sociais, com a intenção reparar esses erros que nasceram desde a época medieval, passaram pela história contemporânea e ainda coexistem na sociedade hodierna de descasos com os momentos da infância e da adolescência (ARIÈS, 1978).

Dentro desse contexto, também é necessário frisar problemas que envolvem os outros grupos minoritários como indígenas, pessoas com deficiência e transexuais que sofrem todos os dias condições de desrespeito e falta de isonomia na sociedade não somente em suas condições de saúde e de segurança, mas também em educação já que os recursos federais dos programas de pós-graduação sofreram redução de cerca de 75%. Sendo assim, iniciativas como o PPGP, voltada para inserção de autores e perspectivas epistemológicas podem funcionar para aumentar e renovar a produção de conhecimento das pessoas. Isso ocorre desde com a inclusão dos saberes e de suas vivências, mas também pela oportunidade de compartilhar seus saberes sociais e históricos que esses grupos trazem consigo (OLIVEIRA, SANTOS, 2021).

Frente a estas questões, é necessário ressaltar as doenças relacionadas à saúde mental podem ocorrer justamente porque o estresse está diretamente relacionado à estrutura social da pessoa, bem como seu status social e experiências de discriminação e de racismo, como também seu papel social, além disso, pode ser ocasionado por conta da raça das pessoas, uma vez que esta é determinante quando se pensa as questões socioeconômicas da sociedade (WILLIAMS, JACKSON, ANDERSON, 1997).

Frente a pandemia da COVID-19, é necessário que todas as pessoas, em especial as pessoas negras que sofrem com transtornos mentais, sejam assistidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Para isso, as precisam ter consciência que existe um aparato legal essencial quando se discute o funcionamento do SUS no país e de sua qualidade de atendimento as pessoas, independentemente de sua condição social, física, de etnia e religiosa.

Trata-se do Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regula sobre a organização do planejamento à saúde, à assistência à saúde e articulação entre os entes federados. Essa lei envolve, portanto, o respeito e o atendimento as pessoas não dependendo, portanto de suas identidades culturais, econômicas, sociais, bem como a rede de comunicação, de infraestrutura e de transportes para execução de serviços voltados à saúde e educação (BRASIL, 2011).

E, embora hajam essas leis que reforçam esses ideais coletivos, o que se vê são ainda problemas relacionado a uma educação isonômica nesse período pandêmico. Prova disso que, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), um estudo publicado em julho de 2021, demonstrou os seguintes dados: 99,3% das escolas brasileiras suspenderam as atividades presenciais; além do mais apenas 53% delas permaneceram com seu o calendário. Por outra vertente, aproximadamente 70% das escolas privadas conseguiram seguir o cronograma escolar que já havia sido previsto (BRASIL, 2021).

Com efeito, a fim de solucionarem o problema, 28,1% das escolas públicas planejaram a complementação curricular com a ampliação da jornada escolar no ano letivo de 2021. Enquanto que na rede privada, apenas 19,5% das escolas optaram por isso. Mais uma vez, como afirmado no capítulo anterior, as questões de desigualdade social no Brasil infelizmente permeiam as condições de raça e de classe social, uma vez que as crianças de melhor poder aquisitivos não foram amplamente

atingidas, assim como as crianças negras, que em sua maioria formam as escolas públicas e também as mais afetadas por condições de mortes decorrentes da COVID-19 (BRASIL, 2021).

Não obstante, é interessante frisar a má qualidade de saúde no Brasil permeada por problemas complexos como, mudanças frequentes de gestores dos hospitais, sendo sua maioria com formação insuficiente para o cargo, poucas ações e projetos de saúde necessários para democratização do conhecimento, da valorização da saúde mental das pessoas, também pela falta de médicos, dos psicólogos nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAS) e de hospitais, seja no cuidado ambulatorial, como também na emergência (OMS, 2015).

Diante do cenário apresentado, cabe a iniciativa do Estado, dos estados e municípios, por intermédio de políticas afirmativas, disponibilizarem melhores condições de atendimento, visto que não basta leis que os respaldem, mas também, é elementar o acompanhamento com qualidade, a população assistida pelo SUS, que em sua maioria é negra.

Além disso, faz-se crucial os investimentos, de novos projetos voltados ao autocuidado promovidos ora de nível municipal, ora de nível federal, para promover atendimentos às pessoas negras, pois, observam-se como esses indivíduos estão mais suscetíveis a problemas psicológicos e doenças crônicas. Isso porque, o sofrimento psíquico do racismo, por exemplo, pode dilacerar almas, surge como essencial a figura do analista, do psicanalista e da figura do psicólogo como essenciais a fim de auxiliarem essas pessoas ter a oportunidade de recompor sua própria singularidade e aprenderem gerenciar suas emoções (OLIVEIRA, 2020).

Prova disso que, autores como Oliveira (2020) defendem a importância da empatia clínica, como a da teórica Neusa Santos Souza que trabalha especificamente com temáticas como o racismo, com um manejo que seja ao mesmo tempo transferencial e também contratransferencial que permite observar as pessoas com um manejo psicossocial pautado na valorização das vidas, que perpassam por tantas dificuldades, sobretudo, de viver em uma sociedade onde o racismo faz parte da cultura social, como é o caso do Brasil (OLIVEIRA, 2020). Para melhor compreensão disso, é necessário se discutir acerca dos aspectos étnico-raciais nos nichos sociais, a exemplo dos ambientes escolares. Por isso, o próximo tópico se destina a compreender as relações de preconceitos nestes espaços.

3.2 População negra nas escolas

Por conta do aumento de analfabetismo funcional em todos níveis de ensino no Brasil, há uma ascensão de pesquisas voltadas para busca de soluções para este problema, Gomes (2005) aponta que o letramento e alfabetização no nível superior encontram-se em condições precárias, já que uma grande parcela da população brasileira está diante de problemas direcionados à escrita, a leitura, a compreensão de textos, de cálculos matemáticos e também de raciocínio lógico.

Como o letramento dialoga sobre as práticas sociais da leitura e escrita, torna-se de suma importância para o indivíduo e o meio social em que faz parte. Portanto, quando as pessoas tornam-se alfabetizadas (aprende a ler e a escrever), deixa de ser analfabeto, se apropriando do Sistema de Escrita Alfabética, insere-se melhor nos nichos sociais.

Dentro deste contexto de aprendizado, um dos principais desafios dos cursos de formação de professores e também de psicólogos atuais está o objetivo oportunizar, que estes percebam o processo de alfabetização deve ser voltado à valorização das diferentes culturas e não somente a uma visão eurocêntrica.

Sabe-se que as chamadas estruturas de poder são face da sociedade atual e influenciam os indivíduos no seu modo de pensar e agir como um todo. As principais conhecidas são os hospitais, as penitenciárias, os espaços escolares e outros. Isso porque, nesses ambientes é comum ocorrer uma relação de hierarquia entre as pessoas. Prova disso que, esses ideais de dominador e de dominado são inclusive discutidos por autores como Michel Foucault e também Mbembe (MBEMBE, 2018).

Quando se foca nas questões de necropolítica, por exemplo, é possível compreender como a hierarquia de etnias (nos quais os brancos sobrepõem os negros) é comum na organização e relações de poder. Inclusive, conforme este último autor, quando se pensa no biopoder - biopolítica é possível notar como na cultura e nas dimensões sociais as pessoas estão submetidas, mesmo que involuntariamente em diagramas de poder cujas características são a soberania, o biopoder, a disciplina e a necropolítica (MBEMBE, 2018).

E, esta última coloca os indivíduos atualmente numa cultura que ainda valoriza a colonialidade e os processos de colonização, cujas pessoas são tratadas de modo distinto na sociedade, a depender de sua classe social, da sua etnia e cultura. Sendo

assim, os seus modos de viver, a sua chamada (bios=vidas) não são vividas de forma igualitária, mas trata-se de um território de privilegiados (LIMA, 2007).

Sendo assim, vê-se como a escola, de fato, é uma das instituições sociais mais complexas da sociedade contemporânea, cumprindo um papel fundamental de mediação entre o mundo social e a ciência com uma posição estratégica na formação da Educação Infantil. Isto é, para Vigotsky (1998), a escola tinha papel fundamental ao produzir “algo fundamentalmente novo do desenvolvimento da criança” (VIGOTSKY, 1998, p. 110), na direção dos processos psicológico superiores e da entrada da criança, em um meio mediatizado pela cultura e pela linguagem.

Os pensamentos de Vigotsky foram inseridos no meio educacional brasileiro nos meados de 80 amparados por vários grupos de pesquisadores interessados na construção de uma nova base epistemológica para a educação e no desenvolvimento do pensamento educacional que por sua vez são reflexos da saúde mental e emocional das crianças (TEIXEIRA, 1992).

Essas reflexões estiveram presentes no aprimoramento educacional brasileiro culminado com a homologação da Lei 10. 639/2003, que obriga a inserção do estudo da história africana e afro-brasileira e de projetos educacionais e de saúde mentais voltados para o colegiado negro (BRASIL, 2003). A problemática racial impacta várias dimensões na vida da população negra no Brasil, sobretudo as crianças, não somente com os atos de violência física, que são facilmente percebidos, como com outros menos visíveis que afetam diretamente a saúde mental.

A discriminação racial compõe uma vivência difícil e devastadora quando se trata de crianças que nunca será apagada ou diluída. Na compreensão atual, o tema raça foi ressignificado pelo movimento negro, que neste momento se distancia do conceito biológico, já que este mesmo se provou inadequado quando se refere a pessoas, dando espaço para a construção social de indivíduos agrupados por determinadas características físicas:

Se a categoria raça é tencionada nos meandros de esquemas de dominação e escravidão, não a utilizamos como sentido biológico, mas como símbolo político de resistência e de afirmação da identidade negra. -racialismo-antiracista (GUIMARÃES, 2005).

Antes de tudo, é preciso entender o racismo como forma estrutural, levando em conta a característica da população analisada, existindo assim diversas formas de

sofrimento psíquico, para as diversas populações negras, guardando similaridades e se afastando ao mesmo tempo.

Segundo Cuevas et al. (2013), a discriminação e preconceito percebido isoladamente geram disparidades na saúde mental, ou seja, mesmo a pessoa negra com boas condições financeiras e alta escolaridade apresentam sofrimento psíquico por sofrer racismo. Estudos internacionais e os poucos produzidos nacionalmente indicam que a saúde mental da população negra é diretamente afetada pelo racismo estrutural que orienta as relações políticas, econômicas, jurídicas e familiares (ALMEIDA, 2018).

Nesse caso específico desta pesquisa, o alvo de análise serão crianças periféricas, em sua maioria negras, sem percepção de gênero sexual, e majoritariamente que apresentam um comportamento agressivo e com déficit cognitivo. Prova disso que, para Cordeiro e Buendgens (2012), em as “26 as raízes do preconceito e da discriminação racial” desenvolvem-se na infância, pois, é nesse período que o sujeito sofre suas primeiras influências e tem dificuldade de reconhecer e lidar com o preconceito tendo extensão no seu processo de formação. Os autores ainda afirmam que é na escola e na família que ocorre o primeiro curso de racismo, pois, nesse período se aprende a enaltecer e elogiar a branquidão de pele, e a associar a pele escura ao indigno.

Vale ressaltar que a escola é um local importante onde a criança pode aprender sobre diversidade cultural e entender seu papel e sua identidade cultural, elas estabelecem relações e desenvolvem a socialização, e a vivência do racismo afeta diretamente a chamada primeira infância, causando traumas agudos que são externados através da irritabilidade emocional, raiva, agressividade, variações de humor, apreensão depressão e dissociação.

Sendo assim, um trauma na primeira infância afeta todos os domínios seja ele afetivo cognitivo e social, e a partir dessa problemática, a articulação entre educação e saúde se torna caso de política pública e nesse momento entra as intervenções psicológicas. Tendo em vista que, de acordo com Cavalleiro [...] “a identidade é um dos resultados mais importante do processo de constituição social do sujeito [...] assim a identidade resulta da percepção que temos de nós mesmos, advinda da percepção que temos de como os outros nos vêem” (CAVALLEIRO, 2000, p.19).

Nesse sentido, o conflito racial da criança dentro do convívio escolar coloca a criança negra em real desvantagem, marcando sua itinerância escolar e é nesse

sentido que se problematiza a saúde na educação, não no conceito básico de saúde versus doença, mas na perspectiva de saúde como promoção desenvolvimentista de aptidões e capacidade individual.

A promoção da saúde se faz por meio da educação, da adoção de estilos de vida saudáveis, do desenvolvimento de aptidões e capacidades individuais, da produção de um ambiente saudável. Está estreitamente vinculada, portanto, à eficácia da sociedade em garantir a implantação de políticas públicas voltadas para a qualidade de vida e ao desenvolvimento da capacidade de analisar criticamente a realidade e promover a transformação positiva dos fatores determinantes da condição de saúde (BRASIL, 1998, p.67).

De acordo Lopes (2013): “a formação do aluno para o exercício da cidadania compreende a motivação e a capacitação para o autocuidado, assim como a compreensão da saúde como direito e responsabilidade pessoal e social”. Para isso, será necessário desconstruir pensamentos tidos como “verdades”.

Feitosa (2012) sustenta que cabe ao professor conhecer/proporcionar aos alunos práticas reais, tanto de produção de texto quanto de leitura que seja pautada no conhecimento e saberes de diferentes culturas. Desta forma, o ambiente escolar deve ser um lugar que valoriza o coletivo, que exclui as desigualdades e as diferenças recorrentes da sociedade, seja do ponto de vista de ordem social, cultural ou ainda étnico-racial. Ou seja, as instituições de ensino devem ser um lugar para todos, excluindo papéis impostos pela sociedade, desenvolver uma educação que seja anti-racista, uma vez que não discutir as questões relacionadas ao racismo na escola é o mesmo que reproduzir ideologias de uma sociedade discriminatória.

Nesse íterim, as relações entre a psicologia e a educação são essenciais para compor a boa ordem social, pois, preconizam a importância das ações de exclusão e preconceito entre as pessoas. Isso porque, é comum ocorrer tanto a repressão como o controle corretivo de crianças negras, sobretudo, as que são desfavorecidas economicamente e isso repercute por sua vez em suas condições psíquicas (OLIVEIRA, BALIEIRO, SANTOS, 2020).

Nota-se então no Brasil, uma espécie de política econômica disciplinar na qual as pessoas, desde pequenas, sofrem uma espécie de regimento, para que sejam moldados seus modos de pensar e agir em sociedade. Sendo assim, para além das discussões de classe e de exclusão, há uma instrumentalização do Estado para punir

e também ordenar as pessoas, tendo como objetivo a necropolítica, que por sua vez controla a mortalidade e define a vida das pessoas.

Isso se justifica porque a população menos favorecida, que em sua maioria é negra sofre ataques da sociedade branca ocidental, desde quando são crianças na escola, há, portanto uma política de extermínio. Isto é, um processo de desumanização dos corpos negros a fim de controlar os pensamentos e ações, impossibilitando assim, a inexistência da democracia racial (OLIVEIRA, BALIEIRO, SANTOS, 2020).

É necessário, portanto, que os docentes e os psicólogos possuam um olhar sensível para os problemas citados, ao passo que utilizem seja na sala de aula ou ainda em seus atendimentos clínicos materiais que valorizem a cultura negra, sempre com leituras críticas e inovadoras. Acreditem na capacidade e criatividade de seus alunos ou de seus pacientes, independentemente de suas condições sociais, sejam capazes de demonstrá-los que os problemas de discriminação as pessoas, as suas famílias e aos próprios negros trata-se de um ato ilegal de racismo e por isso as pessoas devem buscar seus espaços sociais, de luta e de ascensão social, embora haja no Brasil uma cultura voltada a desvalorização das minorias da sociedade e valorização da branquitude (MACEDO, 2011).

Além disso, é importante a criação de projetos nas instituições de ensino que enalteçam o continente africano, as religiões de matriz africana, reconheçam que no Brasil a existência do racismo ainda é negada, que é comum o senso comum acreditar que não há efeitos negativos para os negros, ou ainda que não há busca de metodologias e estratégias que versem a participação das crianças negras nas propagandas de televisão e em outros meios de comunicação (MACHADO, 2011).

Ademais, é basilar que haja nos espaços escolares, como também nos espaços de acolhimento as pessoas com problemas de saúde mental um apoio, sobretudo, para as crianças que sofrem com problemas de discriminação e preconceito racial.

Sendo assim, as instituições de ensino ou ainda os locais de atendimento psicológico devem ser tidos como instrumentos de minorar conflitos, não apenas explicando as crianças negras a suportar os problemas de racismo, com sua identidade ou ainda com sua autoestima. Mas também é importante que os cursos de formação docente e de profissionais de psicologia tratem a questão do preconceito racial e da desvalorização das minorias dentro dos currículos acadêmicos (MACHADO, 2011).

Como resultado, para que os futuros professores, vinculados aos projetos com os psicólogos, desenvolvam projetos políticos pedagógicos e regimentos escolares que versem acerca da Lei 11645/2008 e também a valorização da produção cultural da população negra. Dessa forma, os alunos perceberão que as ideologias eurocêntricas não são os únicos saberes científicos válidos na sociedade (BRASIL, 2008).

Isso porque, quando se pensa no aprender e o ensinar acerca das relações étnico-raciais no Brasil não é diferente, pois, essas metodologias são baseadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino e Cultura Afro-brasileira e também africana e por isso enaltecem a cultura negra, o exercício da cidadania e de diminuir as discriminações (BRASIL, 2004).

Sendo assim, é preciso mediar conflitos e ampliar no Brasil um sistema de ensino que volte-se à valorização da diversidade, ao coletivo e ao combate à discriminação. Como resultado, nota-se que, quando a escola aprende, todas as pessoas são beneficiadas, com o objetivo de construir uma sociedade que seja ao mesmo tempo isonômica, busque o exercício dos direitos sociais, como também políticos e econômicos. Nesse contexto, observa-se como a vida das pessoas podem ser ressignificadas, pois, melhoria da sua saúde mental repercute na sua vida social e vivência diária pautada na construção de sua identidade (SILVA, 2006).

Portanto, pensar na lei de igualdade racial e estudo da cultura africana dentro do ambiente escolar é de fato executar o direito relacionado à dignidade da pessoa humana em toda sociedade. Tais princípios, além de estarem referendados na Carta Maior, também reafirmam a Declaração Universal de Direitos Humanos que preconiza a necessidade da construção de cidades nação que sejam pautadas na isonomia e na valorização do humano (LEVORIN, 2003; BRASIL, 1988).

Nota-se que com ações afirmativas e com a inserção de leis e cumprimento destas, é possível vislumbrar uma sociedade mais justa e igualitária sem distinção de raça/cor/etnia, questões mentais e outras esferas. Sendo assim, é necessário criar-se dentro dos espaços sociais pesquisas que visem a melhoria da saúde mental e vicissitudes das minorias, em especial da população negra, que é tão atingida pela violência e pelo racismo estrutural (OLIVEIRA, 2020).

Nesse sentido, as pessoas precisam ser sensíveis a respeito da valorização da ancestralidade negra também na psicologia, com o intuito de reverenciar seus escritos, viabilizar pesquisas que visem a inclusão de psicólogos negros e não negros

interessados em acabar com necropolítica do racismo no Brasil, por exemplo, especialmente, quando se pensa nas crianças negras.

Estas que precisam desde a tenra idade serem valorizadas em sua identidade, sua cultura, seu território, seu modo de se vestir de acordo com as suas condições sociais e seu credo. Assim, isso é capaz de repercutir de forma eficaz nas relações humanas e também nas condições do ecossistema natural, tendo em vista que os povos indígenas e de matriz africana enaltecem não somente o respeito mútuo e as boas vivências sociais, mas também a natureza como criação divina que precisa ser respeitada, a fim de pautar-se no bem-estar mental, social e físico das pessoas (OLIVEIRA, 2020). Pensando nesse sentido, é possível construir uma sociedade democrática e participativa e também longe de preconceitos vãos e vis.

3.3 A Desigualdade racial à luz da Psicologia Social: do período colonial ao contexto atual

Nessa seção haverá uma discussão acerca da desigualdade racial à luz da Psicologia Social evidenciando temas relacionados às questões étnico-raciais tratam-se de uma proposta basilar a ser discutida dentro do meio acadêmico, na formação docente e também dos cursos de Psicologia, à medida que se pauta numa linha histórica do período colonial ao contexto da modernidade. Dentre os subtemas tratados estão os transtornos psicológicos, formação dos psicólogos e as desigualdades raciais como subáreas de conhecimentos que predominaram nas pesquisas.

Sob essa visão colonialista, o texto publicado por Antônio Sergio Alfredo Guimarães em (2006) como título do texto: “Depois da democracia racial” e como próprio nome diz traz consigo uma discussão do cenário em que as pessoas negras podem participar ativamente dos espaços sociais. Para isso, ele mapeia produções científicas da Psicologia Social voltada à população negra, especificamente nas subáreas de desigualdades raciais, formação de psicólogos e da saúde mental das pessoas negras, a fim de observar a sociedade brasileira, caso as desigualdades raciais fossem encerradas e o país se tornasse um local de destaque para as políticas multiculturais.

Discutir esse texto dentro de um estudo étnico-racial é de fundamental importância, pois, desperta a ideologia e esperança de que, apesar do Brasil ocorrer diversos casos de racismo, ainda há esperança de uma sociedade igualitária, acreditando que é possível reverter às desigualdades e preconceitos. Prova disso que, em seu texto o autor expõe o mito da democracia racial não deve ser tida como utopia, pois, em grande medida fora e ainda é um ideário importante para amainar e coibir preconceitos e por isso deve ser uma realidade social (MACHADO, 2011, p.269).

Não há como discutir acerca do racismo em contexto colonial sem mencionar Oliveira (2017) em “Frantz Fanon, Psicologia e Psicanálise: epistemologias da violência”, já que ele expõe o olhar dos pensamentos do médico Frantz Fanon voltados à Psicanálise que começou a ser pensada no Brasil, ainda nessa época. Este cientista defende uma discussão pautada em teóricos como Sarte e Lacan, levando em consideração como o psiquismo pode ser trabalhado, a fim de diminuir as questões de violência, em especial da população negra. Essa visão é bastante respeitada internacionalmente, uma vez que expõe a violência e os constantes massacres que a população negra está inserida, desde sua chegada até o Brasil e refletiva na cultura do país até hoje.

Sendo assim, com a visão de Fanon, Oliveira expõe que embora os negros estejam inseridos neste espaço de desigualdades, ainda há esperança de se construir “a casa de igualdade de todos os seres”, por intermédio das investigações científicas acerca das condições psicológicas das pessoas negras e como elas podem ser melhoradas e ampliadas por intermédio da Psicanálise (OLIVEIRA, 2017).

Por outra vertente mais moderna é possível se pensar as condições de preconceitos e desigualdade racial em grandes metrópoles, como por exemplo, em São Paulo e Paris, no que concerne a identidade e a produção subjetiva de meninas negras que são encontradas nas periferias. Essa pesquisa além de ser diferente no sentido de analisar uma visão mais feminista dentre desta discussão de desigualdades raciais, também dispõe uma comparação continental.

Ademais, por meio de uma observação participante, em que os corpos dessas pessoas são tidos sob variadas dimensões, seja em sua história, como também em sua cultura, como também simbolismos e psiquismos, é possível verificar que apesar das pessoas negras analisadas estarem em metrópoles diferentes, ainda sofrem de problemas de preconceitos semelhantes- como a falta de inclusão social, de preconceito racial e outros. Isto é, embora as meninas morem em localidades

dessemelhantes, possuem os mesmos encontros sociais que defendem a importância de valorização dos corpos, do feminino, para que essas pessoas sejam valorizadas dentro dos espaços sociais de forma participativa e igualitária (SOUZA; OLIVEIRA,2015).

À luz destas questões, é preciso verificar a figura dos profissionais de saúde mental nesse contexto, como alternativa de tentar diminuir os problemas dessa população preta, para isso, é necessário haver uma espécie de busca para melhorias ao trabalho do psicólogo e os modos como a construção dos conceitos epistemológicos são utilizados sem considerar os aspectos étnicos raciais dos sujeitos (OLIVEIRA E NASCIMENTO, 2017 a).

Somado a isso é importante que haja uma investigação científica de estudar a forma em que grupos empoderados socialmente no cenário nacional não compartilham pensamentos com “comportamentos pragmáticos e raciocínios técnicos, que atropelam os esforços de entendimento do mundo” (OLIVEIRA, NASCIMENTO, 2017 b, p. 38). Mas para isso ocorra com efetividade, esse pensamento deve se iniciar ainda no momento de formação dos profissionais de psicologia. Isto é, essa discussão de um modo mais contundente, deve focar na necessidade de haver dentro das graduações, disciplinas específicas acerca do estudos psicológicos direcionados à população negra (VEIGA, 2019).

Isso serve para melhorar o atendimento dos psicólogos no geral, mas sobretudo, dos que atuam no Sistema Único de Saúde, já que eles tendem a lidar com as pessoas de classes menos favorecidas, no caso, a população negra do Brasil.

Sendo assim, o currículo das universidades devem ser modificados para isso, pensando sempre acerca da importância da Psicologia Clínica Psicanalítica e das relações étnicas raciais para melhoria das condições de vida dessas minorias citadas.

Sendo assim, a Psicologia Clínica é capaz de alcançar e promover o despertar da sociedade para execução de políticas públicas que versem acerca dos direitos iguais não somente nas leis, mas em projetos e ações governamentais. Tais discussões são essenciais, tendo em vista que é possível refletir sobre o trabalho e formação dos psicólogos, bem como necessário ocorrer dentro das universidades, uma compreensão abrangente acerca da Psicologia Clínica capaz de combater o racismo e as desigualdades (OLIVEIRA, NASCIMENTO, 2017 b).

Ademais, precisa-se refletir que os negros não precisam tão somente serem incluídos nos espaços sociais, mas como mencionado no tópico anterior, precisa

haver mais estudos científicos acerca desta população. Contudo, para que isso ocorra com efetividade, as universidades precisam reformularem seu currículo, adicionando problemas mentais dessa população, como também focar em subtemas direcionados como a violência- crimes de xenofobia, discriminação e racismo dispostos no código penal- em que os negros estão submetidos diariamente, seja no mercado de trabalho, como também nas universidades e em outros espaços. Prova disso que quando se observa uma comparação entre o Brasil e França há ainda a diáspora africana, que embora tenha ocorrido há dois séculos, ainda se perpetua nas relações étnicas e nas relações de preconceito na atualidade nacional e também global (OLIVEIRA, 2017). Então, isso precisa ser modificado.

Diante dessas reflexões é essencial que futuros psicólogos, ou ainda dos profissionais que já atuam na área se atualizem e entendam as políticas de ações afirmativas cujas pautas focam-se lutas históricas sociais dos negros e não negros, à medida que se leva em consideração a necessidade do cuidado à saúde mental da população negra em todos os níveis, bem como a implantação de uma educação em todos os nichos sociais pautada no ideal antirracista e descolonial (RIBEIRO; ARAÚJO, 2017).

CAPÍTULO III - CAMPO EMPÍRICO E BASES METODOLÓGICAS DA PESQUISA

4 MÉTODO

A Metodologia selecionada para essa investigação foi por abordagem qualitativa e quantitativa por amostragem. Como essa pesquisa caminha pelos pressupostos da Psicologia Social e Identidade, as análises ocorreram por intermédio de observação participante nos espaços escolares, como também por intermédio de entrevistas semi-dirigidas (método de história de vida, de Ciampa) com os docentes e direção da escola.

Mas para que isso ocorra, o Estágio da Pesquisa foi desenvolvido por uma investigação que se desenvolve em Jequié, em escolas periféricas, especialmente com alunos da Educação Infantil distribuídos no período matutino e vespertino com variações de idade entre 6 e 9 anos. Para que isso ocorresse, houve uma análise de relatos clínicos de crianças selecionadas pela equipe gestora, bem como oficinas na modalidade online com a equipe pedagógica.

As oficinas com esses profissionais citados são de substancial importância para compreender, de modo mais próximo, a realidade social que estão inseridos, sempre de modo dinâmico a fim de que elas pudessem interagir mais. Além disso, o comportamento das crianças geralmente é tão complexo, uma vez que sofrem influências nos meios sociais, como também nas relações interpessoais por isso também realizamos entrevistas (método de história de vida, de Ciampa) com esses profissionais a fim de entender a realidade dos educandos.

Com essa participação foi possível entender o ambiente escolar como crucial, quando observamos o aprendizado e vivências emocionais que estão diretamente vinculados ao desenvolvimento histórico, cultural e também social das crianças e de sua saúde mental. Isso porque, os espaços geográficos estão diretamente relacionados com as condições de saúde e de aprendizado desses indivíduos, isto é, as crianças que moram as zonas periféricas, como é caso dessas instituições selecionadas, infelizmente não possuem as mesmas condições de aprendizado e de vivências das crianças criadas perto do centro da cidade, sempre com assistência de seus pais e cuidadores.

Ao comparar-se essas duas dimensões, vê-se como ainda há uma segregação racial no Brasil, isto é, faltam-lhes o acesso às oportunidades e assim desenvolver sua condição de habitação, de cidadania, de educação, de mercado de trabalho, de rendimento e saúde, além de condições de dignidade plena que por sua vez refletem em sua saúde mental (OLIVEIRA, OLIVEIRA, 2015).

Isso é de bastante importância a ser discutido, uma vez que as questões de etnia e diversidade no Brasil, apesar de precisarem de incentivo governamental na formação e capacitação técnica de pesquisadores são amparadas por órgãos como o PENESB. Este orienta educadores a fim de apresentar conteúdos teóricos-metodológicos focados numa formação que promova o negro, seus valores, suas crenças, sua identidade (OLIVEIRA, 2013).

Sabe-se que no Brasil, embora haja problemas na educação de base: como falta de estrutura adequada nos espaços escolares, falta de capacitação continuada aos professores, bem como um salário adequado com sua carga horária de trabalho, entre outros, os primeiros quinze anos do século XXI foram ressignificados por medidas essenciais no que se refere aos direitos e as garantias da população negra.

Isso reflete diretamente na saúde mental dessas pessoas, tendo em vista que podem se sentirem valorizadas dentro dos espaços sociais, com respeito, valorização de sua cultura. Como as crianças, desde os primeiros anos, passam boa parte de suas vidas na escola, este ambiente também precisa investir em ações, projetos que se vinculem a discussão racial, assim como ocorre com o contato com as matérias regulares de matemática e de português, por exemplo.

Grande exemplo foi a lei publicada em 2003, a chamada lei 10.639/2003 cujo objetivo fora trabalhar os conteúdos relacionados a História e também a Cultura Afro-descendente seja no ensino público como nas escolas privadas do país. Sendo assim, nota-se como essa medida, juntamente com a lei 12.288/2010 acerca do Estatuto de Igualdade Racial Brasileiro e a lei 12.711/2012 responsável pela cota de estudantes negros dentro das universidades do Brasil (BRASIL, 2012).

Por outro lado, o que se observa é que embora já tenha passado quase vinte anos da promulgação da lei 10.639/2003, sua efetivação no meio científico e também sua difusão na sociedade ainda é bastante pequena (BRASIL, 2003). Desse modo, é como se a população negra continuasse esquecida, quando se pensa nessas políticas sociais, sendo enaltecida somente nos manuais de direito, por isso, se faz necessário discussões no que tange ao processo de implementação desta lei. Sendo assim, as

matrizes africanas e afro-brasileiras não podem ser silenciadas, mas devem ser geradores da sabedoria e do conhecimento.

Isso precisa ser revisto, uma vez que pesquisas atuais coordenadas por professores da rede estadual do estado São Paulo demonstraram que, as crianças pretas, sobretudo, as pertencentes às séries iniciais tendem a repetir o ano com mais frequência, quando se comparadas as crianças da mesma idade, mas que são brancas.

Somado a isso, os resultados também apontaram que a maior parte das crianças que evadem da escola e que apresentam problemas como déficit de atenção são pessoas negras (SILVA et al,2012). Nota-se que esses aparatos legais representam ações fundamentais no combate ao preconceito e as desigualdades étnico-raciais que por sua vez foram discutidos no momento da oficina com os docentes e gestores, a fim de que isso fosse reproduzido nos ambientes de aprendizado.

Por isso, faz com que as pessoas repensem não somente sobre a prática do outro, mas também a sua. Prova disso que Iolanda (2013) declara este projeto criado em 1995, se aliado à lei 10.639/2003 pode redimensionar o conceito e educação e etnicidade no Brasil. isto porque, é por meio da pesquisa, do ensino e da extensão os docentes e comunidade podem ampliar seus conhecimentos, uma vez que há cursos não somente direcionados ao ensino superior, mas também à nível técnico, médio e fundamental (OLIVEIRA, 2013).

Conforme Iolanda (2013), a Lei 10.639/03 ocasionou impactos positivos, não somente nas universidades e nos institutos federais, onde as pessoas já discutiam de certa forma as questões de etnicidade, mas, sobretudo, redimensionou o ensino na educação básica. Em decorrência disso, os alunos puderam começar a compreender a importância do negro na sociedade, com uma disciplina específica e não somente discutida amplamente nas aulas de história do Brasil e do mundo. Contudo, há muito a ser realizado, uma vez que há um verdadeiro distanciamento entre o campo acadêmico e a sociedade (GONÇAVES, MACHADO, 2013).

Nesse sentido, as crianças pretas precisam ser amparadas pelo sistema democrático de direito, no qual o Brasil é regido, a fim de fornecer o combate ao preconceito, o favorecimento a isonomia e resguardar a saúde física e mental destes indivíduos. Desse modo, nota-se como o sistema de educação do Brasil, sobretudo das escolas públicas, precisa ser revisto a fim de acabar com as desigualdades sociais

evidenciados pela conflituosa relação entre as crianças negras e os parâmetros de cultura e de sociedade dispostos pelo sistema educacional. Este que por sua vez oportuniza uma carga emocional nestas crianças, e por isso, necessitam ser assistidas em sua saúde mental.

As entidades federais e estaduais de ensino superior precisam, portanto, compreenderem a si mesmas como “coisa pública”, sendo assim, essas entidades devem ser vinculadas a uma pedagogia que seja progressista e que valorize e enalteça uma educação que seja participativa e antirracista.

Desta forma, o meio acadêmico como um todo- de diretores a professores- devem repensar sua condição e papel social e, de modo mais específico, os conhecimentos nascidos ali não devem somente permanecer ao campo acadêmico, mas a toda sociedade. Além disso, é preciso que o Ministério da Educação proponha no ensino superior disciplinas direcionadas à questão do negro em todos os currículos os cursos de graduações. Sendo assim, o acesso à informação da cultura do negro, da sua ancestralidade por ser entendida por todos, a fim de que as pessoas não somente incentivem estes saberes, mas também se tornem multiplicadores (GONÇALVES, MACHADO, 2013).

Sendo assim, com a construção do quadro metodológico e das observações etnográficas foi de extrema importância para a pesquisadora, uma vez que sob tais circunstâncias, foi possível compreender o contexto de educação das crianças negras, sobretudo, sob um ponto de vista da contemporaneidade e já compreender que infelizmente as crianças que moram nas regiões periféricas, em sua maioria negras, não possuem as mesmas oportunidades que as outras de elite branca.

4.1. Tipo De Estudo

Esta pesquisa foi construída por intermédio de uma base metodológica baseada por uma investigação da Psicologia Social, no que diz respeito às relações étnico-raciais, à educação de crianças, em especial as negras e sua saúde mental.

Para que isso fosse possível, a construção do método foi elaborada por meio de da observação etnográficas das instituições selecionadas, a fim de compreender esses espaços geográficos desses indivíduos e assim entender as vivências emocionais destas crianças. Além do mais, houve uma pesquisa semi-estruturada

com os professores mais próximos das crianças, que por sua vez tinham convivência constante com seus entes familiares, a exemplo dos seus avós e seus pais.

Importante frisar que, diante do contexto da pandemia, realizamos duas oficinas temáticas (Racismo estrutural, saúde mental no contexto escolar), na modalidade online, por meio do aplicativo *Google Meet*, com os profissionais citados e organizamos e participamos de reuniões com gestores e docentes.

Diante disso, nota-se como a pesquisa participante, como também a pesquisa de abordagem etnográfica na escola fizeram parte deste método, além da análise documental (relatórios clínicos e fichas dos educandos) com a finalidade de compreender de modo dialético, a construção da identidade dessas pessoas negras (os discentes), em seus momentos de aprendizado com as crianças e como isso pode impactar na saúde mental das crianças.

Para isso, foi realizada uma leitura dos dados da pesquisa, que procuraram evidenciar como a crianças que moram nesses espaços geográficos periféricos, em especial os discentes negros, sofrem de problemas raciais que, a exemplo do racismo e da desigualdade racial em seu âmbito escolar, como também com a família, sendo, então não omissa a tais problemas, que por sua vez é resultado de uma condição histórica de cultura racial no Brasil.

A fim de buscar uma compreensão maior sobre o assunto central desse projeto de pesquisa – **Um olhar da Psicologia Social: crianças negras na escola e saúde mental** - optou-se por uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico com análise da temática somado a observação cotidiana nos locais avaliados, atrelados à questionários respondidos pelo corpo docente no momento das oficinas e em relatos memoriais.

No que concerne ao aporte metodológico, observa-se como essa pesquisa foi embasada por um cunho qualitativo, levando em consideração estratégias da observação etnográfica, da análise de documentos dos alunos, oficinas com os professores e entrevistas (método de história de vida, de Ciampa), desse modo, a investigação pode ser ao mesmo tempo aberta, capaz de realizar trocas e também reformular as hipóteses, como também as suposições. Esse tipo de método fora selecionado justamente porque há sua aproximação natural entre o pesquisador e ao objeto de pesquisa.

4.2. Local E Período Do Estudo

O estudo foi desenvolvido por intermédio de uma pesquisa de campo etnográfica em instituições públicas, localizadas na cidade de Jequié, no sudoeste do estado da Bahia. Nessa categoria, as abordagens foram apresentadas, através de textos que contemplem questionamentos ao corpo docente e equipe administrativas das escolas, por meio de relatos clínicos, de atividades de oficinas realizadas de modo remoto, com docentes com experiências com educandos que estudam em escolas de periferia, em especial estudantes negros.

Além da pesquisa de campo, os dados foram coletados (fichas dos alunos, relatórios memoriais e entrevistas (método de história de vida, de Ciampa) com os professores e equipe pedagógica) durante todo período de construção da pesquisa, até o momento da qualificação.

4.3. População De Estudo

O espaço da pesquisa foi efetivada em escolas públicas, localizadas no interior do estado da Bahia, na cidade de Jequié. Este município possui uma população estimada em 162 209 habitantes, situada no estado da Bahia, localizada, na zona limítrofe entre a caatinga e a zona da mata a cerca de 365 km de Salvador (IBGE, 2018).

4.4. Técnicas De Coleta De Dados

Buscou-se observar essa percepção da equipe gestora e educadores- por meio da denúncia, e da investigação dos relatos clínicos das crianças investigadas, bem como atividades de oficinas com os mesmos-, como alternativa de deixar evidente como elas provavelmente estão atentas às questões relacionadas às desigualdades étnico-raciais impostas pelo sistema de ensino atual no Brasil, no qual há uma Incompetência social que os dispositivos técnico-científicos requerem, para não se

envolver etnicamente com os sujeitos de alteridade, nos ambientes institucionalmente constituídos, pertencentes ao racismo estrutural ou do racismo institucional.

A partir desta análise, os resultados podem revelar, de fato, que se pode existir um diagnóstico de que as crianças negras periféricas (de rua, pertencentes a seguimentos sociais pobres) já possuem uma incompetência para o aprendizado, para vida social e comunitária, como resultado: uma incompetência escolar. Sendo assim, do ponto de vista histórico, a noção de um sujeito do eugenismo revela que a escola no Brasil existe para quem pode aprender: as elites. Ou seja, o projeto de educação brasileira é voltado somente para as elites (em sua maioria branca). Com base em tais elementos, as instituições de ensino podem repensar sua prática institucional, no que tange sua política e de projetos e ações dos docentes que voltem para o combate ao preconceito racial.

A formação da identidade das crianças negras é firmada primeiramente pelas relações de subjetividades vinculadas entre o âmbito escolar e a família. Através destas duas entidades, é possível traçar um perfil de interdisciplinaridade com as questões raciais. Quando se realiza uma pesquisa com crianças, em especial as negras, é essencial que se leve em consideração, não somente o anonimato, que já obrigatoriamente necessário em qualquer pesquisa científica, mas também é importante um cuidado e observação direta com esses indivíduos nos espaços em que serão realizadas as atividades.

Sendo assim, é fundamental um olhar atento do pesquisador não somente as crianças, mas ao seu nicho social, sua família e toda comunidade escolar. A partir disso, o investigador pode compreender de modo mais claro as intempéries impostas em relação ao estigma de negação as estas crianças.

No que tange aos instrumentos de coletas de informações, eles foram constituídos por meio de um diário de campo - relatos dos docentes acerca dos alunos- uma entrevista semi-estruturado (método de história de vida, de Ciampa), oficinas com os docentes e também análise dos documentos escolares -ficha escolar, laudos médicos, relatórios sociais, pasta de ocorrência-.

Somado a isso, utilizou-se a iconografia – comparação das imagens das igrejas da região periférica e também localizada em áreas centrais - a fim de trabalhar de modo comparativo, observando elementos opostos e contraditórios destas e entender como as questões urbanas e geográficas de onde a criança vive podem influenciar em sua saúde emocional. Isto é, qual a carga emocional destes indivíduos, face as

questões de desigualdades sociais que vivem? Nesse sentido, podemos entender que de fato há diferenças quanto ao elemento negro e o branco, quando se pensa especialmente nas relações étnicas.

Em decorrência disso, será possível construir uma notável aproximação entre o objeto de estudo e pesquisador, com a finalidade de deixar a pesquisa com flexibilidade, como também liberdade para que o pesquisador, mas sempre com cuidado e paciência ao observar os dados (BRICEÑO-LÉON, 2003, p.162-163).

Isso porque, de modo geral as perguntas estavam direcionadas às realidades dos alunos, tendo em vista que os estudos em que as crianças estão em situação de vulnerabilidade social tornam-se mais difíceis de compreender as relações entre a escola e a família. Isso pode ser justificado, tendo em vista que é comum existirem crianças que se quer possuem pais e mães presentes, como é o caso deste estudo. Isso porque, estudar o contexto de crianças negras é sempre desafiador, uma vez que em sua maioria, não enfrentam tão somente a luta contra o racismo, embora sejam crianças, mas também aprendem sobre o silenciamento (ABRAMOVIC; OLIVEIRA, 2010).

A partir desses dados, foi possível evidenciar a questão da identidade de sujeitos dentro do ambiente escolar. Tendo em vista que, conforme Ciampa (1998), há uma necessidade de formar a identidade do sujeito ainda criança, para que este possa estar em sua vida adulta em harmonia, no que tange a sua relação com seu eu e sociedade.

Isto porque, embora o indivíduo esteja mediante a pobreza e a violência em seu cotidiano, é necessário que não se renda às diversidades, mas que acredite que é possível modificar seu imaginário social.

Sendo assim, embora Ciampa referente em seus escritos dos anos 2000, sua proposta é totalmente atual, uma vez que prega a importância de fomentar políticas de identidade e identidade políticas e reconhecimento e isso pode inserido em todos espaços social, inclusive nas salas de aula. A partir desses dados, foi possível vislumbrar as condições emocionais das crianças negras e analisar a responsabilidade da escola perante a isto, uma vez que a educação no Brasil, de um modo geral é direcionada as elites e não a todos os corpos sociais de modo isonômico.

4.5. Questões Éticas

No âmbito dos questionamentos éticos, éticos e legais este estudo obedeceu à resolução nº466/12, do Conselho Nacional de Saúde e da resolução do Mec (Ministério da Educação e Cultura) e por isso foi submetido e aprovado pelo comitê de ética da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), a fim de ser liberado para a coleta de dados.

Quadro 1- Resumo metodológico

Tipo de estudo	Entrevista semiestruturada (Método de Ciampa) e participante, de caráter etnográfico em escolas públicas, cunho qualitativo, levando em consideração entrevistas; laudos memoriais e outros.
Local e período de estudo	Escola pública da cidade de Jequié e o período será no segundo semestre de 2021.
População do estudo	Escolas públicas localizadas no interior do estado da Bahia, na cidade de Jequié, que possui população estimada em 162. 209 habitantes.
Técnica de coleta de dados	Relatos clínicos, bem como atividades relatos memoriais; laudos psicológicos; entrevistas com docentes, fichas de acompanhamento escolar;
Questões éticas	Submetido e aprovado pela resolução nº466/12, do conselho nacional de saúde e da resolução do Mec (Ministério da Educação e Cultura), como também ao comitê de

	ética da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb).
--	---

CAPITULO IV- SAÚDE MENTAL DAS CRIANÇAS: UM OLHAR ATRAVÉS DA ETNOGRAFIA

5 DA PESQUISA ETNOGRÁFICA: CORRELAÇÃO ENTRE OS ESPAÇOS GEOGRÁFICOS E AS DESIGUALDADES SOCIAIS

5.1 Das igrejas

Os símbolos icônicos são percepções das informações tidas nos signos imagéticos que podem ser apresentados seja com formas, como em suportes, e por isso estão constituídos em todos espaços: nas pinturas, nas fotografias, nos diagramas e outros e estão construídas por informações explícitas, como também implícitas. Sendo assim, ao se pensar nas pinturas e fotografias, por exemplo, geralmente tem como objetivo demonstrar um momento histórico, além disso, contemplar informações físicas que podem estar expondo questões de materialidade (AUMONT, 1993).

Nesse sentido, os estudos semânticos evidenciam e objetivam analisar todas as imagens que estão no ambiente, além disso, podem compreender a linguagem oral (por meio da fala) e da linguagem textual (frases escritas nas imagens) ou ainda na linguagem visual (mais utilizada quando se observa fotografias, por exemplo). Ao se observar as igrejas e o posto de saúde, os significados são diversos apontando religião, cultura e vida social de um povo (BARRETO, 2011).

Isso é perceptível ao observar a **figura 4**, onde há uma fotografia da igreja Matriz, localizada na cidade de Jequié, sendo uma referência de beleza, de grande ornamentações com pedras preciosas, como ouro e prata. Sua fachada é típica da arte barroca tendo essa rica ornamentação. Além disso, vê-se como a parte central da igreja possui um solo bastante organizado e dividido em três aberturas destinadas à entrada. Além disso, possui um arco abatido, além de ombros e lintel de arenito, encimado por florão, com efeito, proporcionam um aspecto de riqueza.

Além disso, parte central onde fica as cadeiras é bastante amplo organizado em fileiras, possui um emoldurado muito detalhado e peças e fotos contendo esquadros banhados a ouro. Quanto a sua questão geográfica, esta igreja encontra-se na região central da cidade, mais precisamente em uma área bastante assistida

pelo município, onde está sempre bem limpo e organizado, frente a um jardim com muitas flores (**figuras 4 e 5**).

Tais características reforçam como as estruturas dessas igrejas (**figuras 4 e 5**) estão direcionadas ao público de maior poder aquisitivo, pois, em sua maioria moram no centro, por conseguinte, possivelmente não enfrentam problemas destinados à saúde, transporte e a qualidade de vida, por exemplo.



Figura 3- Igreja Matriz de Jequié, localiza-se na região central desta cidade.
Fonte: autoria própria.



Figura 5- Igreja Imaculada Conceição, localiza-se na região central desta cidade. Fonte: autoria própria.

Já abaixo estão as **figuras 6 e 7**, com igrejas localizadas em regiões distantes do centro nas quais demonstram aspectos totalmente diferentes das mencionadas acima. Pois, embora também sejam os templos religiosos, localizadas em zonas de periferia, possuem aspectos totalmente distintos, não somente em relação a sua localização, mas também em estrutura.

A primeira figura demonstra características de uma igreja mais antiga, com grades de proteção e ferro, constituída por piso e com ruas simples, uma vez que está distante das zonas centrais. Isso é interessante analisar, levando em consideração que o ponto de vista geográfico dessa região da igreja demonstra uma área que quase não possui casas maiores, além de um asfalto não ser novo e sem muitos sinais de um cuidado e limpeza, tanto dos gestores dos espaços, quanto da prefeitura da cidade.

Sendo assim, nota-se como essas características denotam questões das desigualdades étnica-raciais, por isso devem ser analisadas com cuidado, pois, exprimem “as produções de significado e de sentido” destes locais (SANTAELLA, 1983). Em decorrência dessas características, verifica-se um visual mais simples e que expressam concepções de uma região geográfica mais longe das áreas centrais e dos fiéis que possivelmente são indivíduos de menor poder aquisitivo e possivelmente, maior parte de origem negra.

De igual modo ocorre na **figura 6, 7**, no qual as igrejas estão localizadas em uma região também periférica, porém não possui formas e contornos não tão harmônicos. Esse formato expressa informações implícitas e explícitas que mais uma vez confirma essa representação icônica, ela não se assemelha as igrejas românicas, como possivelmente ocorre na **figura 4**.

Além disso, observa-se como estas (**figura 6, 7**) não seguem um padrão de formas bem articulado, como ocorrem nas igrejas que se inspiram na arquitetura, no que tange ao estilo do império romano (padrões de horizontalidade, planos e maciços fortes e uma relação com estilo gótico).

Somado a isso, em ambas, vê-se a ausência de pedrarias e de outros materiais de origem mais valiosa como ouro e cobre que eram bastante comuns nos grandes

impérios, a exemplo do império romano. As duas também expressam obras mais atuais, repletas de linguagens visuais que são expressadas exponencialmente origem mais simples.



Figura 4- A igreja
Fonte: autoria própria

Figura 5- Santuário Diocesano de São José da Sagrada Família, localiza-se em região periférica da cidade. Fonte: autoria própria.

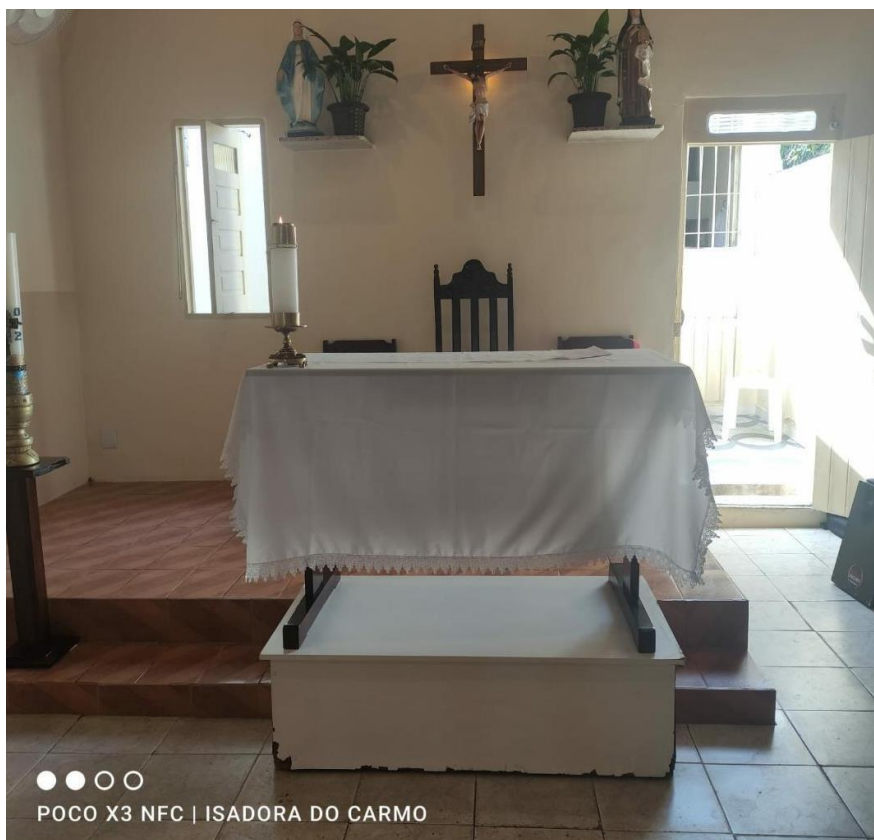


Figura 8- Comunidade Santa Clara, localiza-se em região periférica da cidade. Fonte: autoria própria.

De igual modo ocorrem com as **figuras 8 e 9**, nas quais as igrejas localizadas em territórios periféricos, porém, se diferem das outras apontadas acima (**figuras 6 e 7**, especialmente), haja vista que os templos são demonstrados de dentro, com missas que ocorrem no dia a dia, onde as imagens são simples e com pessoas aparentemente de diversos grupos étnicos, sendo em sua maioria negra.

Contudo, o padre, em local de destaque, na **figura 9**, apresenta-se como um homem branco. Nota-se ainda, nesses locais, uma ausência de imagens negras e de patrimônio histórico de tal etnia, sendo assim, a cultura e arte dessa população se faz ausente nesses templos religiosos, prejudicando-se assim, a valorização da ancestralidade, da identidade e do empoderamento do povo afrodescendente.

Então, em Jequié, entende-se que, ao se realizar da iconografia das igrejas do centro e das periferias, observa-se como os templos das periferias são representados por espaços de segregação racial, em contrapartida, as igrejas do centro aponta uma ocupação do espaço pelas pessoas que estão morando nas áreas centrais e mais desenvolvidas. Como resultado, há carga emocional desses indivíduos, em decorrência das condições sociais precárias nas quais vivem.



Figura 6- Comunidade Santa Clara, localiza-se em região periférica da cidade. Fonte: autoria própria.

Sendo assim, é possível verificar como essas imagens ratificam como há por todos os locais linguagens visuais ao todo redor, reforçando significantes e significado a todo tempo, sobretudo, quanto às desigualdades sociais e de saúde dessa comunidade.



Figura 7 - Posto de Saúde da Família, localizada em região periférica.
Fonte: autoria própria.

Seguindo essa perspectiva, características de precariedade e da falta de assistência são bem mais vistas ao se observar a **figura 10**, pois, trata-se de um posto de saúde, localizado em região mais periférica nos quais a maioria dos alunos de uma das escolas analisadas em sua maioria moram, e que reforçam que o objeto ou lugar existente apontam de modo subtendido características dos povos dessa região, que se apresentam com baixo acolhimento à saúde e aos cuidados públicos- serviços de limpeza nesse espaço de saúde coletiva, por exemplo- nesse local.

Por isso, é necessário estarmos atentos para esses recursos e informações acerca dos lugares, a fim de compreendê-lo seja do ponto vista histórico, cultural e social. Isso é relevante, tendo em vista que na condição atual, a representação dos “espaços e desses recursos estão sendo sentidos, ouvidos” e expressando informações e contextos de desigualdades sociais e étnico-raciais (BERTIN, 1998).

5.2 Relatos memoriais e laudos médicos

Dos alunos entrevistados, apenas dois apresentaram laudo médico, que por sua vez estão dispostos em anexo nessa pesquisa. As descrições abaixo acerca das crianças foram construídas a partir de uma entrevista gravada com os docentes das escolas periféricas localizadas na cidade de Jequié, no período entre junho e setembro de 2021. Estas demonstram a realidade dos educandos, sob o olhar dos docentes e são de fundamental necessidade, nesse tipo de pesquisa etnográfica.

ALUNO 2

Quando questionamos a educadora acerca do comportamento do aluno 2, esta relatou:

C. é um aluno, uma criança, né? com comportamento diferenciado dos demais, uma criança assim, ele parece que vive num mundo só dele assim e que nesse mundo que ele vive assim. E, que nesse mundo, que ele vive também, ele quer ser assim, ele vive num mundo de fantasia, ele quer ser super heroi, entendeu? Mas é um aluno que não quer estar entre os demais, tem dificuldade de interação, não participa das brincadeiras, nas aulas, tanto agora online, como presenciais, é um aluno assim quieto, que vive assim no mundo dele. Mas, “cê” vê assim, em alguns relatos de parentes e conhecidos eu acho que ele já nasceu e convive assim, porque C. é assim, ele tem, a mãe dele é alcoólatra e segundo informações, ele foi diagnosticado por esquizofrênico. O pai relata que a mãe é. Ele é criado pela mãe e passa o final de semana com o pai. Ele é assim, ele é trabalhador, tem um trabalho, no momento é empregado há bastante tempo, mas também é usuário, dependente químico também, ele faz uso da droga, então, eu não sei se por isso, ele vive nesse mundo dele. Ele é uma criança muito carente, ele é muito carente, carente, porém, calado. Ele é aquela pessoa que sofre calado, é tanto que quando a gente procura se aproximar, éé (...) tem dificuldade, bastante dificuldade de interagir com ele, nós professores e até os próprios colegas da sala e quando a gente insiste, ele fica agressivo nas palavras, é (...) como é que fala? Se, quando ele pratica assim alguma coisa quando não é o correto que você quer, que você quer dar um corretivo, sentar e explicar e mostrar a forma certa que devemos conviver com os colegas, ele se apresenta bastante agressivo e querendo dizer que não e falar palavrinhas e essas coisas e dizer que

não. Ele quando a gente senta assim, o professor ou então um ajudante da sala ou um cuidador que “esteje” presente que esteja naquela coisa, uma pessoa, percebe que tem uma coisa que não é normal na criança? Que você tenta falar com ele e ele fica com aquela cara séria e fechada, tipo assim, que você tenta falar com ele e parece do mal assim, que você fala tira esse olhar, tira ele rosto? Eu acho que isso não é seu, não é de você, com isso ele faz pior ainda...do jeito que ele quiser assim. E se você for chamar os pais, ele não liga e fica do mesmo jeito. Eu acho que ele é uma criança que precisa de ajuda e que até o momento, eu já participei de um momento com a mãe, num momento em que ela veio sóbria. Porque assim, quando ela entra “tá sóbria”, ela não tá bebendo, porque quando ela “tá bebendo”, ela não entra na escola, da esquina lá ela fica aguardando ele. Quando eu saio, quando eu tava dando aula e terminava assim, com o último aluno, ela já não tava mais. Eu mandava aguardar e ela não me esperava, eu nunca tive oportunidade e ele é um caso preocupante, ele (...)Só que ele é um menino que, têm esses “momento”, mas ele é um menino carinhoso também ele sente falta de afeto, de uma pessoa assim para orientar, entendeu? E eu acho que é a base da família dele que é desse jeito. Então, ele acaba se tornando uma criança desse jeito, com um comportamento diferenciado, com um comportamento agressivo e que vive no mundo ele. C. é um caso a ser estudo, a ser ajudado, ele precisa ajuda, na minha opinião como educadora e pedagoga também.

Quando questionada sobre ao desenvolvimento do aluno 2 nas atividades escolares, a educadora discorre que:

Ele também é um aluno muito ativo, ele tem vontade de aprender, ele tem vontade de “fazer as atividade”, é (...) porém, quando a gente senta para “ajudar ele”, eu acho que ele acha, no meu ver, ele não quer que insista naquilo que não está entrando na mente dele, né? Porque se daqui ele não quer dar continuidade, ele já desiste, isso com facilidade. Da socialização, ele não tem aquela dificuldade bruta, sabe? Só que porém, na forma dele, ele quer comandar, que se der errado, ele não é o errado, né? na época entre eu e a professora, M. que era antes a professora ele, eu percebia que ele gostava muito de aprontar, para ser levado “pra” secretaria, porque quando chegava na secretaria, ele só ficava lá. Como ela não mandava atividade, ele ficava lá “com a cara pra cima”, eu acho que ele gostava disso, né? Então, sempre que ele ia pra secretaria, né? que raras vezes eu mandei, sentava com ele e falava, vamos fazer a

atividade? você vai ficar aqui comigo, e quando a coisa era bem assim, com algo que ele tivesse feito, com uma coisa bem grave, ele ficava, merendava e continuava comigo fazendo atividade, e aí que ele me relatava isso: “- e aí que eu tô nem aí, pode chamar meu pai e minha mãe que eles não vão me fazer nada”.

Então quer dizer que em casa, ele não tinha nenhuma punição de bater, deveria tirar o celular de ficar dois ou três sem celular, tirar e conversar, mas ele não tinha esse convívio e apoio familiar não, então, ele é um menino assim, ele acha que pode fazer tudo. E quando a professora M. saiu por causa de seu estado de saúde, quando eu entrei, eu quis impor assim, mas quis mostrar que tem hora de estudar, tem hora de brincar e eu peguei a turma assim, muito defasada em relação à aprendizagem então, eu quis, fazer a diferença para eles, não só para mim, mas para eles próprios mesmo, né? C. foi o que mais que não aceitou a ser ajudado, né? Então, eu tenho esse negócio, esse apoio da mãe, que não dá castigo e que não dá. Ele não é castigado em nada e não é conversado em nada, e ele falou que o pai é a mesma coisa, mesmo quando o pai chega na escola e fala C. em casa vamos conversar? ele disse que em casa não existe essa conversa.

Então, é um menino que fica naquilo, né? de que pode fazer tudo, porque a família não se preocupada no que ele tá passando, apesar de que, quando colocaram ele pra ajudar na escola da igreja L.D.V. ele disse pra mim, ó vou ajudar aqui agora. Passei lá e o pessoal daqui disse, ó C. ajuda aqui? eu perguntei ao pessoal da escola: “é que ele foi meu aluno no início do ano, podem me dizer o que faz aqui?”. Então, o pessoal falou que “ele ‘tá’ sempre aqui nos ajudando e que a escola, ele fica aqui e que as cadeiras são pequenas. Ele fica sempre aqui na igreja, com a gente e como ele mora na mesma rua e como a igreja sabe do comportamento dos pais, aí achava viável ele ficar ali na igreja junto com os professores e os demais, do que ficar em casa e até solto”.

Aí eu falei: - “que bom C., que você está ajudando aqui na escola”. Isso é o relato de C., acho que é um menino que não tem limite em casa, e assim limitar ele na escola, eu acredito que com essa pandemia, ele piorou muito no comportamento porque ele, quando encontro ele no centro ou quando ele tá com o pai ou na minha rua, eu moro de frente ao campo de futebol, onde o pai dele pratica o esporte dele e fica com ele até mais tarde. Então, quer dizer que o “baba” termina 9 e meia e ele fica até uma hora e no churrasco com os amigos bebendo e ele (aluno C.) no meio, não bebendo,

mas fica ali junto, entendeu? Então, fica tentando oferecer o convívio de adulto para uma criança, deveria ser um outro lado pra ver ele, se ele é separado da mãe, final de semana deveria se encontrar de outras formas, quando você vê esse comportamento dele, é isso que eu tenho a falar de C. e vamos ver se essa aula vão retornar e eu voltar com a convivência, né?

ALUNO 3 – J.

A pesquisadora pergunta sobre a criança 3, com iniciais J.S.Pe na descrição realizada ele aparece bastante introspectivo, com sinais notórios de sociabilidade, mostrando-se irritado, quando exposto a atividades grupais, atividades em grupo em geral, segundo o corpo docente a família apresenta-se bastante agressiva com a criança, sendo observada essa agressão foi constada na própria instituição de ensino.

A educadora quando questionada sobre a condição do aluno, declara que:

J. Ele é aquele aluno que aluno, tipo aquele aluno que vai para escola para cumprir a tabela, porque os pais "quer", você não vê que é aquele aluno que tem vontade de aprender, vai pra escola mesmo para esperar a merenda, não que ele tem a necessidade da merenda da escola, é aquele aluno que apronta, J. Ele apronta, apronta mesmo, por querer aprontar mesmo e quando ele apronta, ele não quer assumir a culpa, ele sempre joga em cima de algum colega e até da própria irmã na sala, porque estão na mesma turma ele e a irmã, Vitória.

Quando questionados porque estão na mesma turma, a professora responde:

Ah, porque eles estão na mesma idade e na mesma série. Quer dizer, na mesma idade não, V. é caçula, "aí" como ele tinha perdido, a menor V. (irmã do aluno J.) acompanha ele. Aí, J. teve uma situação, acho que ele "tava' em casa, acho que "tava" fazendo a sobancelha e aí quando chego tá Jorge "tava" diferente. Pouca hora eu percebi que "tava" diferente e disse a J. , que a gente logo repara. Aí, eu pergunto ao aluno J. o que fez na sobancelha? Você raspou a sobancelha? Aí, ele falou assim: - "foi na hora do intervalo, no banheiro". Então eu disse: - "quer dizer que foi com estilete aí?" Não é possível aí!

Quando a gente foi analisar e eu chamei irmã dele, ela disse: - “mentira que não foi assim, “pró” que não foi isso”. Então o menino logo disse, ele falou assim que foi em casa mesmo e V. (irmã) disse que viu pelo buraco do banheiro que ele pegou a gilete, o estojo no banheiro e que ele viu, que ela “tava” atrás dele. Então, ela ia bater nela. Então, com isso foi um “reterê”, eu chamei o pai. Aí esse pai veio, ele pai grita, o tom de voz dele é alto.

Quando perguntado sobre a profissão do pai, diamante informa que:

Ele é guarda municipal, para ele tem que sentar, tem que conversar.

No retorno a pergunta anterior, Diamante informa que:

Então eu perguntei: - “Porque ele quis fazer isso, porque incentivou”. E tem assim uma demanda. Aí eles quando estavam juntos começaram a discutir e passaram até mal. Aí, como ele “tava” com outro coleguinha, eu pensei, não vou nem chamar o outro, até porque, eu tinha certeza que aquilo foi trabalho de Jorge. Então ele pegou e pediu pra sair. O pai prometeu que não ia bater nele. Mas eu acho que Jorge precisa de atendimento, não sei exatamente de “neuro” ou de psicólogo. O povo fala demente, né? Jorge era pra ter um suporte.

Quando a pesquisadora pergunta onde a criança 3 mora, a docente responde:

Mora com os pais. Com o pai e mãe e parece que não há um bom vínculo, a estrutura familiar, né?

Quando perguntado sobre o posicionamento da escola, a professora aponta que:

A escola pública não interfere não, porque a escola só interfere, a partir do momento que precisa do relatório de algum aluno, de acompanhamento, entendeu? Porque ele nunca chegou a bater em ninguém. Ninguém chegou a maltratar ele na escola também. Isso aí é observação que eu enquanto professora e os funcionários percebemos, né?

Quando a pesquisadora pergunta sobre o contato com a mãe, se acaso a escola possui esse vínculo, ela discorre:

Ela parece que “tá nem aí”. Parece que ela é daquelas que compra o que o marido dá. Não existe isso, infelizmente. Então, ela meio que não pode fazer muita coisa, né?

Mas aí, quando nós professores, juntamos tudo pra fazer um relatório, né? diagnosticamos isso. Geralmente, o pessoal pode chamar o conselho tutelar também nessa época.

Quando questionada se a criança J. sofre de medo do pai, a professora aponta que:

Não, e olha que só tem eles dois. Essa criança aí é J.J., o pai dele é até guarda municipal, ele é bem agressivo, por conta de que ele é tratado assim. Lembra que eu contei uma vez que ele brigou com a irmã na escola e disse que é Iria estuprar ela?

ALUNO 4 – K. aluno de etnia branca

Quando a pesquisadora pergunta a participação dos família, a educadora responde que:

Esse menino faz o que ele quer. Os pais são muito jovens. Não tem regra, entendeu? Não podemos confundir com C. que é negro. Os pais de K. Branco os pais não batem. Ele está sempre na secretaria. K. é uma criança agressiva, ele é muito contraditório. Porque aí, ao mesmo momento que eu vejo ele no mundo da lua, no país da maravilha, com o personagem dele. Qualquer coisa, ele agride, ele é agressivo e ele não é de palavras frequentemente. É mais com coisa de machucar. Ele vira pra você com aquela cara de inocente, que ele tem uma cara de muito inocente, que ninguém diz que ele fez. É tipo assim, meu Deus, Deus me que perdoe, meu Deus, tipo um psicopata, que faz e nega que não fez aquilo.

Ele já fez muita perversidade com os colegas, como de puxar cadeira, geralmente com as meninas. E ele é assim, aquela criança frágil, “aí”, como é que se diz (...) é C. É desse jeito e já percebi que, o pai parece que é a “mesma coisa”, eu já percebi. Não é que seja assim perverso, mas, o pai de K. (aluno) chega e relata coisas absurdas que K. fez na época e o pai chegou e falou: - “K. porque vc fez isso?” Aí, aquela calma, porque eu sei que em casa ele não vai nem chamar ele pra conversar. Na época da conversa, eu tinha certeza que ele ia chegar em casa e nem ia brincar. Ele não ia falar que era errado nem chamar a atenção.

Quando perguntado sobre a mãe, a docente informa que:

A mãe era ausente, sempre tá trabalhando, sempre na Ramarim, que não tem tempo e eu já falei por telefone. Mas presencialmente só o pai, parece que há um jogo de empurra. Também, aquela coisa com o pai e também porque a Ramarim é aquela coisa rigorosa. É porque já tive assim, é sempre assim, mãe de aluno, que quando a gente suspende algum aluno por comportamento agressivo, né? Que teve um comportamento de suspensão da mãe conversar comigo, no banheiro pra sair pra não faltar, perde o dia perde a cesta básica. E tem isso de C. Também. A família não dá importância “pra” o que ele precisa. Ele precisa de ajuda também, K. precisa de ajuda.

Quando a pesquisadora pergunta onde localiza-se a casa do aluno, a educadora responde:

Não sei onde K. Mora. Sei que tem alguém que pega ele de moto. Mas o pai toda vez que era solicitado, vinha na escola.

Quando a pesquisadora pergunta em relação a participação da família nas reuniões escolares, ela responde que:

Geralmente, quem vem é só o pai. É difícil. Fica difícil. Dá suspensão a K. Para quê? Para ele ficar assim em casa fazendo não sei o quê?

Tais entrevistas demonstram como a questão de território, do racismo estrutural e da desvalorização das minorias coloca esses estudantes numa condição de minorias esquecidas pela sociedade. E a escola, nesse caso, que deveria ser um local de acolhimento, funciona como um meio de fortalecer essas relações interpessoais que são permeadas pelo preconceito. Com efeito, nota-se efetivamente como a formação do racismo na vida desses indivíduos, impacta em sua saúde mental, a exemplo do aluno, com codinome C, haja vista que precisa de um acolhimento individualizado.

Com isso, verifica-se a importância sócio-histórica e cultural, no que tange a promoção da igualdade e da equidade que sugerem as leis brasileiras, 10.639/2003 e Lei de Diretrizes e Bases.

Pensando nisso, a psicologia pode contribuir imensamente nesse processo de formação tanto dos profissionais de psicologia, quanto dos docentes, uma vez que, pode se evidenciar como ocorre essa constituição do sujeito na relação com sua cultura, com seu credo, desnaturalizando assim os estereótipos e os preconceitos. Um exemplo disso ocorre com a chamada Psicologia Escolar e Educacional, haja vista que tratam de contextos de aprendizagem e de ensino, com a finalidade de procurar a efetivação da igualdade racial, por intermédio de uma reflexão crítica sobre a realidade do Brasil contemporâneo.

A partir desta análise sobre saúde mental das crianças negras no espaço escolar, o profissional de saúde, em especial os profissionais de psicologia devem organizar ações e projetos que envolvam autoestima, a identidade, a ancestralidade da população afrodescendente.

Os currículos dos cursos de Psicologia, quando se pensa na questão das desigualdades sociais e raciais, deve ser vinculado não somente a informação de dados sobre o racismo, contudo, devem levar em consideração a quebra a essa crença de democracia racial, não sendo mais historicamente discriminatórios e estigmatizantes em relação ao negro. Face disto, esse texto pode contribuir para diminuir essa lacuna, uma vez que fomentou o debate sobre ancestralidade, saúde mental de crianças pretas na escola.

Nessa senda, o papel do psicólogo, frente a constatação do racismo no ambiente escolar, especialmente face às crianças negras, é decolonizar, de bastante acolhimento ao sujeito que vivencia esse tipo de problema, acontece por meio de sua fala como método de diminuir os desconfortos e como forma de ventilar suas emoções, com isso, obtendo alívio e podendo sentir-se aceito (RIBEIRO, 2017).

Somado a isso, em situações específicas, o profissional psicólogo necessita trabalhar o manejo a ansiedade, do senso de competência e do aumento de atividades agradáveis, para que o aluno melhore seu estado de humor e diminua o sofrimento de ocorre naquele momento.

Contudo, o que se vê Infelizmente, dentro dos currículos de psicologia, como foi o caso desta pesquisadora, pouco se discutiu acerca do trabalho do psicólogo na

escola e das questões étnico-raciais, desse modo, acredita-se que essa seja uma das limitações da pesquisa.

5.3 Entrevistas no *Google Forms*, com os docentes da Educação Infantil de escolas periféricas do interior da Bahia

Essa seção está destinada às entrevistas com docentes que trabalham no eixo da Educação Infantil, pertencentes a 5 escolas públicas encontradas no interior do estado da Bahia.

Estas entrevistas, diferentemente da primeira descrita no tópico 5.1, ocorreram por meio de um formulário, realizado pelo *Google Forms* no mês de setembro de 2021, cujo objetivo era entender o contexto de aprendizado de alunos que estudam em escolas localizadas em regiões periféricas e como isso pode influenciar o racismo nesses locais.

Partindo desse pressuposto, para melhor compreender esse viés de racismo estrutural é necessário entender que este encontra-se também nos espaços educacionais, onde se deveria prezar pela igualdade entre pessoas. Nessa senda, a educação como um direito líquido e certo a todos independente de sua condição social, sexual, racial e condição social. Desse modo, quando ocorrem atos e situações de racismo, estes diferem do que é defendido por aparatos legais, sendo instituídos pelo conjunto de direitos sociais, que por sua vez tem inspiração no valor da igualdade entre as pessoas.

Contudo, no Brasil isso foi apenas reconhecido com a Carta Magna de 1988, que inclusive é conhecida mundialmente como constituição liberal e de valorização às diversidades (BRASIL, 1988). Nesse viés, o Estado como mantenedor possui a obrigação formal de possibilitar e garantir uma educação que seja ao mesmo tempo de qualidade e isonômica a todos os brasileiros, especialmente do ensino público, no que tange à assistência e ao amparo àqueles com menor poder aquisitivo.

Além da CF, ainda existem duas leis responsáveis por regulamentar o direito à educação: 1) o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990; e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996. Ambos funcionam para ampliar as ações realizadas pela escola pública a todos os indivíduos, uma vez que nenhuma criança, jovem ou adulto não deve evadir-se da escola em decorrência de ausência de vaga (BRASIL, 1996; BRASIL, 1990). Ademais, defendem normas e ações

pedagógicas nos quais os professores devem realizar com as crianças. Face aos questionamentos realizados com os docentes, foram elaborados os resultados e análises abaixo, que auxiliam na compreensão dessa pesquisa científica.

Conforme o **questionário 1** abaixo, depois de ter sido perguntado há quanto tempo atuam na escola, a maioria das pessoas responde que atua a pouco tempo, com uma média de 5 anos para maior parcela das entrevistadas. E quando questionadas sobre sua cor, a maioria responde ser parda ou negra. Sendo que, somente uma das professoras alerta trabalhar há cerca de 28 anos na rede pública do município e de 9 pelo estado.

1) Você trabalha nessa escola há quanto tempo? Você se considera de etnia negra, branca, índia ou outra?

7 respostas

trabalho nessa unidade a 9 anos e no município a 28, me considero de etnia negra, porem tenho familiares ciganos

5 anos. Eu me considero ser de etnia negra..

09 MESES.BRANCA.

Ha mais de 04 anos, Connsidero uma pessoa de cor parda

0 anos

Parda

5 anos. Somos todos descendentes dessas etnias

Questionário 1- Você trabalha na escola há quanto tempo?
Fonte: Aatoria própria.

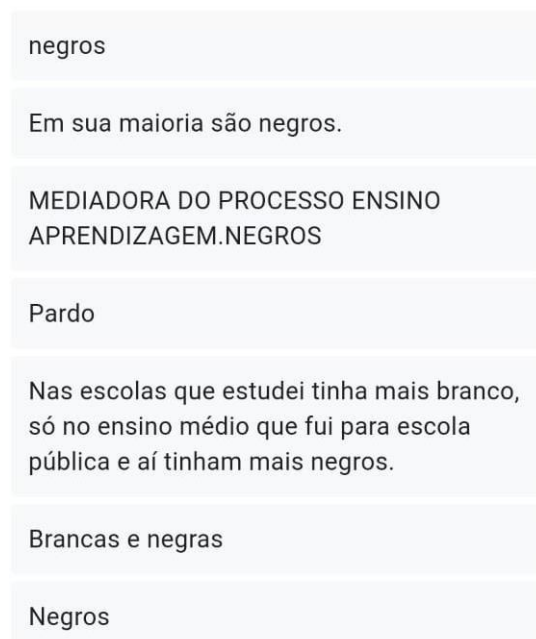
De acordo com o **questionário 2**, quando as entrevistadas são questionadas sobre como percebem os alunos, no que tange à sua etnia no grupo escolar, a cinco das entrevistadas responderam que notam que eles são de etnia negra, porém,

apenas uma responde que são brancos e negros e outra reforça que são alunos pardos.

Em conformidade ao Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, divulgado em 2019 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os negros compõem 75% da população brasileira, sendo os que mais sofrem menor renda per capita (27,7%), enquanto que os brancos somam 70,6% dessa renda citada. Com efeito, isso ratifica o panorama de desigualdades dessas populações.

2) Como você percebe a maioria das crianças no grupo escolar? Os alunos são majoritariamente, brancos, negros, ou indígenas?

7 respostas



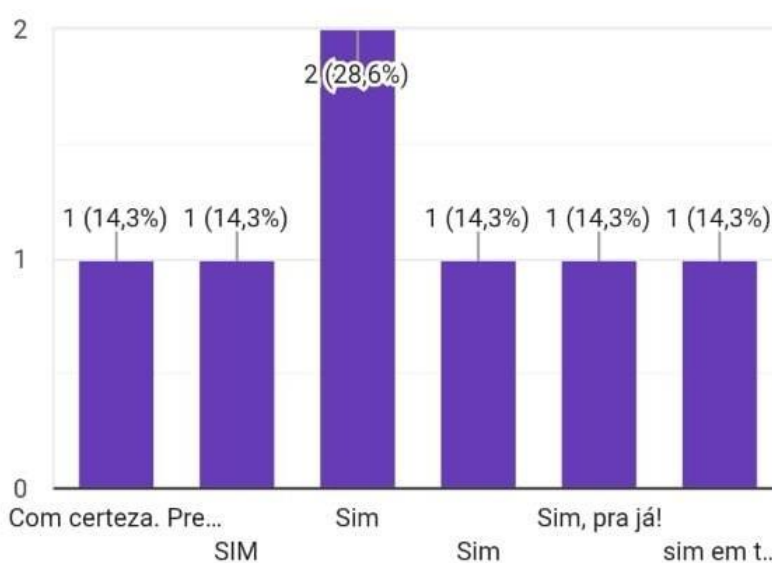
Questionário 2- Como os professores percebem a maioria das crianças do grupo escolar, no que concerne sua etnia?

Com base no **questionário 3**, no qual há um gráfico de barras, a maior parcela das docentes 100% acreditam que as pessoas negras precisam ser inseridas na maioria dos espaços sociais. Sendo que 28% votaram sim, 14,3% sim, em todos os locais; 14,3% sim, “pra já”; 14,3% com certeza; 14,3% sim, em todos os espaços; 14,3% “precisam já” e nenhuma pessoa votou negativamente.

Nesse viés, o Ministério da Educação em 2009, descreve a necessidade das crianças da educação infantil serem tratadas com isonomia, não sendo discriminadas por questão de raça, cor, gênero, condição social e étnica, sendo atendidas em suas necessidades básicas de higiene. Com isso, torna-se um grande desafio tanto dos estabelecimentos educacionais e da coletividade como um todo (BRASIL, 2009).

3) Você considera que os negros devem ser inseridos em todos os espaços sociais, majoritariamente, ocupados por pessoas brancas?

7 respostas



Questionário 3- Os professores consideram que os negros devem ser inseridos nos espaços sociais majoritariamente ocupados por pessoas brancas?

No **questionário 4**, quando questionadas sobre o termo branquitude e se já ouviram falar sobre, a maior parte das pessoas (4) disseram reconhecer seu significado, enquanto que apenas 3 desconhecem sobre isso. Fica evidente como a escola ainda precisa de um espaço de formação continuada de professores, com projetos e ações que possam discutir essas expressões e significados com docentes, com equipe diretiva e comunidade escolar como um todo.

Conforme a autora Frankenberg (1999), o conceito de branquitude diz respeito ao local estrutural, no qual os sujeitos brancos observam os outros e a si mesmo, numa “posição de poder”, sendo então um local confortável para se atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo (FRANKENBERG, 1999, p. 11).

4) Você conhece ou já ouviu falar no termo branquitude? Como? de qual forma?

7 respostas

sim, cada vez que o individuo é preterido em assumir um cargo ou tem oportunidade de crescimento pessoal em razão da sua cor .

Sim, principalmente, quando há discussões de raça e gênero. Sabemos que a desigualdade social, infelizmente, está aliada a classe social e cor de pele das pessoas.

NÃO.

Não

Sim! Branquitude com disse James Baldwin é a metáfora do Poder!

Questionário 4- Os professores foram questionados se conhecem ou já ouviu falar do termo branquitude?

Por outro lado, no **questionário 5**, quando se pergunta se as crianças negras, que moram na periferia, possuem as mesmas oportunidades das que estudam nas escolas localizadas em áreas centrais, a maior parcela das docentes enfatiza que há diferenças sociais e de preconceito com esses alunos. Contudo, um dos comentários ficou em evidencia, haja vista que a professora acredita que “o racismo vem do incentivo dos pais e não pelo local onde moram”. De acordo com Oliveira (2020), essa

ausência de oportunidades ocorre face ao racismo ambiental, haja vista que as populações negras, brancos pobres e indígenas ainda sofrem pela prevalência do poder, da cultura e estigma dos europeus.

Com isso, demonstram ainda mais a ausência de conhecimento por parte de alguns profissionais, quando se pensa nas questões de racismo, de preconceito e de questões sociais, tendo em vista que este se vincula sim com a localização onde as pessoas moram.

5) Você acredita que as crianças negras da escola que você trabalha têm as mesmas oportunidades de uma criança branca que frequenta uma escola particular e que mora na parte mais central da cidade? Por quê?

7 respostas

não , por inumeras questões sociais essa criança infelizmente não tera as mesmas oportunidades

Com certeza não. Infelizmente, a desigualdade social está vinculada às questões de raça no Brasil. Logo, pessoas brancas de elite acabam sendo privilegiadas.

NÃO TEM AS MESMAS OPORTUNIDADES. POR QUESTÕES DE ORIGEM ECONOMICA, OS CONSIDERADOS " RICOS " DE PODER AQUISITIVO MELHOR TEM MAIS OPORTUNIDADES, É UMA TRISTE REALIDADE. QUESTÕES POLITICAS DE QUEM TBM ESTÁ NO PODER NÃO FAVORECE MELHORES CONDIÇÕES PARA ESSAS CRIANÇAS, DIANTE DAS

Questionário 5- Você acredita que as crianças negras da escola que você trabalha têm as mesmas oportunidades de uma criança branca que frequenta uma escola particular e que mora na parte mais central da cidade? Por quê?

Já o **questionário 6**, quando se pergunta acerca dos problemas psicológicos das crianças negras e sua localização social, a maioria das docentes afirma que esses alunos de etnias negra são mais expostos aos problemas de ordem psicológica, porém, duas das entrevistadas afirmaram que isso independe da cor de pele e local onde moram.

Conforme Oliveira (2018), essa questão da localização urbana, etnia e preconceito é decorrente desde o início do século XX, haja vista que as pessoas negras, especialmente as que saíram dos terreiros tiveram que se organizar em regiões mais periféricas e longe dos centros urbanos, face ao preconceitos, para não “incomodar” a polícia e as elites. Com isso, os fundadores da cidade foram deslocando-se para vilas, sendo um povo que embora sofresse com os preconceitos, mas que sempre pauta-se na integração, das resistências e do cuidado ao meio ambiente.

6) Você acredita que as crianças negras de comunidade periférica desta escola, no qual você trabalha, estão mais suscetíveis aos problemas psicológicos, se comparadas as crianças de pele clara que moram no centro urbano e que estudam em escolas particulares?

7 respostas

sim sem duvida alguma.

Com certeza. Principalmente, por problemas sociais e familiares, a exemplo daS famílias desestruturadas, falta de qualidade de vida, e ausência de educação de qualidade...

NO CONTEXTO DE PANDEMIA INDEPENDENTE DE CRIANÇAS BRANCAS OU NEGRAS PROBLEMAS PSICOLOGICOS SURGEM, ASSIM COMO EM ADULTOS.PENSO QUE SE TRATA DE UMA QUESTÃO EDUCACIONAL, POLÍTICA, ECONÔMICA AS CRIANÇAS NEGRAS TEREM MENOS OPORTUNIDADES E DISCRIMINAÇÕES.

algums crianças podem estar

6) Você acredita que as crianças negras de comunidade periférica desta escola, no qual você trabalha, estão mais suscetíveis aos problemas psicológicos, se comparadas as crianças de pele clara que moram no centro urbano e que estudam em escolas particulares?

7 respostas

algums crianças podem estar desenvolvendo problemas psicologicos,por esses e outros motivos,os pais devem sentar e conversar com elas

Crianças negras são mais expostas a problemas sociais, em decorrência da falta de assistência pública a seus ancestrais, assim como aos seus avós, pais e por consequência a elas também. É um ciclo vicioso maldito, que submete crianças a uma espécie de herdeiros das opressões sociais mantidas pelo racismo estrutural.

Não concordo dependente da cor ou local q vive os problemas psicológicos sempre existem

Questionário 6 - Resposta dos professores, quando questionados se as crianças negras estão mais suscetíveis aos problemas psicológicos . Fonte própria.

Por outra vertente, o **questionário 7**, quando se questiona se as professoras conhecem crianças negras com problemas mentais, cinco delas descrevem que sim e apenas duas não. Dentre os problemas psicológicos citados estão desde depressão, microcefalia, autismo e ansiedade.

Face essa dinâmica de problemas de ordem educacional e de saúde da população negra, evidencia as leis e políticas de enfrentamento e das resistências nas quais encontram-se nas leis a lei 10.639/03, 11/645/08, quanto ao estatuto da igualdade racial, como também cotas nas universidades públicas e especialmente a política nacional de saúde integral das pessoas negras, para que sejam devidamente efetivas (BRASIL, 2003; BRASIL, 2008).

7) Você já ouviu falar ou conhece crianças negras que possuem transtornos mentais? De qual tipo?

7 respostas

sim, depressão, ansiedade

Sim, conheço. Principalmente, problemas de depressão e ansiedade.

NÃO. NUNCA LIDEI COM ISSO.

Sim, crianças autismo

Sim. Espectro autista.

Conheco tive alunos com microcefalia

Não me recordo no momento

Questionário 7- Respostas das professoras sobre se conhecem crianças negras com transtornos mentais. Fonte própria.

Enquanto que, o **questionário 8**, quando perguntado se as crianças negras da escola sofrem impactos por problemas afetivos e se isso se relaciona-se com a escola, cinco pessoas respondem de modo afirmativo, enquanto apenas duas disseram que não. Inclusive, uma das docentes cita problemas de ordem social como a ausência de saneamento básico, da educação de qualidade, assistência em saúde e desigualdades humanas. Isso é explanado por Oliveira (2020), no qual se refere ao racismo ambiental:

Nesta circunstância seu movimento na cidade é negado, sua territorialidade esquecida, isolada, periférica, e os recursos em saúde e educação são ausentes por parte do poder público. A não cidadania é o protótipo do racismo ambiental, que o circunscreve nos limites do não acesso ao desenvolvimento em seu sentido pleno (OLIVEIRA, 2020, p.2).

Nesse contexto, nota-se como essa minoria é esquecida, não somente no que tange à educação, como também a sua condição enquanto cidadão, face a ausência do poder público.

8) Você acredita que as crianças negras que frequentam a escola que você trabalha sofrem com impactos nos processos sócio afetivos no momento de formação de seu ensino/ aprendizado?

7 respostas

que moram em periferia costumam sofrer, exemplos: falta de saneamento básico, educação de qualidade, fome, falta de assistência em saúde e tantas outras desigualdades humanas.

NÃO.

acredito que sim,em toda a escola assi como a minha pode ter crianças a essas medidas

Sim! Crianças brancas são sempre os anjos das peças escolares! Pq as crianças negras não podem ser protagonistas?!

Acredito q não

Sim

8) Você acredita que as crianças negras que frequentam a escola que você trabalha sofrem com impactos nos processos sócio afetivos no momento de formação de seu ensino/ aprendizado?

7 respostas

sim , muitas não contam com apoio por parte da familia,

Com certeza. O processo de ensino e aprendizado pode ser prejudicado, em decorrência de problemas sociais, emocionais que especialmente, as pessoas que moram em periferia costumam sofrer, exemplos: falta de saneamento básico, educação de qualidade, fome, falta de assistência em saúde e tantas outras desigualdades humanas.

NÃO.

acredito que sim,em toda a escola assi como a minha pode ter crianças a essas medidas

Questionário 8- Resposta das docentes, quando questionadas se as crianças que frequentam a escola sofrem impactos nos processos sócio afetivos no momento de formação do seu ensino/aprendizado. Fonte própria.

Por fim, o **questionário 9**, quando questionadas se o racismo está presente na escola no qual trabalham, 5 das professoras entrevistadas afirmaram que sim, por outro lado, apenas duas disseram desconhecer essa problemática no ambiente de aprendizado. Tal problema estrutural do racismo talvez esteja tão presente no

cotidiano dos brasileiros, que realmente torna-se difícil visualizá-lo nos espaços sociais:

O maior problema da maioria entre nós parece estar em nosso presente, em nosso cotidiano de brasileiras e brasileiros, pois temos ainda bastante dificuldade para entender e decodificar as manifestações do nosso racismo à brasileira, por causa de suas peculiaridades que o diferenciam das outras formas de manifestações de racismo acima referidas. Além disso, ecoa dentro de muitos brasileiros, uma voz muito forte que grita; “não somos racistas, os racistas são os outros, americanos e sul-africanos brancos”. Essa voz forte e poderosa é o que costumamos chamar “mito de democracia racial brasileira”, que funciona como uma crença, uma verdadeira realidade, uma ordem. Assim fica muito difícil arrancar do brasileiro a confissão de que ele é racista (MUNANGA, 2010, p.1).

9) Você acredita que o racismo é presente na escola na qual você trabalha? Se sim, acha que isso pode repercutir na saúde mental das crianças negras deste local?

7 respostas

sim, em grande parte.

Com certeza. Da pior forma possível.. infelizmente, embora hajam projetos e ações nesse sentido, são comuns atos de racismo principalmente pela cultura de preconceito racial no Brasil, que não se findou com o fim da escravidão, mas que se perpetua até hoje , nos modos de agir da população.

. Face disto, as pessoas que sofrem com o racismo "em suas peles e no modo de agir da sociedade ", possivelmente, devem ser mais suscetíveis aos problemas de desordem emocional.

NUNCA PRESENCIEI.

Em todo o lugar o racismo pode ser

9) Você acredita que o racismo é presente na escola na qual você trabalha? Se sim, acha que isso pode repercutir na saúde mental das crianças negras deste local?

7 respostas

emocional.

NUNCA PRESENCIEI.

Em todo o lugar o racismo pode ser presente, nunca presenciei esse tipo de ato, porém em todos os lugares pode ter. Sim, isso pode acontecer com a saúde mental das crianças, tanto que pode influenciar no aprendizado delas, e também pode afetar a saúde mental delas.

Sim! Eu fui vítima de racismo em todo o meu caminho escolar e acredito que o ciclo vicioso se repete até os dias atuais, porque a quem se sirva do racismo e deseje a sua manutenção.

Não

Sim, sim.

Questionário 9- Resposta das docentes sobre se acreditam que o racismo é presente na escola onde você trabalha?
Fonte: autoria própria.

Sendo assim, compreende-se como a educação étnico racial como fundamental para qualificar o cidadão para o exercício do seu trabalho, como também facilitar sua participação dentro da sociedade. Isso é essencial, tendo em vista que por meio do conhecimento, as pessoas podem se embasarem melhor para combater o racismo estrutural, uma vida livre da pobreza e possuir uma participação efetiva na sociedade, por intermédio da qualificação para o trabalho.

Contudo, caso esse direito não seja efetivado, como realmente não acontece no Brasil, somam-se a ausência execução dos direitos não somente à educação, mas também direitos civis, políticos, econômicos, sociais, no qual prejudicam a inclusão na sociedade moderna que por sua vez fomenta o preconceito racial.

CAPÍTULO V: APONTAMENTOS FINAIS

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados analisados descrevem, de forma geral, a importância da valorização da cultura negra, da ancestralidade, da identidade, do território, dentro dos espaços de produção de conhecimento, como universidades e as escolas. Os professores das universidades e das escolas, principalmente as públicas, precisam conscientizar-se e levarem para seus alunos uma educação e formação que leve em consideração a diversidade cultural de todos os povos.

Nesta pesquisa, a partir das discussões apresentadas, foi possível efetivar o objetivo de tratar da saúde mental, no que tange a formação escolar da Educação Infantil de crianças negras, buscando identificar como o racismo e a discriminação interferem de forma negativa na caminhada pedagógica e a vida social destes indivíduos. Para tanto, pontos importantes relacionadas às questões étnico-raciais foram demonstradas, a exemplo da ancestralidade, do território, da escravidão, da raça e do status social, a fim de combater o racismo estrutural que assola o contexto hodierno.

Verificou-se a importância do educador e dos psicólogos dentro do contexto escolar, com a finalidade de demonstrar aos alunos que a descolonização na escola, especialmente nas instituições de ensino localizadas em regiões periféricas, não pode ocorrer somente por intermédio das novas metodologias de ensino, contudo, ser incluída na formação do currículo e do projeto político pedagógico desses locais. Mas para que isso se efetive, os profissionais citados precisam ter aprendido sobre como auxiliar no combate ao preconceito ainda dentro das universidades, para que assim, possam repassar esse aprendizado na educação básica.

Nessa senda, para romper o silêncio estrutural do sistema racista da sociedade, as pessoas que sofrem e dos que acabam sendo beneficiados por este, trata-se de um desafio não somente para o ambiente escolar, mas para toda sociedade. Fica como sugestão, que os novos trabalhos relacionados a temática possam aprofundar sobre a importância do psicólogo nas escolas públicas e em como os docentes podem atuar de modo interdisciplinar nesse contexto, tendo em vista que a literatura científica ainda carece de tal problemática.

Necessita-se, portanto, na exclusão dos ideais racistas nas instituições acadêmicas e escolares, reestruturação de um currículo, projetos e conteúdos escolares baseados na desconstrução dos preconceitos e da discriminação étnico-racial. E no que tange à saúde mental, é fundamental que o governo federal, juntamente com os estados federados e municípios desenvolvam projetos voltados para uma assistência psicológica para todos os indivíduos, em especial as pessoas pretas, pois, estas são as mais afetadas com transtornos psicológicos.

Isto é, de forma mais efetiva, gestores e todas organizações de saúde do país devem se traçar um projeto social e de políticas públicas efetivas no intuito de ampliar a discussão sobre a relação entre o trabalho e a saúde das pessoas negras, o que desencadeia repensar a estrutura organizacional das entidades de saúde, como: qualidade de assistência médica e terapêutica dessas pessoas com monitoramento e registro destas.

Assim, é possível se pensar num enaltecimento visibilidade da população negra, como alternativa de ampliar o autocuidado dessas pessoas e diminuir as comorbidades mentais. Desse modo, seria possível prevenir situações estressantes e poderem ampliar seus vínculos sociais, como também minorar conflitos.

De todo modo, este trabalho constitui-se como subsídio para a realização e incentivo de reflexões e assim de planos de ações, de pesquisas individuais e também grupais em UPAS, hospitais, escolas e universidades. Dessa forma, é necessário que haja nesses espaços uma rotina de autocuidado da população negra, sobretudo, a prevenção e minimização da ocorrência de situações estressantes e que favoreçam a modificação no modelo de atenção à saúde mental das minorias sociais.

Sendo assim, o ato de descolonizar remete que as pessoas, seja politicamente, como também epistemologicamente repensem sobre como não reforçar a cultura assimilada do racismo estrutural. Para isso, os profissionais de psicologia precisam ser formados para entenderem a potência que são e que podem ser dentro dos espaços de aprendizado, com uma luta autoconsciente a favor da população oprimida, neste caso, das comunidades periféricas onde essas instituições se encontram.

7 REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; SILVEIRA, Débora de Barros; JOVINO, Ione da Silva; SIMIÃO, Lucélio Ferreira. Imagens de crianças e infâncias: a criança na iconografia brasileira dos séculos XIX e XX. In: **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 29, n. 1, 263-293, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.perspectiva.ufsc.br>> acesso em 10 de dezembro de 2020.

ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?** Belo horizonte: Letramento, 2018

ALVES, A. M. **A inserção da temática racial nas séries iniciais do Ensino Fundamental em uma escola da rede pública municipal de Campo Grande.** 2007. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Brasília. Brasília, p. 65-70. 2007.

AUMONT, J. **A imagem.** Campinas: Papirus, 1993.

AZEVEDO, Talles, **As Elites de Cor:** Um Estudo de Ascensão Social. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

BATISTA, M. V. O. A. **Giz de cor: um olhar de professores negros sobre as relações raciais na escola pública.** Dissertação (Mestrado em Educação e Formação) – Universidade Católica de Santos, Santos, São Paulo, p.22, 2008, p.52-89.

BATISTA, L. E. Masculinidade, raça/cor e saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2005.

BARRETO, A. A. Uma quase história da Ciência da Informação. **Data Grama Zero**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, abr. 2008. Disponível em: http://dgz.org.br/ago07/lnd_com.htm. Acesso em: 28 ago. 2011.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de Barros. **Negrinhos que por ahí andão:** a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920). 2005. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, p.58-65.

BENTO, M. A. da S. **Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público.** (Tese de doutorado), São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, 2002.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e Branquitude no Brasil** In: Psicologia social do racismo - estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 25-58.

BENTO. Maria Aparecida da Silva. A identidade racial em crianças pequenas. In _____(org.). **Revista de Práticas pedagógicas para igualdade racial na educação infantil.** São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade — CEERT, 2011.

BERTIN, J. **Ver ou ler**. São Paulo: Editora AGB, 1988, p. 55-89.

BRASIL. **Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008**, altera a **Lei Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm> acesso em 08 de dezembro de 2021.

BRASIL. Conselho Estadual de Educação da Bahia. **Resolução CEE n.º 27, de 25 de março de 2020**. Disponível em: <<http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/arquivos/File/homologadares272020.pdf>>. Acesso em 05 de dezembro de 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica: Sinopse Estatística da Educação Básica – 2018**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>>. Acesso em: 05 jan. de 2021.

BRASIL. **Constituição 1934**. Lex: Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.html>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html> acesso em 08 de dezembro de 2021.

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> acesso em 08 de dezembro de 2021.

BRASIL. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a **Lei no 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm> acesso em 08 de dezembro de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. 6. ed. Brasília: MEC; SEB, 2009.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. 1. ed. Brasília, DF, 5 jun. 2012. p. 1-76.

BRASIL/CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CEB N.º 16/2012**, aprovado em 05 de junho de 2012.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Painel de Indicadores do SUS nº 10. Temático saúde da população negra Vol. VII. Brasília: Ministério da Saúde. 82 p. MES, 2016.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Dados da Covid-19 em 2020. Brasília: [Ministério da Saúde], 2020.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Avanços da Covid-19 no Brasil 2021. Brasília: [Ministério da Saúde], 2021.

BRASIL. Periferias e pandemia: desigualdades, resistências e solidariedade. Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. Disponível em: <Coluna | Periferias e pandemia: desigualdades, | Brasil de Fato>. Acesso em 23 de agosto de 2021, às 15:00.

BRASIL. **Assessoria de Comunicação Social do Inep**. Disponível em < Divulgados dados sobre impacto da pandemia na educação — Inep (www.gov.br)> Acesso em 01 de setembro de 2021.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 3/2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, 2004. <www.mec.gov.br/cne>.

BRASIL. **LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm#:~:text=L10639&text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs> Acesso em 30 de novembro de 2020.

BRASIL. **Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil**. 18.ed. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. **Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008**. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. **Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011.** Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRICEÑO-LEÓN, Roberto. Quatro Modelos de Integração de Técnicas Qualitativas e Quantitativas de Investigação nas Ciências Sociais. In: GOLDENBERG, Paulete (Org.) **O Clássico e o Novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrílica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latino americana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Centro de Estudios Avanzados en Niñez y Juventud alianza de la Universidad de Manizales y el CINDE Manizales, Vol. 8 no. 1 ene-jun, 2010.

CARTER, Robert T. **Racism and Psychological and Emotional Injury: Recognizing and Assessing Race-Based Traumatic Stress**, The Counseling Psychologist, 2007.

CARVALHO, Marília. Quem é negro, quem é branco: desempenho escolar e classificação racial de alunos. **Revista Katálysis**, v. 10, n. esp., 2007.

CARVALHO, Marília. Quem é negro, quem é branco: desempenho escolar e classificação racial de alunos. **Revista Educação infantil, igualdade racial e diversidade: Aspectos políticos, jurídicos, conceituais.** São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2011.

CAVALLEIRO, Eliane Santos. **Educação Antirracista: um compromisso indispensável para um mundo melhor.** In: Eliane Cavalleiro. Racismo e antirracismo na Educação: repensando a escola, São Paulo, Summus, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia.** São Paulo: Editora Ática, 2001.

CONSORTE, Josildeth Gomes. **A questão do negro: velhos e novos desafios.** São Paulo em Perspectiva: Revista da Fundação SEADE São Paulo, v.5, n.1, p.85-92 jan/mar, 1991.

CORSARO, Willian Arnold. **Le culture dei bambini.** Bologna: Il Molino, 2003.

CORSARO, Willian Arnold. **Sociologia da infância.** Porto Alegre: Artmed, 2011.

CHOR D, LIMA CR. Epidemiologic aspects of racial inequalities in health in Brazil. **Caderno de Saúde Pública**, 2005; 21, p. 586-594.

CIAMPA, Antônio da Costa. **A Estória do Severino e a História da Severina – um ensaio de Psicologia Social,** São Paulo, Editora Brasiliense, 1998.

COOPER et al, Perceptionsofdisadvantage, ethnicityandpsychosis. **The British JournalofPsychiatry**, v.5, 192, p.185-190, 2008.

CORDEIRO, Aliciene Fusca Machado; BUENDGENS, Jully Fortunato. Preconceitos na escola: sentidos e significados atribuídos pelos adolescentes no ensino médio. **Revista de Psicologia**. Escola & Educação, São Paulo, vol.16, n.1, pp.45-54, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85572012000100005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 07 de dezembro de 2020.

CUEVAS et al. Mediators of Discrimination and Self-rated Health among African Americans. **Am J Health Behav**. 2013;37, p.745-754, 2013. em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=400446747006>> Acesso em: 28 Set. 2017.

DEL PRIORE, Mary. (Org.) **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999, p.33-52.

ELIGON, John et al. Black americans face alarming rates of coronavirus infection in some states. **The New York Times**, 7 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2020/04/07/us/coronavirus-race.html>> Acesso em: 29 agosto. 2021.

FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FARO, André; PEREIRA, Marcos Emanuel. Raça, racismo e saúde: a desigualdade social da distribuição do estresse. **Revista Estudos de Psicologia**, v. 16, n. 3, 2011

FEITOSA, Carlos Júnior. **“Aqui tem racismo!”: um estudo das representações sociais e das identidades das crianças negras**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p. 36. 2012.

FERREIRA, Ricardo Frankllin; CAMARGO, Amilton Carlos. As relações cotidianas e a construção da identidade negra. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, São Paulo, v. 31, n. 2, 2011.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. Ática. São Paulo, 1978.

FRANKENBERG, R. **Race, sex and Intimacy I: Mapping a discourse**. 1999b. In: FRANKENBERG, R. **White women, race masters: The social construction of whiteness**. USA: University of Minnesota. p. 70-101, 1999.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. **Preconceito racial: modos, temas e tempos**. Cortez. São Paulo, 2007.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. 2. ed. revisada. São Paulo: Editora 34, 2005.

GUIMARÃES, Lucas de Souza. **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: Aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2005.

GUIMARÃES, N. A. Quando a indústria se transforma: atores locais e políticas subnacionais de equidade de gênero e raça. **Revista São Paulo Perspectiva**. São Paulo, v. 18, n. 4, p. 83-92, 2004.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Depois da democracia racial. *Tempo Social*, **Revista de sociologia da USP**, v. 18, n. 2, 2006.

GOMES, Murilo Rosa Lima. **Relações raciais no cotidiano escolar: percepções de famílias no município de Cuiabá – entre o visível e o invisível**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, p. 29. 2005.

HASENBALG, Carlos A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p.36-59.

IANNI, O. **A sociedade global**. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1997.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional da população de Municípios do estado da Bahia**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/?codmun=29180>> Acesso em 02 de dezembro de 2020, Às 17:03.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <ibge.gov.br>. Acesso em: 22 abr. 2020.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: . Acesso em: 29 abr. 2020.

LEVORIN, Marco Polo. **Princípio da Legalidade na Medida de Segurança**. 1ª Ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, fev, p.33. 2003.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, n. esp., 2007.

LOPES F. Para além da barreira dos números: desigualdades raciais e saúde. **Caderno de Saúde Pública**, 2013; p.1595-1601.

MACÊDO, M. D. de L. **Tradição oral afro-brasileira e escola: (des)encontros na encruzilhada: uma reflexão a partir do município de Santa Bárbara - BA**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2004. Disponível em: <http://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2016/01/marluce_de_lima_macedo.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

MACHADO, Maria Alice Rezende Gonçalves ElielmaAyres. Os 10 anos da Lei 10.639/2003 e a Educação. **Revista Teias**, São Paulo, v. 14, n. 34, p.191-196, 2013.

MACHADO, S. M. **Uma cartografia da produção do racismo no currículo vivido no cotidiano escolar do ensino fundamental**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, p. 185. 2011.

MBEMBE, A. Necropolítica. São Paulo, sp: n-1 edições.Fátima Lima .Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e AchilleMbembe. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**; *Rio de Janeiro, 70 (no.spe.):* 20-33, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10º Ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10º Ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. In: **Estudos Avançados**, v. 18, nº 50. São Paulo, 2003. p. 51-66.

MUNANGA, Kabengele. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso? **Revista da ABPN**. Vol. 4, nº 8. jul.-out. 2012 p. 06-14.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, nº 62, p. 20-31, dez. 2015.

MUNANGA, Kabengele. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. Cadernos Penesb, n. 12, p. 169-203, 2005. Disponível em: <[https://repositorio.usp.br/result.php?filter\[\]=author.person.name:%22Munanga,%20Kabengele%22](https://repositorio.usp.br/result.php?filter[]=author.person.name:%22Munanga,%20Kabengele%22)>.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza. **Cenários da saúde da população negra no Brasil: diálogos e pesquisas**. Cruz das Almas, UFRB/Fino Traço,p. 25-66, 2016.

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza. Frantz Fanon, Psicologia e Psicanálise: epistemologias da violência. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 10, n. 24, p. 40-66, fev. 2018. ISSN 2177-2770. Disponível em:<<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/573>>. Acesso em: 08 de novembro de 2020.

OLIVEIRA, Regina M. S. Quilombos, racismo ambiental e formação em saúde e saúde mental: diálogos emergentes. **ODEERE**, v. 5, p. 129-156, 2020.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. Novos e antigos cenários da segregação e das desigualdades da população negra em São Paulo. In: Veras, Maura Pardini, Bicudo (Org.). Desigualdades Urbanas, segregação e alteridade em cidades brasileiras. Jundiaí, Paco Editorial, 2018, p. 189-210.

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza. Psicologia, psicanálise e relações étnicas no Brasil e na França. **ODEERE**, [S.l.], v. 2, n. 4, p. 29-60, dez. 2017. ISSN 2525-4715. Disponível em: <<http://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/2365>>. Acesso em: 10 novembro de 2020. doi: <https://doi.org/10.22481/odeere.v0i4.2365>.

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza; OLIVEIRA, Reinaldo José de Teresa FARIAS, Mara Pontes de. Psicologia, Saúde Mental e Relações Étnicas. **Odeere: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade** - UESB, Volume 2 número 4, Julho - Dezembro de 2017.

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza; LIMA, Joice Naiane Santos. Saúde mental e relações étnicas: formação do psicólogo para o SUS e o SUAS, colonização e currículo. **ODEERE**, [S.l.], v. 2, n. 4, p. 145-165, dez. 2017. ISSN 2525-4715. Disponível em: <<http://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/2372>>. Acesso em: 08 de novembro de 2020. doi: <https://doi.org/10.22481/odeere.v0i4.2372>.

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza; NASCIMENTO, Maria da Conceição. A Clínica e seus desafetos: pactos e omissões nos estudos sobre o negro no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 10, n. 24, p. 129-147, fev. 2018. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/577>>. Acesso em: 08 de novembro de 2020.

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza; NASCIMENTO, Maria da Conceição. Racismo, Saúde mental e Território: Desafios Políticos e Epistemológicos na Clínica Ampliada. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 10, n. 24, p. 03-15, fev. 2018. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/571>>. Acesso em: 08 de novembro de 2020.

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza. Cheiro de alfazema: Neusa Souza, Virgínia e racismo na psicologia. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**; Rio de Janeiro, 72 (no.spe.); 2020, p. 48-65.

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza. **Identidades de jovens negros nas periferias das metrópoles: recortes entre São Paulo e Paris**. Doutorado em Psicologia Social. Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, p. 65-80, 2008.

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza; LIMA, Joice Naiane Santos. Saúde mental e relações étnicas: formação do psicólogo para o SUS e o SUAS, colonização e currículo. **ODEERE**, [S.l.], v. 2, n. 4, p. 145-165, dez. 2017. ISSN 2525-4715. Disponível em: <<http://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/2372>>. Acesso em: 08 de novembro de 2020. doi: <https://doi.org/10.22481/odeere.v0i4.2372>.

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza; NASCIMENTO, Maria da Conceição. A Clínica e seus desafios: pactos e omissões nos estudos sobre o negro no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 10, n. 24, p. 129-147, fev. 2018. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/577>>. Acesso em: 08 de novembro de 2020.

OLIVEIRA, Iolanda. Os 10 anos da Lei 10.639/2003 e a Educação, **Revista Teias**, São Paulo, v. 14, n. 34 • 191-196, 2013.

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza; NASCIMENTO, Maria da Conceição. Psicologia e relações raciais: sobre apagamentos e visibilidades. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 10, n. 24, p. 216-240, fev. 2018. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/582>>. Acesso em: 08 de novembro de 2020.

OLIVEIRA, Luiza Rodrigues de; BALIEIRO, Thais Bispo; SANTOS, Abrahão de Oliveira. Racismo e psicologia na escola: diálogos entre Fanon e Freire. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**; Rio de Janeiro, 72 (no.spe.);2020,p. 94-108.

OLIVEIRA, Luiza Rodrigues de; SANTOS, Abrahão de Oliveira. Questões epistemológico-metodológicas para a psicologia e as relações raciais **Arquivos Brasileiros de Psicologia**; Rio de Janeiro, 72 (no.spe.):2021, p.3-5,

OLIVEIRA, Reinaldo José de; OLIVEIRA, Regina Marques de Souza. Origens da segregação racial no Brasil, *Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM* [En línea], 29 | 2015, Publicado el 18 junio 2015, consultado el 01 septiembre 2021. URL: <http://journals.openedition.org/alhim/5191>

OMS, **Organização Mundial da Saúde**. Saúde mental da população negra. Genebra, 2015.

PACHECO JUNIOR, Cláudio Luiz. **Pazes, equilíbrio emocional e ubuntu: reeducação (auto) relacional**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pós Graduação Transformação de Conflitos e Estudos de Paz da UNIBR-São Vicente Florianópolis, 2016, 128 p.

PATTO, Maria Helena Souza. Para uma Crítica da Razão Psicométrica. **Revista de Psicologia da Universidade de São Paulo**. São Paulo, USP, vol. 8, n. 1, São Paulo, 1997.

PIERSON, Donald. **Branços e pretos na Bahia**. São Paulo. Companhia Editora Nacional. Brasileira nº 241.429 pp . 29 edição brasileira, 1971.

PRODANOV, Cleber; FREITAS, Ernani C. de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª ed. Nova Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, Emanuele Oliveira. Psicologia, racismo e saúde mental: formas de intervenção no trabalho do Psicólogo. **Odeere: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade** - UESB. Ano 2017, Volume 2, número 4, Julho - Dezembro de 2017.

RIBEIRO, R., ARAÚJO, G. S. Segregação ocupacional no mercado de trabalho segundo cor e nível de escolaridade no Brasil contemporâneo. **Revista Nova Economia**, v.26 n.1 2016. Disponível em: <88392004000400010&Ing=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 de novembro de 2020.

RIZZINI, I. Reflexões sobre pesquisa histórica com base e práticas sobre a assistência à infância no Brasil na passagem do século XIX para o século XX. **Revista Scielo**, v.3, n.4. p. 38-56. Disponível site < [http: www.scielo.com.br](http://www.scielo.com.br) > acessado em 25/08/2021.

SANTAELLA, L. **O que é Semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SCHRAMM, JMA, OLIVEIRA AF, LEITE IC, VALENTE JG, GADELHA AMJ, PORTELA MC, CAMPOS, MR. Transição epidemiológica e o estudo de carga de doença no Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, p.897-908, 2004.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil**. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007.

SILVA, Enio Waldir da. **Extensão Universitária no Rio Grande do Sul- Concepções e Práticas**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ações Afirmativas e o combate ao racismo institucional no Brasil. **Revista Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, 2002.

SODRÉ, Muniz. Do lugar de fala ao corpo como lugar de diálogo: raça e etnicidades numa perspectiva comunicacional. **Reciis – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde**. 2019 out.-dez.;v.13, n.4, p. 877-886.

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, Coleção Tendências; v.4, 1983.

SOUZA, Lúcia Ferraz Vargues de. **Identidade negra e processos subjetivos na infância: formas de enfrentamento do racismo**. Dissertação de Mestrado (Pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, UESB, 2016.

SOUZA, Regina Marques de; OLIVEIRA, Reinaldo José de. Corpos em cena nas metrópoles globais: meninas negras, processos de subjetivação e cinema. **Revista da ABPN**, v. 7, n. 15, nov., p.175-192. 2014 – fev. 2015.

TEIXEIRA, Maria Aparecida da Silva Bento. **Resgatando minha bisavó – discriminação no trabalho e resistência na voz de trabalhadores negros**. São Paulo: PUC [Dissertação de mestrado em Psicologia Social], 1992.

VALENÇA, Vera Lúcia Chacon. **A sociologia da infância e a educação das crianças**. Inter-Ação, Goiânia v. 35, n.1, p.63-80, jan/jun. 2010.

VALENTE, Ana Lúcia. Ação afirmativa, relações raciais e educação básica. Revista Brasileira de interpretação das desigualdades raciais na educação. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 17, n.3, 2009.

VALENTE, Ana Lúcia. Ação afirmativa, relações raciais e educação básica. Revista Brasileira de interpretação das desigualdades raciais na educação. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n.3, 2009. Educação, n. 28, 2005.

VEIGA, Lucas Motta. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. Fractal: **Revista de Psicologia**, v. 31, n. esp., p. 244-248, set. 2019. doi: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29000>.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. **Refletindo sobre a noção exclusão**. In: Bader Sawaia (org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999.


WILLIAMS DR, YU Y., JACKSON J.S. ANDERSON N.B. Racial differences in physical and mental health: socioeconomic status, stress and discrimination. **J Health Psychol**, 1997; p. 335-351.

8.0- APÊNDICE

ANEXOS

ANEXO A - LAUDOS MÉDICOS

ALUNO

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**
Gestão Plena do Sistema Municipal
Prefeitura de Jequié-BA
www.jequie.ba.gov.br

Receituário:
Prescrever com nome genérico em cumprimento à Lei nº 9.787 do Ministério da Saúde.
Para:

[Redacted]

paciente com distúrbio auditivo
com sintomas de depressão
e estado de raiva crônica.
Solicito a realização de avaliação psicológica
psicométrica para melhor diagnóstico
e tratamento.

[Redacted]

Médico(a)

Voltando à nova consulta, queira trazer esta receita

ALUNO 2

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Gestão Plena do Sistema Municipal
Prefeitura de Jequié-BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Gestão Plena do Sistema Municipal
Prefeitura de Jequié-BA
www.jequie.ba.gov.br

JEQUIÉ

Receituário:
Prescrever com nome genérico em cumprimento à Lei nº 9.787 do Ministério da Saúde

Paciente 7 anos, tem diagnóstico de Deficiência Intelectual leve, necessita de auxílio para atividades diárias como higiene pessoal, alimentação, mobilidade. Tem controle espinhal, hipotensão e hipertensão. Está em acompanhamento nutricional com pouca melhora. Faz uso contínuo de fisioterapia no colo e respiração. Necessita de auxílio para higiene e monadia, além de cuidador na casa.

Médico(a) 13/02/20

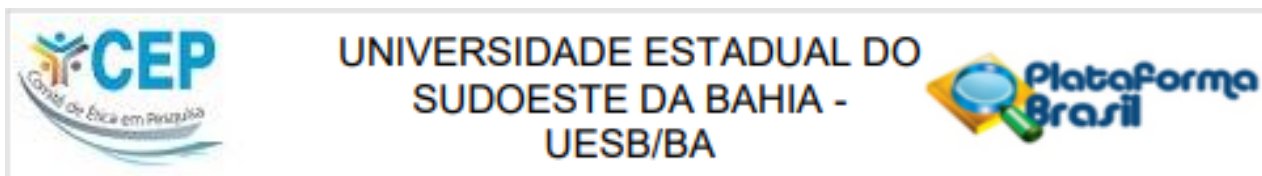
Voltando à nova consulta, que

Médico(a)

Voltando à nova consulta, que

Digitalizado com CamScanner

ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CRIANÇAS NEGRAS NA ESCOLA E SAÚDE MENTAL

Pesquisador: ISADORA SANTOS DO CARMO

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 46526721.3.0000.0055

Instituição Proponente: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.877.134

Apresentação do Projeto:

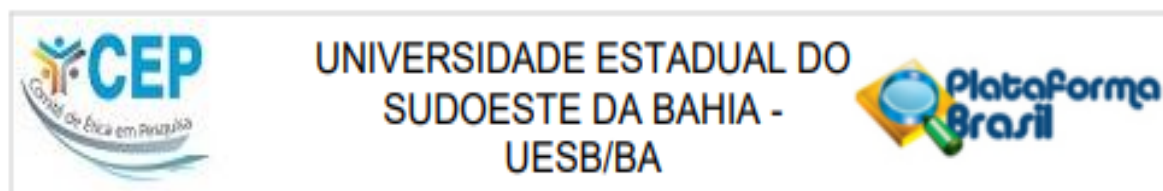
Segundo as autoras, à luz da Psicologia Social, observa-se como o povo negro ainda enfrenta, em pleno século XXI, problemas relacionados ao racismo e as desigualdades culturais e sociais, frente à valorização da branquitude. Quando se pensa nas crianças negras isso é mais intensificado, haja vista que além de sofrer com uma sociedade preconceituosa, com pensamentos e culturas que não lhe inserem, ainda encontra-se em um processo de formação em relação a sua identidade enquanto indivíduo (SOUZA, 2016). Sendo assim, é comum tais pessoas apresentarem problemas psicológicos como- ansiedade, déficit de atenção que por sua vez ocasionam comportamentos indiferentes como hiperatividade, agressividade, apatia e outros- e precisarem ser assistidos por psicólogos e psicopedagogos, a fim de que analisem a criança, compreendendo sua condição social, intelectual, ouvindo-a para que seja possível construir um psicodiagnóstico desta (PATO, 1997). Nesse ínterim, o presente projeto de pesquisa do Programa de Relações Étnicas e Contemporaneidade trata da saúde mental enquanto perspectiva para a formação escolar da Educação Infantil de crianças negras, buscando identificar como o racismo e a discriminação interferem de forma negativa na caminhada pedagógica e na vida social de cada criança. A metodologia selecionada para essa investigação por abordagem qualitativa e quantitativa por amostragem.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)			
Bairro: Jequiezinho	CEP: 45.206-510		
UF: BA	Município: JEQUIE		
Telefone: (73)3528-9727	Fax: (73)3525-6883	E-mail: cepjq@uesb.edu.br	

Página 01 de 04



Continuação do Parecer: 4.877.134

Em decorrência disso, essa pesquisa busca conhecer ou investigar questões emocionais nas relações étnicas e o acesso à educação em crianças negras. Além disso, será possível observar as relações educacionais e sociais atravessadas pela branquitude dos autores pedagógicos e os impactos no processo de aprendizagem das crianças negras.

Objetivo Secundário:

Traçar o perfil das crianças que sofrem intervenção psicológica na escola; como também identificar os fatores determinantes para essas intervenções e a partir disso, relacionar racismo, saúde mental e processo de aprendizado dessas crianças.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos

Segundo os pesquisadores, nosso estudo apresenta risco mínimo, uma vez que o participante poderá sentir

Benefícios:

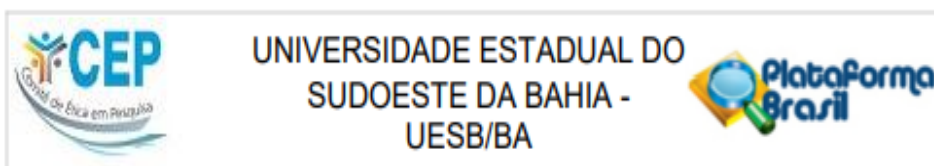
Segundo os autores, este projeto possui diversos benefícios, seja pela extrema necessidade de investigação acerca das relações étnico-raciais e educação das crianças negras, como também, será um método de analisar suas relações interpessoais perpassadas pela valorização da braquitude, e o aumento dos transtornos mentais por esses indivíduos. Além disso, esse tipo de discussão é necessária dentro do cenário atual, para que o negro, desde criança tenha a possibilidade de trabalhar sua emocionalidade, para que não seja afetado pelo pensamento de não pensar como o sujeito branco, já que para a cultura social, lá é seu local de poder, isso porque os elementos de cor e de raça, segundo o imaginário coletivo, são pertencentes ao branco. Desse modo, a população negra pode retirar de seu emocional as questões relacionadas a inferioridade, à subordinação e a da ideia de ser dominado. Diante disso ficará explícito a todo momento que se desejarem desistir da participação não serão impedidos e nem sofrerão penalização por esta decisão.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de projeto de pesquisa apresentado ao programa de pós-graduação em Relações étnicas e Contemporaneidade.

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)			
Bairro: Jequiezinho		CEP: 45.206-510	
UF: BA	Município: JEQUIE		
Telefone: (73)3528-9727	Fax: (73)3525-6683	E-mail: cepjq@uesb.edu.br	

Página 02 de 04



Continuação do Parecer: 4.877.134

Continuação do Parecer: 4.877.134

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Projeto de pesquisa – postado em 01/07/2021 20:46:24

Cronograma – postado em 24/05/2021 21:01:36

Declaração pesquisadores: postadas em 21/04/2021 19:56:38

Autorização para coleta de dados: postado em 21/04/2021 20:02:37

TCLE – postado em 01/07/2021 20:06:42

TALE - 21/04/2021 20:12:27

Folha de rosto – postado em 21/04/2021 08:50:22

Instrumento de pesquisa – postado em 24/05/2021 20:45:23; 21/04/2021 20:37:59

Recomendações:

1. No TCLE:

a) Adequar o cronograma da pesquisa e do TCLE no item 3.2, onde diz: nos meses de maio e junho de 2021 para data após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.

b) Fazer uma revisão ortográfica no documento do TCLE, especialmente no item 4.1: "... uma vez que os participantes poderá sentir..."

2. Durante a execução do projeto e ao seu final, anexar na Plataforma Brasil os respectivos relatórios parciais e final, de acordo com o que consta na Resolução CNS 466/12 (itens II.19, II.20, XI.2, alínea d) e Resolução CNS 510/16 (artigo 28, inciso V).

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto não apresenta pendências ou inadequações éticas que possam impedir sua execução. Há apenas recomendações (verificar seção anterior, neste parecer).

Considerações Finais a critério do CEP:

Em reunião ordinária no dia 30/07/2021, por videoconferência autorizada pela CONEP, a plenária deste CEP/UESB aprovou o parecer do relator.